



ESTADO  
DE  
ALAGOAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - SEPLAN/AL  
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO - FIPLAN/AL  
INSTITUTO DE INFORMÁTICA - IFOR/AL  
INSTITUTO DE PROGRAMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL - IPES/AL

# ANÁLISE



# CONJUNTURAL

1977



Governo

DIVALDO SURUAGY

Nº 5  
v. 2  
1977  
Ser. 3

Cort. 9509  
33(818.5)  
Fasc. 9580  
V. 1  
5. 8x

BIBLIOTECA  
SERV. M. 1932  
MAY 1971

# ECONOMIA ALAGOANA

Governo - DIVALDO BURNARDI

Secretário - JOSÉ DE MOTA DAMAS

## ANÁLISE CONJUNTURAL

Coordenação

1977

IPES - Viviane de Figueiredo Campello  
IFOR - Carlos Maurício Barros de Góes

Técnicos

Márcio Jorge Perengaba  
Sivane Soares Lima e Silva  
José Cândido do Nascimento  
Adriano Mota Mendonça  
Roberto Soares Costa  
Herbert Gilvan Feição dos Santos  
João Guiberto de Araújo Lopes  
Armando Maria Alves de Lima  
Heloísa Bartolomeu Pereira de Carvalho

Assistência de Estatística

ELABORADO EM CONVÊNIO COM A SUPERINTENDÊNCIA DO  
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE

Governo - **DIVALDO SURUAGY**

Secretário - **José de Melo Gomes**

## EQUIPE

### Coordenadores:

IPES - Viviane de Figueiredo Campello  
IFOR - Carlos Maurício Barros de Góes

### Técnicos:

- Márcio Jorge Porangaba
- Siovane Soares Lima e Silva
- José Cândido do Nascimento
- Adelmo Mota Mendonça
- Roberto Bastos Costa
- Herbert Glisson Falcão dos Santos
- João Gualberto de Araújo Lopes
- Ismaelita Maria Alves de Lima
- Hélio Bartolomeu Paraíso de Carvalho

### Auxiliares de Estatística:

- Edcléia Maria Leocádio
- Lígia Maria Mendonça Porto.

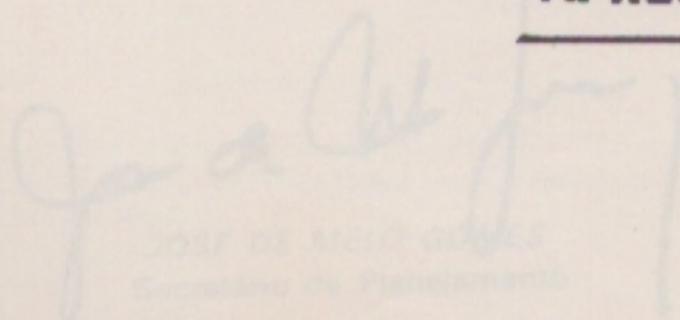
O presente trabalho, que diz respeito ao desempenho da economia mineira em 1977, dá início a série de análises que a Fundação Instituto de Planejamento de Minas, através de convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pretende elaborar, de forma sistemática, sobre a evolução de conjuntura econômica de Minas.

O principal objetivo, quando se pretendeu iniciar tais estudos, foi o de oferecer ao usuário, com uma menor defasagem de tempo possível, informações atualizadas sobre o comportamento global da economia e dos seus principais setores, com o intuito de orientar aos tomadores de decisão, tanto nas empresas, como no Setor Público.

A colaboração e ser obtida junto a órgãos governamentais, associações de classe e instituições privadas, na forma de informações extratratativas ou qualitativas permitirá, obviamente, uma maior abrangência das análises a serem desenvolvidas.

Prezando, pois, a FIPLAN intensificar cada vez mais a sua atuação no campo de pesquisa conjuntural, tendo em vista a importância de estudos desse natureza para o planejamento a curto prazo da economia mineira.

## **APRESENTAÇÃO**

  
JOSE DE MELO GOMES  
Secretaria de Planejamento

# SUMÁRIO

## ASPECTOS CONJUNTURAIS

- 1 - Visão Geral
- 2 - Visão Setorial

### 1. SETOR PRIMÁRIO

- 1.1 - Evolução da Produção Agrícola
- 1.2 - Energia Rural
- 1.3 - ICM x Produto

### 2. SETOR SECUNDÁRIO

- 2.1 - Consumo Industrial de Energia Elétrica
- 2.2 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
- 2.3 - Indústria de Construção Civil  
Consumo de Cimento  
Área Licenciada para Construção e Habitação
- 2.4 - Indústria Extrativa Mineral  
Produção de Petróleo  
Produção de Gás Natural

### 3. SETOR TERCIÁRIO

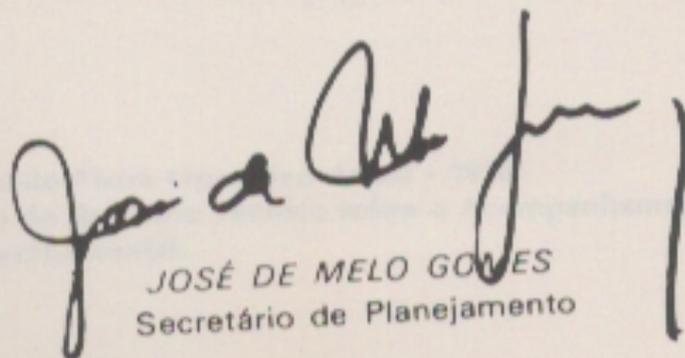
- 3.1 - Comércio Exterior

O presente trabalho, que diz respeito ao desempenho da economia alagoana em 1977, dá início à série de análises que a Fundação Instituto de Planejamento de Alagoas, através de convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pretende elaborar, de forma sistemática, sobre a evolução da conjuntura econômica de Alagoas.

O principal objetivo, quando se pretendeu iniciar tais estudos, foi o de oferecer ao usuário, com uma menor defasagem de tempo possível, informações atualizadas sobre o comportamento global da economia e dos seus principais setores, com o intuito de orientar aos tomadores de decisão, tanto nas empresas, como no Setor Público.

A colaboração a ser obtida junto a órgãos governamentais, associações de classe e empresas privadas, na forma de informações extra-estatísticas ou qualitativas permitirá, obviamente, uma maior abrangência das análises a serem desenvolvidas.

Pretende, pois, a FIPLAN intensificar cada vez mais a sua atuação no campo de pesquisa conjuntural, tendo em vista a importância de estudos desta natureza para o planejamento a curto prazo da economia alagoana.



JOSÉ DE MELO GOMES  
Secretário de Planejamento

# SUMÁRIO

I. ASPECTOS CONJUNTURAIS .....	13
I. 1 - Visão Global	
I. 2 - Visão Setorial	
1. SETOR PRIMÁRIO .....	21
1.1 - Evolução da Produção Agrícola	
1.2 - Energia Rural	
1.3 - ICM p/Produto	
2. SETOR SECUNDÁRIO .....	41
2.1 - Consumo Industrial de Energia Elétrica	
2.2 - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	
2.3 - Indústria de Construção Civil:	
- Consumo de Cimento	
- Área Licenciada para Construção e Habite-se	
2.4 - Indústria Extrativa Mineral:	
- Produção de Petróleo	
- Produção de Gás Natural	
3. SETOR TERCIÁRIO .....	63
3.1 - Comércio Externo	
3.2 - Comércio Interno	
3.3 - Consumo Global de Energia Elétrica	
3.4 - Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM	
3.5 - Imposto de Renda na Fonte - IR	
3.6 - Transporte Aéreo	
3.7 - Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	
3.8 - Movimento do Serviço de Proteção ao Crédito	
3.9 - Falências e Títulos Protestados	
I. 3 - Informes Especiais .....	121
1 - 1 A atividade Agro-Industrial Açucareira (1) .....	123
2 - O Complexo Cloroquímico de Alagoas (1) .....	141
II. DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO .....	161
II. 1 - Situação Financeira	
II. 2 - Desempenho Físico-Financeiro (2)	
III. ANEXOS .....	179

## I - ASPECTOS CONJUNTURAIS

(1) Extraído do Plano Operativo Anual - 1978

(2) Extraído do Relatório Técnico sobre o Acompanhamento Anual da Programação Governamental.

**1 — ASPECTOS CONJUNTURAIS**

... em 1977, a produção de açúcar em toneladas atingiu 1.575 mil toneladas, o que representa um aumento de 10,5% em relação a 1976. Este crescimento foi devido ao aumento da produtividade das áreas cultivadas e ao aumento da área cultivada. A produção de açúcar em toneladas atingiu 1.575 mil toneladas em 1977, o que representa um aumento de 10,5% em relação a 1976. Este crescimento foi devido ao aumento da produtividade das áreas cultivadas e ao aumento da área cultivada.

... a produção de açúcar em toneladas atingiu 1.575 mil toneladas em 1977, o que representa um aumento de 10,5% em relação a 1976. Este crescimento foi devido ao aumento da produtividade das áreas cultivadas e ao aumento da área cultivada.

... a produção de açúcar em toneladas atingiu 1.575 mil toneladas em 1977, o que representa um aumento de 10,5% em relação a 1976. Este crescimento foi devido ao aumento da produtividade das áreas cultivadas e ao aumento da área cultivada.

## **1.1 - VISÃO GLOBAL**

... a produção de açúcar em toneladas atingiu 1.575 mil toneladas em 1977, o que representa um aumento de 10,5% em relação a 1976. Este crescimento foi devido ao aumento da produtividade das áreas cultivadas e ao aumento da área cultivada.

O desempenho da economia alagoana no ano de 1977 em termos comparativos com o ano de 1976, apresentou resultados significativos.

É que em 1976 - ano atípico em relação à agricultura por apresentar ainda reflexos do prolongamento da estação chuvosa, verificado em 1975 - o comportamento do setor agrícola não foi dos mais promissores.

Em 1977, todavia, verificou-se o retorno a níveis anteriores de produção e produtividade dos principais produtos agrícolas.

Tanto é assim que de acordo com a TABELA I, o setor agrícola estadual experimentou um comportamento satisfatório, notadamente no que se refere às culturas do algodão herbáceo, feijão, milho e banana, produtos cujas taxas de crescimento com relação ao ano anterior foram, respectivamente, de 1.069%, 642%, 501% e 283%. Não obstante verificou-se um decréscimo, embora em proporções reduzidas (0,9%) na produção de côco da bahia.

Convém salientar que tais aumentos de produção não decorreram exclusivamente da incorporação de novas áreas cultiváveis, mas de acréscimos observados na produtividade destas culturas, o que evidencia um certo grau de desenvolvimento já atingido pelo setor.

Ademais, o desempenho do setor pode ser também avaliado através do consumo de energia rural, que registrou, no período, um aumento percentual de 30,3% de acordo com a TABELA IV.

No que diz respeito ao setor industrial, verificou-se também um desempenho favorável, como se pode deduzir de forma indireta, do crescimento registrado do consumo de energia industrial (231,67% - TABELA VI). Todavia, verificou-se um decréscimo na ordem de 21,96% na arrecadação real do IPI (TABELA VII). Convém salientar que o referido consumo de energia industrial deve-se mais à indústria em processo de instalação (Salgema Indústrias Químicas S/A e Cia de Cimento ATOL), razão pela qual não se verificaram aumentos correspondentes na arrecadação do IPI.

Já na indústria de construção civil, tomando-se como indicador base do seu desempenho o consumo aparente de cimento no Estado, pode-se constatar que o comportamento em 1977 do setor foi idêntico ao verificado no ano anterior. O consumo aparente de cimento aumentou apenas de 6,14% (TABELA VIII) de um ano para outro, o que se justifica se se considerar a crise deste setor em termos nacionais.

Com relação ao Setor Serviços, o indicador de maior expressividade das atividades comerciais - O ICM - apresentou, no período, uma taxa de crescimento real de 13,44%, segundo a TABELA XVI.

Em termos de contribuição à arrecadação do ICM, a atividade agro-industrial açucareira foi responsável, em 1976, por 36,5% do total arrecadado.

Comportamento semelhante teve o consumo de energia residencial, comercial, poderes públicos e iluminação pública, registrando taxas de crescimento respectivamente de 32,56%, 38,79%, 207,05% e 23,72%. A expansão do consumo de energia concernente ao Setor Serviços, deve-se em sua totalidade, à incorporação de uma concessionária pela CEAL, bem como da construção de novas adutoras nos primeiros meses de 1977.

As exportações de longo curso, ocorridas em 1977, também responsáveis pelo bom desempenho do Setor Serviços, registraram um acréscimo sensível em relação ao exercício anterior, como evidencia a TABELA XII. Em contrapartida as importações decresceram em 39,3% (TABELA XIII). O desempenho satisfatório em 1977, do Setor Exportação, foi devido ao incremento verificado nas exportações de açúcar demerara (157,40%), melaco (57,48%) e ossos (433,13%).

No que concerne ao imposto de renda arrecadado na fonte, registrou-se no período um acréscimo real de 6,9%, de acordo com TABELA XVIII, o que demonstra uma relativa elevação na remuneração da força de trabalho ou incorporação de mão-de-obra, uma vez que não foi registrada, no período, uma redução nas alíquotas.

Dentro desse quadro, portanto, pode ser considerado regular o desempenho conseguido pela economia alagoana no ano de 1977, em comparação com o ano anterior.

Tanto é assim que de acordo com a TABELA IV, o crescimento do produto interno bruto em 1977 foi de 10,3%, sendo que o crescimento em proporções reduzidas (9%) na produção de cacaó de Paris.

Convém salientar que tais aumentos de produção não decorreram exclusivamente da incorporação de novas áreas cultiváveis, mas de acréscimos observados na produtividade destas culturas, o que evidencia um certo grau de desenvolvimento já atingido pelo setor.

Ademais, o desempenho do setor pode ser também avaliado através do consumo de energia total, que registrou no período um aumento percentual de 30,3% de acordo com a TABELA IV.

No que diz respeito ao setor industrial, verificou-se também um desempenho favorável, como se pode deduzir de forma indireta, do crescimento registrado do consumo de energia industrial (231,67% - TABELA VII). Todavia, verificou-se um decréscimo na ordem de 21,98% na arrecadação real do IPI (TABELA VIII). Convém salientar que o referido consumo de energia industrial deve-se mais à indústria em processo de instalação (SAL-GENS Industriais Químicas S/A e Cia de Cimento ATOLI), razão pela qual não se verificaram aumentos correspondentes na arrecadação do IPI.

Já na indústria de construção civil, tomando-se como indicador base do seu desempenho o consumo aparente de cimento no Estado, pode-se constatar que o comportamento em 1977 do setor foi idêntico ao verificado no ano anterior. O consumo aparente de cimento aumentou apenas de 8,14% (TABELA VIII) de um ano para outro, o que se justifica se se considerar a crise deste setor em termos nacionais.

Com relação ao Setor Serviços, o indicador de maior expressividade das atividades comerciais - O ICM - apresentou no período, uma taxa de crescimento real de 13,44%, segundo a TABELA XVI.

Em termos de contribuição à arrecadação do ICM, a atividade agro-industrial sucroalcooleira foi responsável, em 1976, por 38,5% do total de 81,1

---

## **1.2 - VISÃO SETORIAL**

---

I - SETOR PRIMÁRIO

---

---

# 1 - SETOR PRIMÁRIO

---

O desempenho do setor primário alagoano no biênio 76/77, foi analisado a partir de três principais indicadores: Safra verificada dos principais produtos agrícolas estaduais, consumo rural de Energia Elétrica e Arrecadação do ICM segundo os principais produtos agrícolas do Estado. É oportuno frisar, que os dados referentes à produção agrícola (safra verificada 76/77) são fornecidos pela CEPAGRO, sendo passíveis de retificações por parte do IBGE. Entretanto, o grau de confiabilidade dos mesmos é bastante significativo, o que permite a sua utilização sem que se incorra em grandes erros.

No indicador, "Arrecadação do ICM segundo os principais produtos agrícolas do Estado", deixou-se de computer o ICM da cana-de-açúcar. Tal procedimento, foi determinado pela impossibilidade de levantar os valores referentes ao ano 1977.

Finalmente, no indicador Consumo Rural de Energia Elétrica, considerou-se não só a energia consumida pelas diversas cooperativas de eletrificação rural, como também a utilizada pela classe de consumo "rural isolado".

Em termos gerais, pode-se considerar o desempenho do setor primário alagoano no período 76/77 como satisfatório. Sem apresentar, nos seus principais indicadores, taxas de crescimento excessivamente altas, a exemplo do "Consumo Rural de Energia Elétrica" que mostrou no período um incremento percentual de 30,3, também não apresentou taxas que se possam considerar insignificantes.

Observou-se na produção em toneladas dos principais produtos agrícolas estaduais, acréscimos sensíveis no ano de 1977. A exceção de coco-da-bahia, que apresentou uma queda na sua produção, todas os outros produtos apresentaram taxas de crescimento positivas.

É importante esclarecer que o ano de 77 representou uma recuperação da atividade agrícola, uma vez que 76 foi fortemente influenciado pela crise de 75, apresentando níveis baixíssimos de produção e produtividade.

Com base nos dados da área ocupada, rendimento médio e produção (tab. I), os principais produtos agrícolas do Estado apresentaram o seguinte comportamento no biênio 76/77:

#### *Algodão Herbáceo:*

Apresentou o algodão herbáceo, no ano de 77, um incremento de produção de 1.069,1% em relação a 76 (tab.I). É importante observar que decorreu este aumento, não só da incorporação de novas áreas de cultivo, acréscimo de 781,8%, como também de uma melhoria no rendimento médio por ha., que em 76 situava-se em torno de 0,27 t/ha. passando em 77 para 0,36 t/ha. (tab. I).

Presume-se que uma melhor assistência técnica em termos de controle fitossanitário e utilização mais adequada de solos, bem como uma utilização de sementes geneticamente melhoradas, tenham acarretado uma melhoria relativa no rendimento médio desta cultura. Entretanto, é significativa como causa de aumento de produção a incorporação de novas áreas de cultivo.

#### *Arroz:*

O crescimento verificado na produção de arroz, situou-se em torno de 32% no biênio 76/77.

Efetivamente não se pode justificá-lo somente pela incorporação de novas áreas de cultivo, uma vez que está só foi acrescida de 70 ha. (tab. I). Entretanto observa-se que o rendimento médio/ha. da cultura apresentou uma elevação em 77 de 30,8% em relação à 76 (tab. I).

Em função dos projetos que vêm sendo desenvolvidos pelo MINTER nos vales de Boacica e Itiúba, espera-se que nas próximas safras sejam registrados incrementos mais significativos na produtividade desta cultura.

#### *Coco-da-Bahia:*

No âmbito estadual, caracteriza-se o coco como uma cultura em que aumentos ou reduções de produção decorrem quase que exclusivamente das variações na área de plantio. Apresentou o coco-da-bahia no biênio 76/77 um decréscimo de produção em torno de 0,9% (tab. I).

Observou-se no período considerado uma quase manutenção da área de plantio, acréscimo de 0,4%, enquanto o rendimento médio t/ha. reduziu-se em 0,7%, o que ocasionou a retração de 0,9% na produção.

Explica-se a redução na produtividade do coco, principalmente pela falta de incentivo à produção de mudas e deficiências de assistência técnica.

#### *Feijão:*

Verificou-se na produção do feijão, um incremento na área colhida em torno de 153,1%. O rendimento médio por sua vez, elevou-se em 193,3% e como consequência a produção passou de 7.500t para 55.681t, que em termos percentuais representou um crescimento de 642,4%.

É oportuno explicar, que tais aumentos tiveram como principal justificativa a crise ocorrida em 75 com reflexos significativos em 1976, e que foi ocasionada pelo excesso de pluviosidade, danificando grande parte da área plantada da cultura. Em função desse fato, o ano de 1977, que não mais sofreu consequências de crise, sendo portanto um ano de recuperação, elevou substancialmente as médias em relação à 1976.

#### *Fumo:*

A evolução da produção do fumo em Alagoas no período 76/77, não apresentou variações excessivas. Destaca-se apenas, que em face do excesso de pluviosidade verificado em 75, e que refletiu-se em 76, houve um decréscimo acentuado de área ocupada. Entretanto, em 1977, houve uma ligeira recuperação nesta atividade, inclusive com um aumento no rendimento médio t/ha. na ordem de 5,3%.

**Milho:**

A exemplo do feijão, esta cultura sofreu no ano de 75 uma crise significativa, excesso de chuvas, o que ocasionou para 76 reduções na área plantada, rendimento médio etc.

Por ter sido 76 reflexo de crise, logicamente, os valores comparados do ano seguinte tenderiam a elevar-se, o que realmente aconteceu.

Quanto ao comportamento do indicador "Arrecadação do ICM segundo os principais produtos agrícolas do Estado" (tab. II e III), observou-se, no período, acréscimos significativos na arrecadação, não só em termos nominais, como em valores reais à preço de 76, 86,3 e 21,0%, respectivamente.

Como existe uma significativa correlação entre o ICM arrecadado e a produção, os aumentos verificados em 77 nos principais produtos agrícolas e sua posterior comercialização, elevaram sensivelmente a arrecadação do ICM do setor.

Finalmente, observou-se no período, um incremento relativo no Consumo Rural de Energia Elétrica de 30,3% (tab. IV).

Mesmo não significando uma modernização efetiva do setor, uma vez que não se pode confirmar a sua utilização totalmente na produção, este incremento de Consumo é importante, uma vez que é a energia um insumo de real significado.

PRODUTOS	PRODUÇÃO (t)		%	RENDIMENTO (kg/ha)
	1976	1977		
Algodão Indiano	11.200	99.785	781,8	0,21
Algodão	970	700	4,8	0,40
Arroz	8.500	9.270	0,7	1,07
Batata	1.960	7.060	283,2	1,80
Canola-Indiano	330.000	290.100	25,1	88,08
Canola de Bahia	26.180	26.300	0,4	2,52
Feijão	305.000	128.500	163,3	0,15
Trigo	70.850	30.075	48,1	0,94
Uva	48.000	48.000	2,1	3,70
Milho	94.000	122.100	128,8	0,36

TABELA I

ESTADO DE ALAGOAS

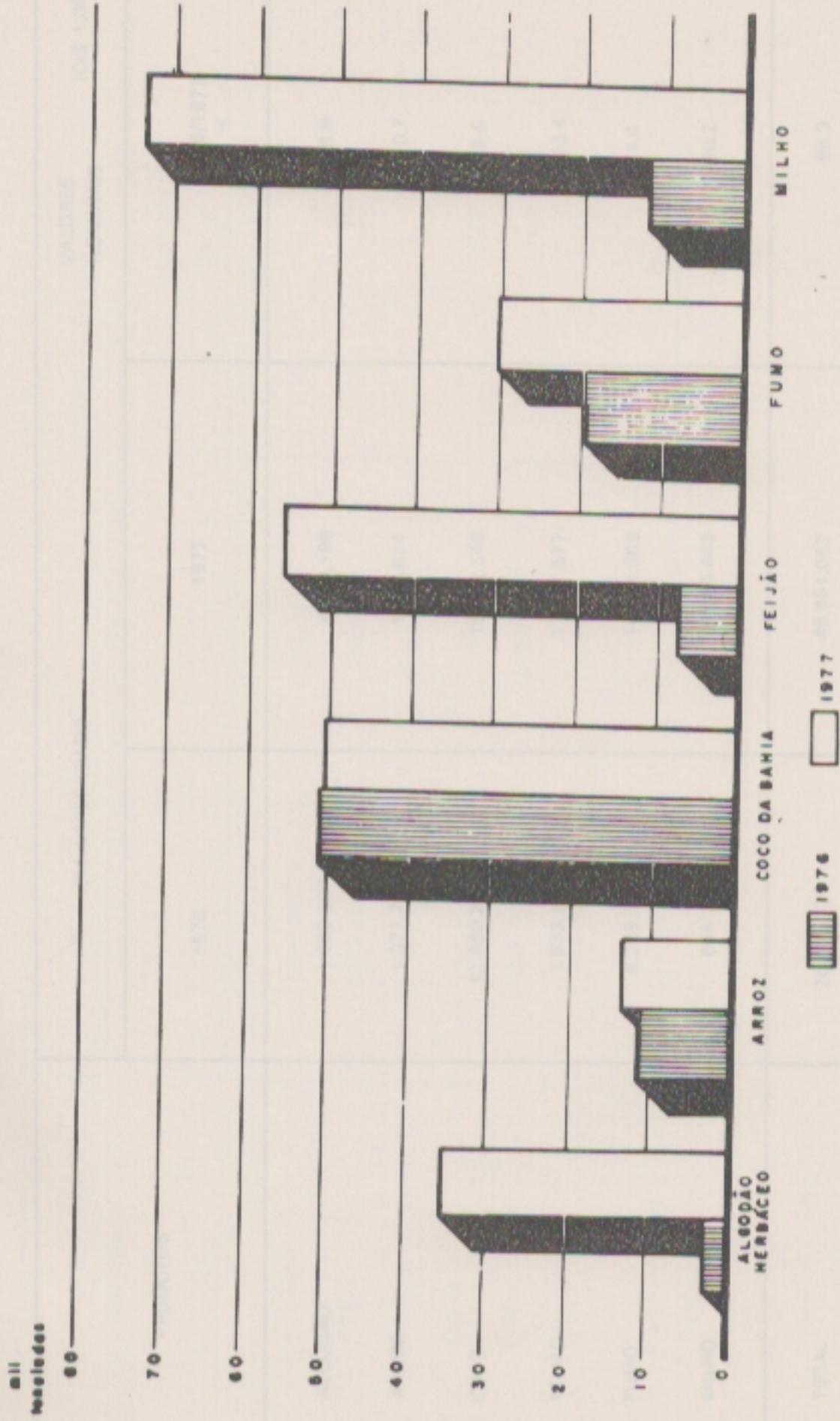
SAFRA AGRÍCOLA VERIFICADA

1976/1977

PRODUTOS	ÁREA OCUPADA COM PÉS EM PRODUÇÃO Ha.				RENDIMENTO MÉDIO POR T/Ha.				PRODUÇÃO VERIFICADA				
	1976		1977		1976		1977		1976		1977		%
		%		%		%		%		%		%	
Algodão Herbáceo -	11.200	781,8	98.761	0,27	0,36	33,3	3.024	35.356	1.069,1				
Abacaxi -	670	4,5	700	8,40	8,40	-	7.879	8.232	4,5				
Arroz -	9.500	0,7	9.570	1,07	1,40	30,8	10.146	13.398	32,1				
Banana -	1.850	283,2	7.090	1,80	1,80	-	29.138	111.668	283,2				
Cane-de-Açúcar -	230.000	26,1	290.122	46,08	50,20	8,9	10.598.400	14.564.414	37,4				
Coco da Bahia -	25.100	0,4	25.205	2,82	2,80	0,7	50.963	50.500	0,9				
Feijão -	50.000	153,1	126.548	0,15	0,44	193,3	7.500	55.681	642,4				
Fumo -	20.950	46,1	30.615	0,94	0,99	5,3	19.609	30.309	54,6				
Mandioca -	48.000	2,1	49.000	9,00	10,30	14,4	432.000	504.700	16,8				
Milho -	54.000	126,1	122.137	0,36	0,60	66,7	12.278	73.844	501,5				

ESTADO DE ALAGOAS

PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS  
1976/77



Dados originais: TAB - I

## ESTADO DE ALAGOAS

## ARRECADACÃO DO ICM SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS

## AGRÍCOLAS DO ESTADO

1976/1977

PRODUTOS	ICM ARRECADADO		VALORES NOMINAIS	1976/1977 %
	1976	1977		
ALGODÃO	1.680.606	4.853.196	176,9	
ARROZ	1.077.791	1.153.624	0,7	
COCO	12.660.286	16.392.549	29,5	
FEIJÃO	1.833.154	11.281.577	515,4	
FUMO	8.229.708	14.354.668	74,4	
MILHO	634.182	825.449	30,2	
TOTAL	26.115.727	48.661.063	86,3	

## TABELA III

## ESTADO DE ALAGOAS

ARRECADACÃO DO ICM SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS  
1976/1977

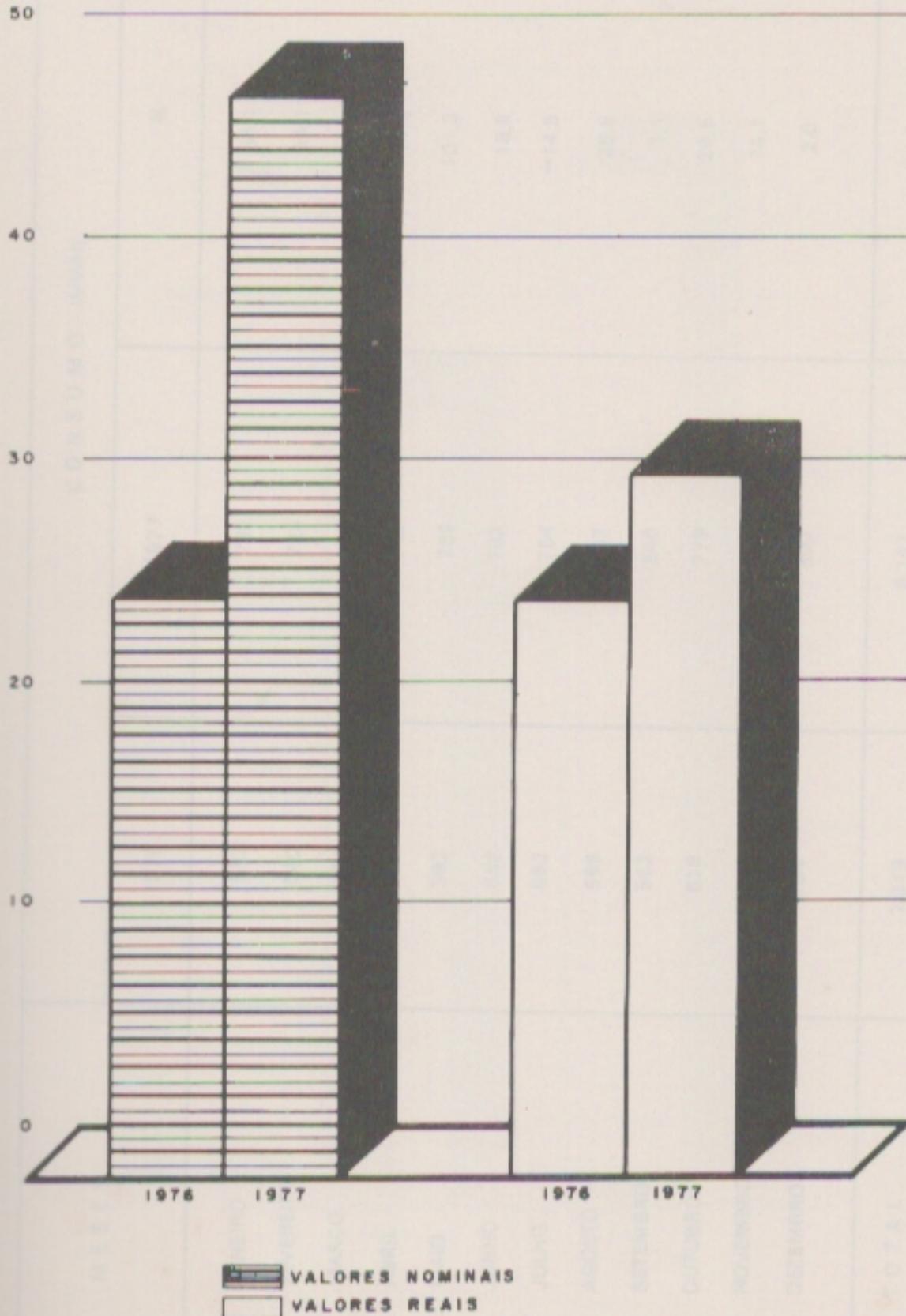
PRODUTOS	ICM ARRECADADO		VALORES REAIS (Cr\$ 1,00) 1976/1977 (%)
	1976	1977	
ALGODÃO	1.880.806	3.043.339	81,1
ARROZ	1.077.791	888.290	- 17,6
COCO	12.660.286	9.015.901	- 28,8
FEIJÃO	1.633.154	8.686.814	373,9
FUMO	8.229.708	9.330.534	13,4
MILHO	634.182	635.594	0,2
TOTAL	26.115.727	31.600.472	21,0

FONTE : SEFAZ/IFOR

DEFLATOR : Índice de Preços por Atacado - Oferta Global - Conjuntura Econômica - Janeiro/78.  
ANO BASE : 1976.

ARRECAÇÃO DO ICM SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS 1976/77

milhões de cruzeiros



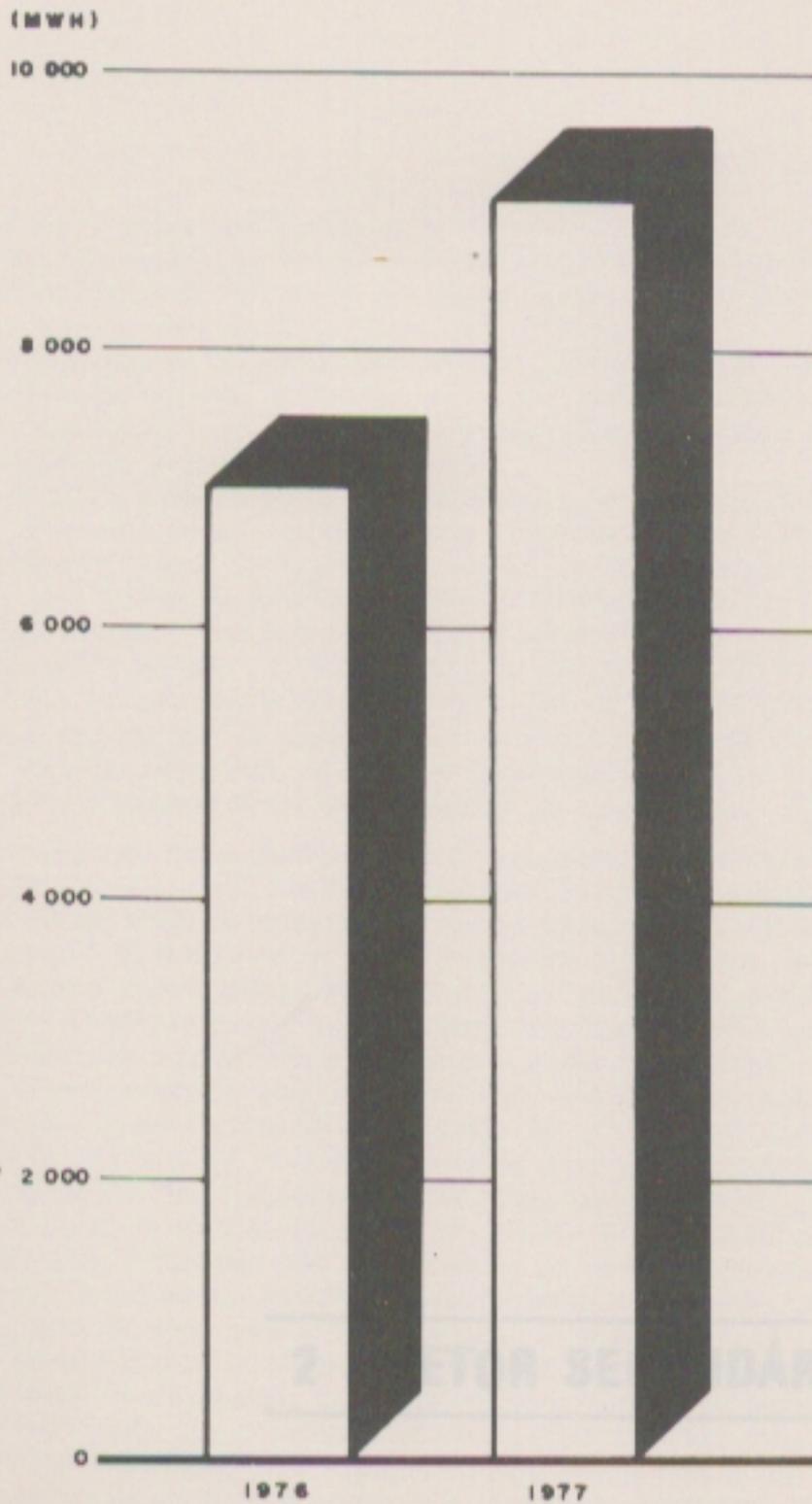
CONSUMO RURAL DE ENERGIA ELÉTRICA  
1976/1977

CONSUMO - (MWH)

M E S E S	CONSUMO - (MWH)		%
	1976	1977	
JANEIRO	582	792	36,1
FEVEREIRO	540	724	34,1
MARÇO	551	888	61,2
ABRIL	404	717	77,5
MAIO	392	789	101,3
JUNHO	658	782	18,8
JULHO	862	754	-14,5
AGOSTO	559	707	26,5
SETEMBRO	552	546	1,1
OUTUBRO	616	779	26,5
NOVEMBRO	499	869	74,1
DEZEMBRO	784	800	2,0
T O T A L	7.019	9.147	30,3

F O N T E: CEAL/IFOR

# CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL 1976/77



O Setor Industrial Alagoano apresentou no período 78/77 uma fase inicial de expansão proporcionada pelas novas indústrias implantadas e em seguida por investimentos em melhorias tecnológicas, resultando em uma taxa de implantação de novas unidades de produção de 10,4% em relação ao ano anterior.

Analisando os principais indicadores, destacamos o consumo industrial de energia elétrica, indicador que revela, com certa aproximação, o nível das atividades industriais. Este apresentou durante todo o ano de 1977 um crescimento acentuado.

Em 1976 o consumo de energia elétrica na indústria atingiu 110.706 MWh, enquanto no ano seguinte este indicador chegou a 367.174 MWh, apresentando assim um incremento de 231,87%, o que de imediato pode indicar uma valorização expressiva no Setor Industrial. (TABELA V e VI).

Vale ressaltar, por outro lado, que o consumo de energia elétrica para fins industriais no ano de 1976 representou com 39% do consumo total, enquanto que no ano de 1977 representou 69% do total de energia consumida. Deve-se este fato as novas indústrias que estão sendo incorporadas no novo Parque Industrial, tais como Siderúrgica Industrial Química S.A., Fábrica de Cimento ATOL, e a Fábrica de Coca-Cola.

Levando-se em consideração a Amplitude do IPI, indicador associado à demanda por produtos industrializados, já não se vêem a mesma magnitude do Setor, onde se observa uma queda sistemática em termos reais, durante o período, em torno de 27%. Responsáveis por esta decréscimo, em parte, a uma queda generalizada nas exportações, em consequência das relações adotadas pelo governo. São produtos importados que não gozam de proteção à nacionalidade, como o IPI, e estes foram produzidos internamente. Como exemplo podemos citar um "pipe" de fabricação de São Paulo de 78, em termos reais, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 contra Cr\$ 1.000.000,00, em 77, o que, em termos percentuais, representa um decréscimo de 72,2%, ocasionado pelas importações de máquinas para o comércio exterior, através de Fines Uls do Brasil. (TABELA VII).

As novas indústrias não contribuíram no reconhecimento desta importação, em virtude das mesmas estarem sob o regime de proteção. Para o ano de 1978, prevê-se uma queda de 27,2% em termos reais, em relação ao ano anterior.

## **2 - SETOR SECUNDÁRIO**

O Setor de Serviços apresentou no período 78/77 uma fase inicial de expansão proporcionada pelas novas indústrias implantadas e em seguida por investimentos em melhorias tecnológicas, resultando em uma taxa de implantação de novas unidades de produção de 10,4% em relação ao ano anterior.

O consumo de energia elétrica, indicador que revela, com certa aproximação, o nível das atividades industriais. Este apresentou durante todo o ano de 1977 um crescimento acentuado. Em 1976 o consumo de energia elétrica na indústria atingiu 110.706 MWh, enquanto no ano seguinte este indicador chegou a 367.174 MWh, apresentando assim um incremento de 231,87%, o que de imediato pode indicar uma valorização expressiva no Setor Industrial. (TABELA V e VI).

O Setor Industrial Alagoano apresentou no período 76/77 uma fase inicial de ascensão proporcionada pelas novas indústrias implantadas e em fase de implantação, o que em termos de perspectivas, vislumbra um satisfatório desempenho do Setor para os próximos anos.

Analisando os principais indicadores, destacamos o consumo industrial de energia elétrica, indicador que revela, com certa aproximação, o nível das atividades industriais. Este apresentou durante todo ano de 1977, um gigantesco e gradativo incremento.

Em 1976 o consumo de energia elétrica na Indústria atingiu 110.705 MWH, enquanto no ano seguinte, este indicador chegou a 367.174 MWH, apresentando, assim, um incremento de 231,67%, o que, de imediato, pode indicar uma visível expansão no Setor Industrial. (TABELA V e VI).

Vale ressaltar, por outro lado, que o consumo de energia elétrica para fins industriais no ano de 1976 participou com 39% do consumo total, enquanto que no ano de 1977 representou 59% do total de energia consumida. Deve-se este fato as novas Indústrias que estão sendo incorporadas no nosso Parque Industrial, tais como Salgema Indústrias Químicas S.A., Fábrica de Cimento ATOL, e a Fábrica de Coca-Cola.

Levando-se em consideração a Arrecadação do IPI, indicador associado à demanda por produtos industrializados, já não se obtém a mesma imagem do Setor, onde se observa uma queda sistemática em termos reais, durante o período, em torno de 22%. Responsabiliza-se este decréscimo, em parte, a uma queda generalizada nas importações, em consequência das restrições adotadas pelo governo. Sobre produtos importados que não gozam de isenção, é recolhido o IPI como se estes fossem produzidos internamente. Como exemplo podemos citar um "pique" na arrecadação de Setembro de 76, em termos reais, no valor de Cr\$ 6.003.000,00 contra Cr\$ 1.669.000,00, em 77, o que, em termos percentuais, representa um decréscimo de 72,2%, ocasionado pelas importações de maquinarias para o terminal açucareiro, através da Fives Lille do Brasil (TABELA VII).

As novas indústrias não contribuíram no recolhimento deste imposto, em virtude das mesmas estarem gozando período de isenção. Para o ano de 1978, prevê-se uma melhor arrecadação, através do recolhimento proveniente dessas novas unidades industriais já mencionadas.

O Setor de construção civil teve um desempenho razoavelmente satisfatório, conclusão que se chega através de análise quantitativa e qualitativa dos indicadores disponíveis sobre este segmento industrial.

O consumo de cimento, indicador que mede com bastante sensibilidade o desempenho deste Sub-setor, apresentou, durante o período em estudo, um comportamento moderado, evidenciado por um incremento percentual de apenas 6.14. em comparação ao ano de 1976. (TABELA VIII).

Levando em conta a área licenciada para construção e Habite-se, no período, observou-se uma tendência levemente positiva, evidenciada pelo incremento de 15,6% em Habite-se para terrenos e 12,5% para Edificações. Já na área licenciada para construção, os terrenos obtiveram um excelente incremento de 166,4%, o mesmo não acontecendo em relação as Edificações que sofreram uma queda de 15,2% (TABELA IX).

Relacionando os dois indicadores acima, podemos concluir que o Sub-setor de construção civil não está passando por uma fase das melhores. É fato público o deficit habitacional existente no Estado, sendo expressado, indiretamente, através das especulações imobiliárias, acarretando os altos custos nos aluguéis e compra de imóveis, não justificando, assim, o comportamento do Setor, em virtude de uma demanda existente.

A expansão moderada e com tendências decrescentes do Setor de Construção Civil, está, de certo modo associado aos cortes nos Investimentos Governamentais (adiamento ou suspensão de algumas obras públicas), modificações na política habitacional através da Resolução nº 386, bem como às dificuldades de financiamento.

Destaque especial deve ser dado a produção de açúcar, pertencente a Indústria de Transformação, que na safra 75/76 obteve uma produção de 709.255 toneladas, enquanto na safra 76/77 alcançou 1.120.954 toneladas dados fornecidos pelo IAA/IPES, consubstanciando um incremento significativo em torno de 58% no período. Este aumento na produção, deve-se a incorporação de novas áreas de plantio para a cana-de-açúcar.

Analisando a Indústria Extrativa mineral, à luz dos indicadores existentes, denota-se uma queda generalizada nas atividades produtivas deste segmento industrial.

A produção de Gás Natural sofreu, no período em estudo, um decréscimo em torno de 33%. Do mesmo modo a produção de Petróleo Bruto sofreu uma queda, em termos percentuais, em torno de 32% (TABELA X e XI). Este fato, decorre da não ocorrência de novos poços e decréscimo na produtividade dos já existentes.

#### PERSPECTIVAS:

Apesar de uma imagem não muito boa, apresenta-se o setor com grandes expectativas futuras, através das novas indústrias instaladas e a se instalarem no Estado.

Como exemplo tem-se o Complexo Químico de Alagoas que tem como ponto básico a instalação da unidade de Soda-Cloro da Salgema S.A., cuja produção é da maior importância ao desenvolvimento industrial químico.

A Salgema S.A., é de uma importância relevante para o Estado como produtor de matéria-prima que ocasionará um pólo de atração para uma gama de projetos químicos que insumirão o cloro produzido pela Salgema, bem como outras oportunidades decorrentes do processo, formando um parque químico de elenco bastante abrangente.



TABELA VI

## ESTADO DE ALAGOAS

## CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

1976/1977

M E S E S	CONSUMO - MWH			D/C %	C/A (%)	D/B (%)
	1976 (C)	1977 (D)				
JANEIRO	7.811	12.127	55,26	33,31	35,39	
FEVEREIRO	9.831	18.471	87,89	41,39	46,97	
MARÇO	9.256	22.931	147,74	40,80	52,08	
ABRIL	8.198	28.196	243,94	37,85	56,15	
MAIO	7.963	25.386	218,80	35,29	55,48	
JUNHO	7.082	24.546	246,60	34,39	55,38	
JULHO	8.287	30.899	272,86	35,16	59,91	
AGOSTO	8.182	26.843	228,07	38,74	58,73	
SETEMBRO	9.366	28.588	205,23	38,65	58,19	
OUTUBRO	10.255	38.941	278,73	41,58	63,81	
NOVEMBRO	11.878	54.533	266,97	43,31	72,91	
DEZEMBRO	12.796	55.713	335,39	43,98	72,20	
T O T A L	110.705	367.174	231,67	38,96	59,49	

F O N T E: CEAL/CHESF/IFOR

\*CONSUMO DA CEAL + CONSUMO DA ENERGIA ELÉTRICA DAS INDÚSTRIAS LIGADAS DIRETAMENTE À CHESF NA TENSÃO DE 230 KV.

ESTADO DE ALAGOAS

PARTICIPAÇÃO DO ICM DA ATIVIDADE AGRO-ACUCAREIRA  
NA ARRECADAÇÃO DO ICM TOTAL DO ESTADO

1976/77

1977

1976

1977

1977

1977

1977

1977

1977

1977

1977

1977

1977

1977

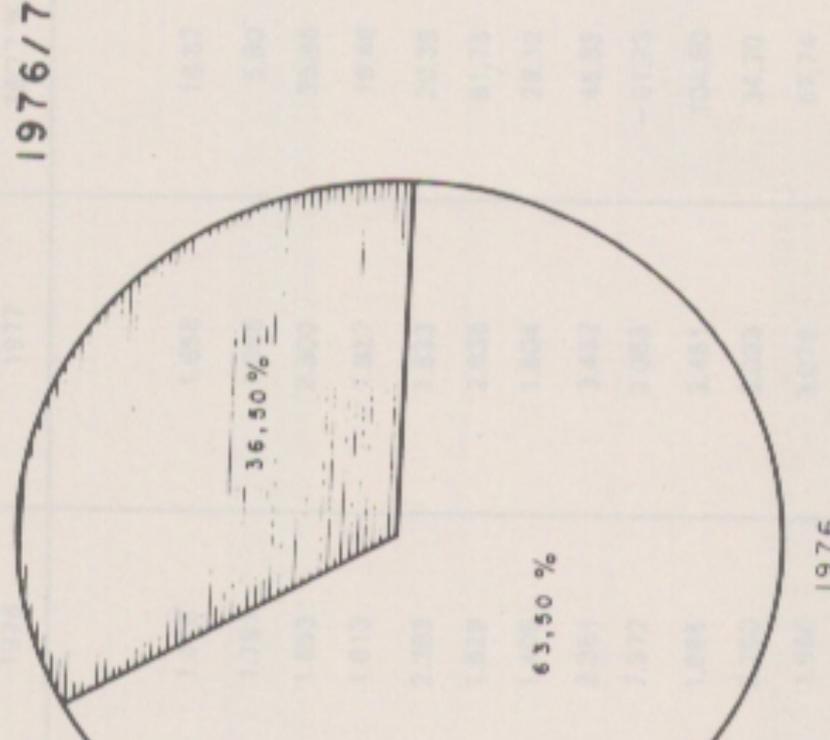
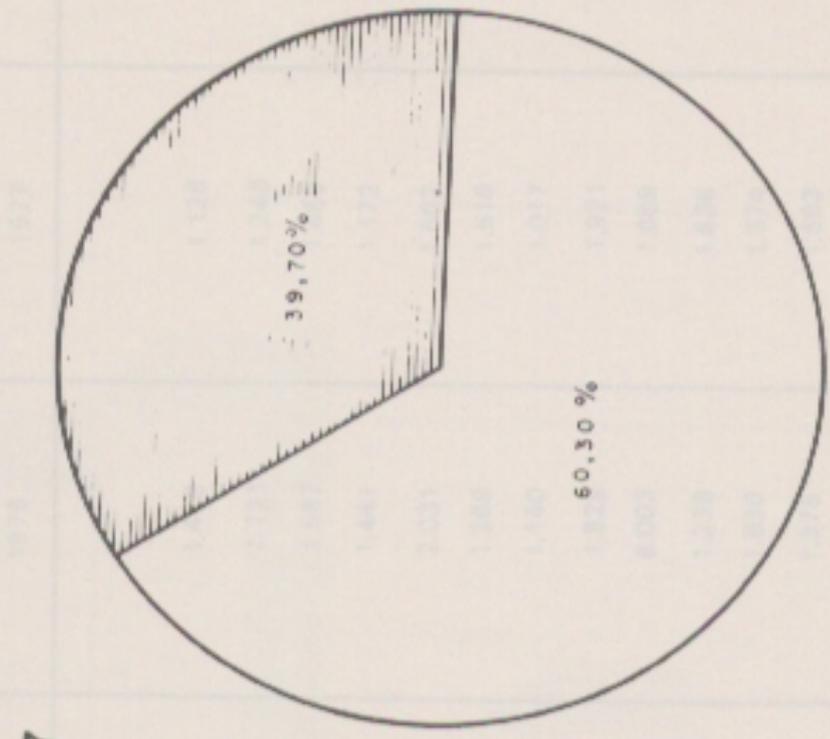
1977

1977

1977

1977

1977



Atividade Agro-acucareira  
Outros

MONTE SUDENESE

DEFINICÃO: Índice Geral de Preços - Distribuição  
Confiança Econômica de F&C

1976/77, Janeiro, 1977, 100

Dados originais: TAB - XVII

ARRECADÇÃO DO IPI  
ESTADO DE ALAGOAS

1976/1977

(Em Cr\$ 1.000,00)

MESES	VALORES NOMINAIS			VALORES REAIS (A preço de Janeiro de 1976)		
	1976	1977	76/77 %	1976	1977	76/77 %
Janeiro	1.416	1.655	16,87	1.416	1.126	-20,4
Fevereiro	1.791	1.895	5,80	1.721	1.248	-27,4
Março	1.693	2.300	35,85	1.567	1.455	-7,1
Abril	1.613	1.927	19,46	1.441	1.172	-18,6
Maio	2.353	2.833	20,39	2.031	1.663	-18,1
Junho	1.629	2.635	61,75	1.369	1.516	10,7
Julho	1.408	1.804	28,12	1.140	1.017	-10,7
Agosto	2.351	3.452	46,83	1.829	1.921	5,0
Setembro	7.977	3.053	-61,73	6.003	1.669	-72,2
Outubro	1.685	3.451	104,80	1.238	1.838	48,4
Novembro	2.260	3.033	34,20	1.630	1.574	-3,4
Dezembro	1.950	3.076	57,74	1.375	1.583	13,6
TOTAL	28.126	30.114	7,06	22.760	17.762	-21,9

FONTE: SUDENE/IFOR

DEFLATOR: Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna -  
Conjuntura Econômica da F.G.V.

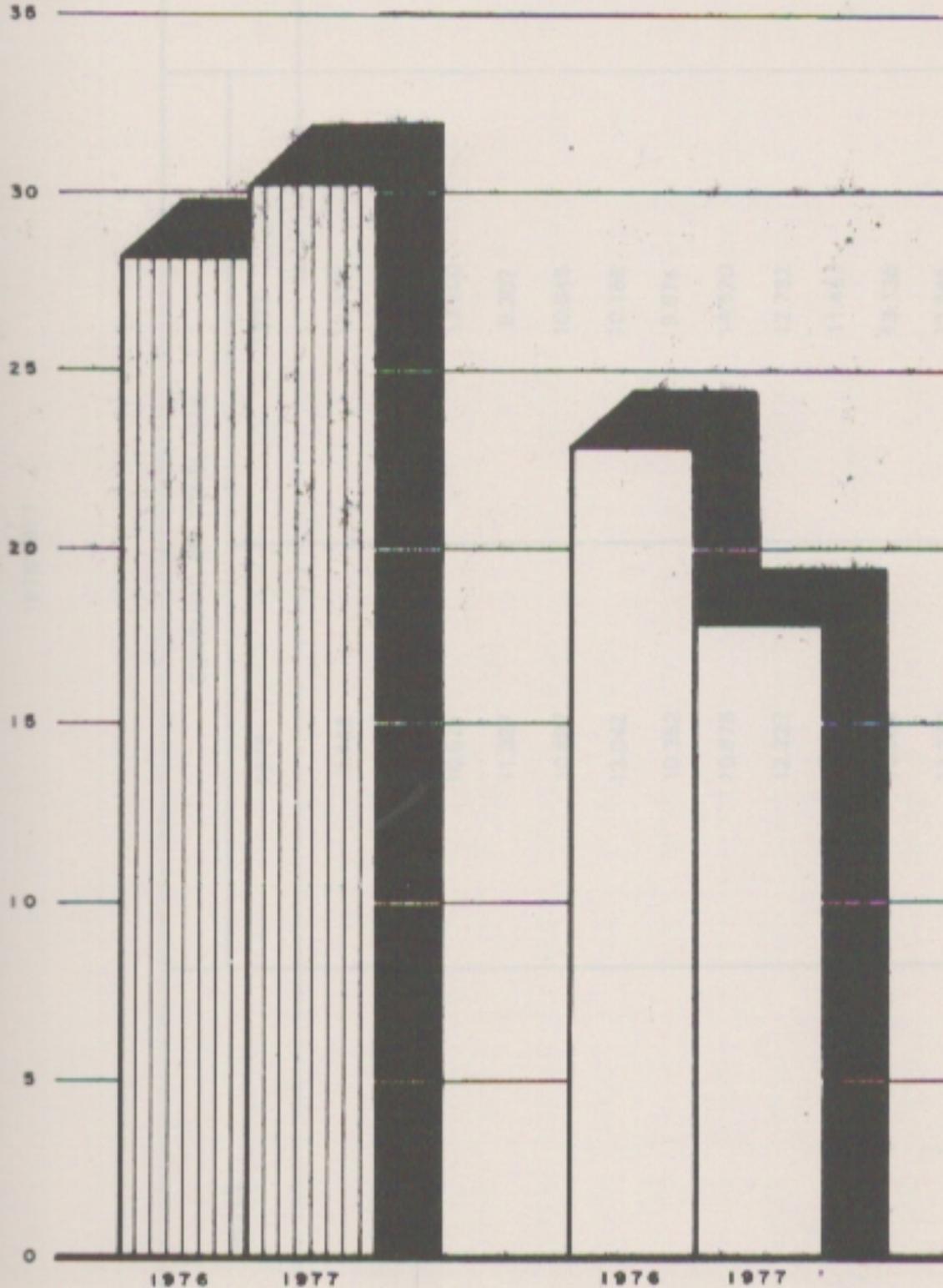
MÊS BASE: Janeiro / 1976 = 100

ESTADO DE ALAGOAS

ARRECAÇÃO DO IPI (\*)

1976/77

milhões de  
cruzeiros



 VALORES NOMINAIS  
 VALORES REAIS

(\*) A preço de janeiro/76

Dados originais: TAB - VII

FONTE: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO/CEM

ESTADO DE ALAGOAS  
 CONSUMO APARENTE DE CIMENTO  
 1976/1977

MESES	CONSUMO EM TONELADAS		INCREMENTO PERCENTUAL 1976/1977
	1976	1977	
JANEIRO	9.766	12.578	28,79
FEVEREIRO	9.410	11.233	19,37
MARÇO	10.577	13.200	24,80
ABRIL	11.327	9.307	17,83
MAIO	10.897	10.945	0,44
JUNHO	13.042	10.156	-22,13
JULHO	10.352	9.674	-6,55
AGOSTO	10.678	14.520	35,98
SETEMBRO	12.227	12.732	4,13
OUTUBRO	11.722	11.457	-2,26
NOVEMBRO	10.988	13.136	19,55
DEZEMBRO	11.370	11.545	1,54
TOTAL	132.356	140.483	6,14

FONTE: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS  
 ÁREA LICENCIADA PARA CONSTRUÇÃO E HABITE-SE  
 CONCEDIDOS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
 1976/1977

M E S E S	ÁREA LICENCIADA (m <sup>2</sup> )											
	CONSTRUÇÃO						H A B I T E - S E					
	TERRENOS			EDIFICAÇÕES			TERRENOS			EDIFICAÇÕES		
1976	1977	%	1976	1977	%	1976	1977	%	1976	1977	%	
Janeiro	21.853	66.682	205,1	19.994	19.378	3,1	161.141	167.020	3,3	40.271	17.788	55,8
Fevereiro	20.634	91.309	342,5	12.587	36.622	191,0	6.366	19.172	201,2	4.222	7.937	88,0
Março	78.980	39.964	49,4	26.254	46.796	78,2	202.079	63.700	68,5	60.569	20.335	66,4
Abril	39.866	24.802	37,8	32.645	15.056	53,9	12.791	39.046	205,3	8.058	9.348	16,0
Maió	49.263	64.852	31,6	86.020	39.089	54,5	13.645	34.596	153,5	6.851	19.183	180,0
Junho	24.713	22.127	10,5	26.550	16.221	38,9	10.152	14.302	40,9	4.753	11.695	146,1
Julho	20.969	225.828	977,0	12.856	17.537	38,6	7.331	39.636	440,7	3.490	14.798	324,0
Agosto	27.564	41.561	50,8	28.097	16.547	41,1	17.306	22.437	29,6	9.373	17.923	91,2
Setembro	17.209	207.904	1.108,1	11.754	28.152	139,5	35.595	24.698	30,6	17.973	23.126	25,8
Outubro	29.999	91.625	205,4	23.839	17.382	27,1	25.561	77.389	202,8	13.720	19.889	45,0
Novembro	21.966	73.568	234,9	19.156	19.381	1,2	18.891	98.742	422,5	12.581	49.437	295,9
Dezembro	32.009	75.599	136,2	39.588	15.381	61,1	25.622	20.197	21,2	13.023	7.886	39,5
	385.025	1.025.821	166,4	339.142	287.542	15,2	537.081	620.935	15,6	194.884	219.347	12,5

FONTE: FIBGE/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS  
 PRODUÇÃO DE GAS NATURAL  
 1976/1977

MESES	1976	1977	INCREMENTO PERCENTUAL (1976/1977)	1000 M <sup>3</sup>
JANEIRO	3.443	5.000	45.22	
FEVEREIRO	3.711	3.000	-19.16	
MARÇO	4.000	3.000	-25.00	
ABRIL	4.000	4.000	0.00	
MAIO	5.000	4.000	-20.00	
JUNHO	7.000	3.000	-57.14	
JULHO	6.000	3.000	-50.00	
AGOSTO	6.000	2.975	-52.08	
SETEMBRO	7.000	3.093	-55.81	
OUTUBRO	7.000	7.358	5.11	
NOVEMBRO	8.000	3.538	-55.78	
DEZEMBRO	7.000	3.982	-43.11	
TOTAL	68.154	45.846	-32.73	

## PRODUÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO

1976/1977

M E S E S	1976	1977	Incremento Percentual: 76/1977	M <sup>3</sup>
JANEIRO	20.000	19.000	-5,00	
FEVEREIRO	21.000	16.000	-23,81	
MARÇO	23.000	16.000	-30,43	
ABRIL	22.000	18.000	-18,18	
MAIO	21.000	17.000	-19,05	
JUNHO	27.000	13.000	-51,85	
JULHO	25.000	12.000	-52,00	
AGOSTO	25.000	12.000	-52,00	
SETEMBRO	23.000	12.000	-47,83	
OUTUBRO	24.000	24.006	0,03	
NOVEMBRO	24.000	12.054	-49,78	
DEZEMBRO	18.000	13.621	-24,33	
T O T A L	273.000	184.681	-32,35	

A lei de incentivo fiscal para o desenvolvimento econômico do Nordeste em 1976, que reduziu de 10% para 5% a alíquota de imposto de renda sobre o lucro das empresas, teve um impacto significativo na economia da região. Em 1977, a arrecadação de impostos sobre o lucro das empresas caiu em 10% em relação a 1976, enquanto a arrecadação de impostos sobre o consumo aumentou em 15%.

A queda da arrecadação de impostos sobre o lucro das empresas em 1977 em relação a 1976 foi de 10%, enquanto a arrecadação de impostos sobre o consumo aumentou em 15%. Isso ocorreu porque a lei de incentivo fiscal reduziu a alíquota de imposto de renda sobre o lucro das empresas de 10% para 5%. A arrecadação de impostos sobre o consumo aumentou porque a lei de incentivo fiscal também reduziu a alíquota de imposto de renda sobre o consumo de 10% para 5%.

Essa redução da arrecadação de impostos sobre o lucro das empresas em 1977 em relação a 1976 foi de 10%, enquanto a arrecadação de impostos sobre o consumo aumentou em 15%. Isso ocorreu porque a lei de incentivo fiscal reduziu a alíquota de imposto de renda sobre o lucro das empresas de 10% para 5%. A arrecadação de impostos sobre o consumo aumentou porque a lei de incentivo fiscal também reduziu a alíquota de imposto de renda sobre o consumo de 10% para 5%.

Essa redução da arrecadação de impostos sobre o lucro das empresas em 1977 em relação a 1976 foi de 10%, enquanto a arrecadação de impostos sobre o consumo aumentou em 15%. Isso ocorreu porque a lei de incentivo fiscal reduziu a alíquota de imposto de renda sobre o lucro das empresas de 10% para 5%. A arrecadação de impostos sobre o consumo aumentou porque a lei de incentivo fiscal também reduziu a alíquota de imposto de renda sobre o consumo de 10% para 5%.

Essa redução da arrecadação de impostos sobre o lucro das empresas em 1977 em relação a 1976 foi de 10%, enquanto a arrecadação de impostos sobre o consumo aumentou em 15%. Isso ocorreu porque a lei de incentivo fiscal reduziu a alíquota de imposto de renda sobre o lucro das empresas de 10% para 5%. A arrecadação de impostos sobre o consumo aumentou porque a lei de incentivo fiscal também reduziu a alíquota de imposto de renda sobre o consumo de 10% para 5%.

---

### 3 - SETOR TERCIÁRIO

---

Este relatório apresenta os dados das exportações de produtos e serviços do setor terciário em 1976 e 1977. A arrecadação de impostos sobre o lucro das empresas caiu em 10% em 1977 em relação a 1976, enquanto a arrecadação de impostos sobre o consumo aumentou em 15%.

À luz dos indicadores disponíveis, mesmo com alguns apresentando decréscimos de 76 para 77, pôde-se verificar que houve um melhor desempenho do Setor Terciário no ano em estudo, face aos dados mais representativos deste Setor, terem apresentado melhoria em suas variações de 76 para 77, não se verificando, contudo, mudanças significativas.

A contribuição das exportações de longo curso para o melhor desempenho do setor serviços no ano de 77, em comparação a 76, foi bem expressiva, visto que este indicador apresentou um bom crescimento no período, tanto em termos físicos como monetários: 875.780 toneladas em 77 contra 465.925 em 76, correspondendo a um valor real de 589.643 e 796.038 mil cruzeiros (Tabela XII) para 76 e 77 respectivamente. Estes dados revelaram um crescimento de 88% no volume exportado e de 93% e 35% no valor gerado em termos nominais e reais respectivamente. Esta expansão deve-se, em grande parte, a uma quase duplicação da produção da atividade açucareira em 77.

As informações em pauta evidenciam uma quase total predominância por parte do açúcar demerara e melaço na quantidade e valor da pauta das exportações, participando conjuntamente com 97% e 90% do volume e valor respectivamente, confirmando-se mais uma vez a dependência do mercado externo, existente há mais de um século, responsável muitas vezes pelas crises que afetam o setor e, conseqüentemente, a economia como um todo.

O ano de 1977, a exemplo deste fato, apesar das exportações terem experimentado um acentuado crescimento, o açúcar demerara e o melaço, produtos mais representativos da pauta de exportação, tiveram seus preços por tonelada bastante reduzidos, causando problemas sérios para a economia alagoana.

Por sua vez as importações provenientes do exterior, segundo informações da Administração do Porto, restringiram-se a praticamente dois produtos: adubos e trigo em grão e ainda assim decresceram em 39,3% de 76 para 77 (TABELA XIII). Isto devido principalmente a uma maior oferta de trigo no mercado interno, vez que as importações por cabotagem para Alagoas, aumentaram em quantidade quase que equivalente. (TABELA XIII).

Com relação as exportações por cabotagem seu desempenho em 77, ao contrário das exportações de longo curso apresentou-se desfavorável com relação a 1976, indicando um declínio de 31,5% (Tabela XIV).

Esta redução está ligada especificamente as exportações de petróleo e açúcar cristal, tendo o primeiro como causa, a redução na produtividade dos poços existentes, além da não identificação de novas jazidas. Com relação ao segundo produto, tal redução se deu em função de uma alta produção de açúcar cristal na safra 75/76, determinada pelo Instituto do Açúcar e

do Alcool para atendimento ao mercado interno, principalmente o Centro Sul do país que se ressentia da oferta deste produto, não ocorrendo tal fato em 77.

Quanto ao setor importador da economia alagoana, na parte de cabotagem, verificou-se um ligeiro aumento de 26,2% (Tabela XIV), mas decorrente unicamente do maior volume de Óleo Diesel e principalmente Trigo em Grão, adquiridos em 77, do próprio mercado interno, em detrimento do mercado internacional com relação ao último.

Um outro indicador bastante significativo para medir o desempenho do Setor Serviços é o consumo global de energia elétrica. Conforme informações da CEAL e CHESF (\*) o consumo de energia elétrica no Estado teve um aumento bastante acentuado no período 76/77 (Tabela XV), passando de 284.152 MWH para 617.226 MWH, apresentando uma elevação no nível global de consumo de aproximadamente 117%, constituindo-se em um dos indicadores do Setor Serviços que experimentou maior crescimento no ano de 77 comparativamente a 76.

Este expressivo aumento verificado no período, se deve em sua totalidade, a uma certa expansão do Setor Industrial, que exigiu um consumo adicional de 76 para 77, da ordem de 256.469 MWH, correspondendo a 76% do aumento geral. Em escala menor está também vinculado o fato de a CEAL haver incorporado ao seu Sistema de distribuição municípios que adquiriam energia diretamente da CHESF, cujo consumo estava fora de seu controle.

O melhor desempenho do Setor Serviços é também mostrado por uma certa elevação das atividades comerciais, aqui indicada pelo ICM, o qual apresentou, em termos reais uma arrecadação de Cr\$ 507.100.400,00 em 77 contra Cr\$ 447.017.950,00 em 76, apresentando um crescimento real em torno de 13% (Tabela XVI). A comercialização dos produtos da Agro-Indústria açucareira apresenta expressiva contribuição neste crescimento, vez que mantém uma participação relativamente alta na arrecadação total do ICM, 36,5% em 76 e 39,7% em 77. (Tabela XVI e XVII), isto sem falar na geração indireta do ICM ligado a esta atividade.

Salienta-se, por outro lado, que se não fossem os problemas de mercado, originários da política de controle da produção estabelecida pelo IAA, que muitas vezes induzem uma retratação na produção do açúcar cristal em favor de uma maior produção de açúcar demerara, voltada para o exterior e isenta de ICM, a contribuição da atividade Agro-Industrial açucareira na arrecadação do ICM total seria bem mais elevada e, consecutivamente, o ICM do Estado alcançaria cifras bem superiores às registradas atualmente.

Convém lembrar, que em função das novas atividades industriais em implantação e já implantadas no Estado, há uma grande perspectiva, de no médio prazo, vir o ICM alcançar índices de crescimento bastante significativos, podendo acarretar, inclusive, uma mudança estrutural no quadro de receita tributária do Estado.

Já, com relação ao imposto sobre a renda, verificou-se também um moderado acréscimo em sua arrecadação, registrando Cr\$ 266.751.000 em 77, que comparativamente com Cr\$ 175.811.000 de 76, determinou um incremento nominal de 51,7% e real de 6,9% (Tabela XXVIII), revelando uma relativa elevação na remuneração da força de trabalho ou incorporação de mão-de-obra, uma vez que não foi registrada, no último período, uma redução nas alíquotas.

A expansão do setor serviços também se fez mostrar pelo razoável crescimento verificado no movimento aéreo em Maceió, conforme indicam as informações do INFRAERO (Tabela XIX e XX).

Mesmo com os preços do transporte aéreo bem mais elevados em 77, em comparação ao período anterior, o número de passageiros embarcados no aeroporto de Maceió em 77, foi de 51.067 contra 43.722 registrados no ano de 76, revelando um incremento de 16,7%.

O número de desembarques também sofreu um incremento da ordem de 19%, passando de 41.152 em 76 para 48.969 em 77, mantendo um comportamento mensal bastante regular, não apresentando oscilações acentuadas em nenhum dos meses do período em estudo.

Já o movimento de carga experimentou uma expansão mais acentuada, indicando para o volume embarcado e desembarcado um incremento de 80,95% e 13,62% respectivamente. Observe-se que embora o movimento de desembarque tenha apresentado uma taxa inferior, em termos absolutos se aproxima do volume embarcado.

Vale salientar que o aumento de 80,95%, ocorrido no volume de carga embarcada, está vinculado a um certo crescimento da indústria de confecções no ano de 77 e conseqüentemente uma maior utilização do transporte aéreo para o escoamento de sua produção.

O consumo de combustíveis e lubrificantes foi um dos indicadores que apresentou uma grande estabilidade de 76 para 77.

Apesar do aumento de veículos automotores, o consumo de gasolina aumentou apenas 0,3% (Tabela XXI), devendo-se tal ocorrência a intensiva política de contenção de consumo de combustíveis empreendida no último ano.

O consumo de querosene praticamente se manteve e as variações de 7,9% e - 6,4% ocorridas no consumo de óleo diesel e lubrificantes, estão ligadas à irregularidade de período e volume de aquisição destes produtos. Onde muitas vezes são constituídos grandes estoques, em outras, efetiva-se a aquisição apenas do necessário, dependendo da disponibilidade de recursos.

Mesmo com a arrecadação de ICM demonstrando um maior desempenho das atividades comerciais em geral, verificou-se que de 76 para 77, as principais variáveis do movimento do Serviço de Proteção ao Crédito (Cadastros Negativos, Cadastros Recuperados e Informações Solicitadas), apresentaram trajetória descendente em suas quantidades, no entanto indicando elevação em seus valores. À primeira vista parece ter havido um certo amolecimento nas atividades de comércio lojista, através, principalmente, do crescimento de 34,38% (Tabela XXII) no valor real dos cadastros negativos e da redução de 1,3% (Tabela XXIV) nas informações solicitadas, mesmo com o ano de 77 apresentando um maior número de filiados ao SPC. No entanto, considere-se que a retração verificada nas informações solicitadas se justifica, em parte, pela redução de crédito direto ao consumidor na parte de eletrodoméstico de 30 para 12 meses, bem como pela não consulta ao SPC, por parte dos filiados, quando das vendas pelo chamado "Plano da Casa", com uma entrada mais quatro prestações sem juros. Quanto a redução de 10,9% e expansão de 33,58% da quantidade e valor real respectivamente verificados nos créditos reabilitados (Tabela XXIII) é uma decorrência do comportamento observado nos cadastros negativos, não ensejando assim uma situação de todo negativa para o comércio lojista.

No que diz respeito aos indicadores de solvabilidade da praça de Maceió, estes não apresentaram no ano de 77 em comparação a 76, um comportamento satisfatório. Observando-se que embora o número de falências requeridas tenha reduzido de 22% em 76 para 19% em 77, em termos de valor verificou-se um aumento bastante acentuado de 234,4% nominal e 115% em valores reais (Tabela XXV).

Também os títulos protestados, apresentam crescimento tanto em quantidade como em valor. Passando de um total de 12.029 títulos protestados em 76 para 15.415 em 77 e de um valor real de Cr\$ 58.079.065 em 76 para Cr\$... 90.830.286 em 77, registrou um crescimento de 126% e 56% em termos nominais e reais respectivamente (Tabela XXVII e XXVIII).

Estes resultados indicam um agravamento no nível de liquidez dos vedores desta praça.

(\*) Consumo das Indústrias Ligadas diretamente à CHESF na tensão 230 KV.

COMÉRCIO EXTERNO  
QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES  
1976/1977

Em Cr\$ 1.000,00

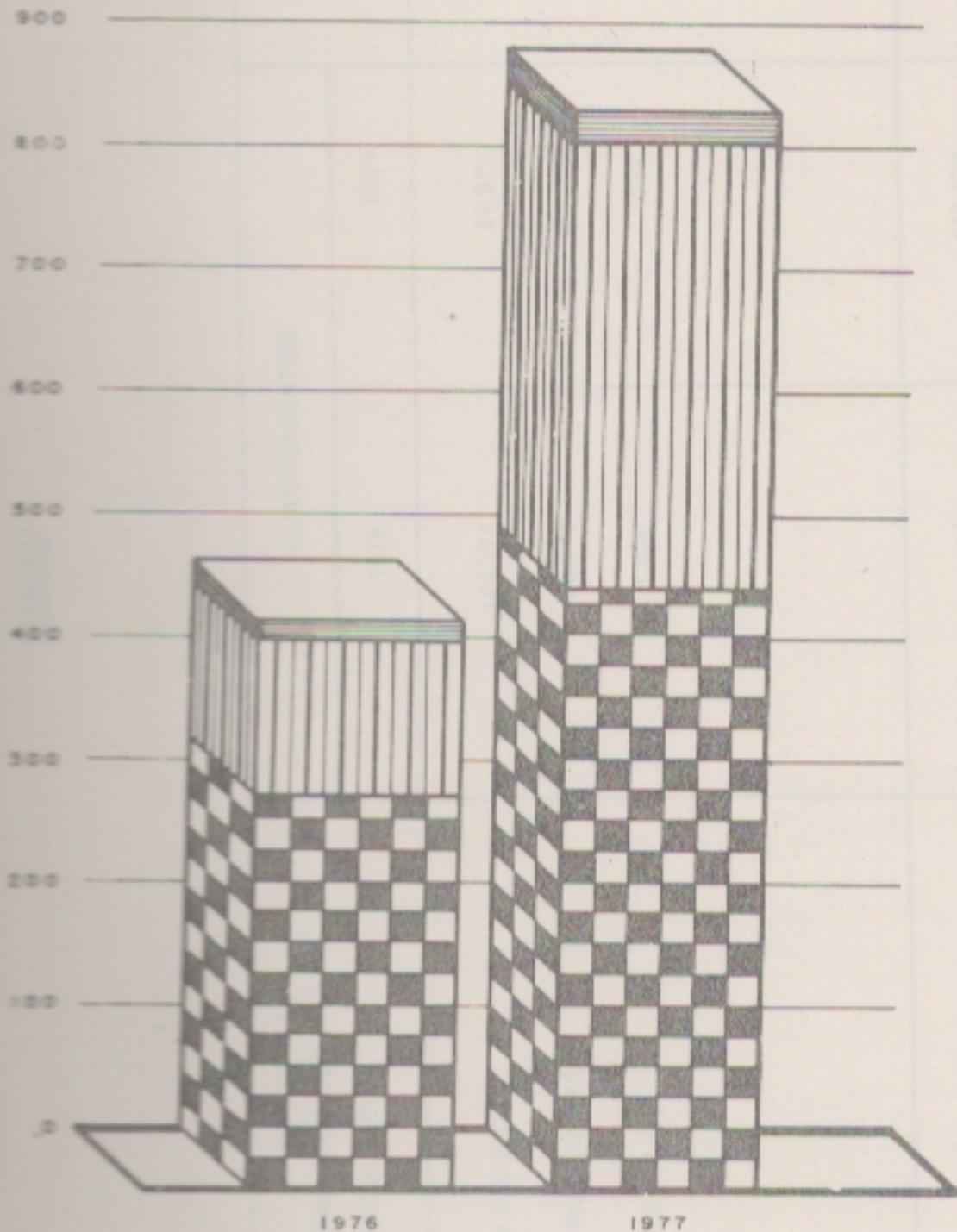
PRODUTOS	QUANTIDADE (TON)		VARIACÃO % 76/77	VALOR NOMINAL		VARIACÃO % 76/77	VALOR REAL (A PREÇO DE 76)		VARIACÃO % 76/77
	1976	1977		1976	1977		1976	1977	
Açúcar Demerara	117.172	361.356	208,4	342.588	781.607	128,1	342.588	547.777	60,0
Melisco	333.644	490.073	47,0	175.497	244.681	39,4	175.497	171.481	- 2,2
Açúcar Refinado	11.994	19.500	62,5	43.234	48.504	12,1	43.234	33.993	-21,3
Fumo em Folha	2.041	1.877	-8,0	18.230	26.278	44,1	18.230	18.417	1,0
Colagenos	807	2.772	243,4	6.185	28.873	366,8	6.185	20.235	227,1
Cόco Malado	49	4	- 91,8	655	189	- 71,1	655	132	- 80,0
Raspa de Couro Bovino	-	7	-	-	23	-	-	16	-
Castanha de Cajú	217	99	-54,3	3.236	3.721	14,9	3.236	2.608	-19,4
Móveis de Madeira	-	92	-	-	1.967	-	-	1.379	-
Leite de Cόco	1	1	-	18	-	-	18	-	-
T O T A L	465.925	875.760	86,0	569.643	1.135.843	93,0	589.643	796.038	35,0

FONTE: CACEX/PROMO EXPORT/FOR.  
ÍNDICES DE PREÇOS: Conjuntural Econômica de F.G.V.

ESTADO DE ALAGOAS  
**COMÉRCIO EXTERIOR**  
 QUANTIDADE EXPORTADA, SEGUNDO OS  
 PRINCIPAIS PRODUTOS

1976/77

mil toneladas



-  MELAÇO NÃO COMESTÍVEL
-  AÇÚCAR DEMERARA
-  OUTROS

COMERCIO EXTERNO  
 PRODUTOS IMPORTADOS  
 1976/1977

PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	QUANTIDADE (TON)		VARIACÃO (%) 76/77
	1976	1977	
A D U B O S	145.727	85.573	- 41,3
TRIGO EM GRÃO	88.610	57.099	- 36,6
O U T R O S	1.826	604	- 66,9
TOTAL	236.163	143.276	- 39,3

FONTE: Administração do Porto de Macaé/IFOR.

MOVIMENTO DE CARGA POR CABOTAGEM  
1976/1977

PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	1976	1977	%	1976	1977	%
ADUBOS	-	-	-	1.198	-	-
GASOLINA	-	-	-	83.754	78.121	-7,0
FUEL OIL	-	-	-	3.385	-	-
ÓLEO COMBUSTÍVEL	-	-	-	28.220	19.106	-32,3
ÓLEO DIESEL	-	-	-	86.022	102.111	18,7
QUEROSENE	-	-	-	6.555	6.872	4,8
TRIGO EM GRÃO	-	-	-	23.423	47.293	101,9
MÁQUINAS	-	-	-	-	22.000	-
ACÚCAR CRISTAL	173.431	54.467	-68,6	-	-	-
SODA CAÚSTICA	-	75.080	-	-	-	-
PETRÓLEO	217.494	137.936	-36,6	-	-	-
OUTROS	329	506	53,8	2.161	20.746	860,0
<b>T O T A L</b>	<b>391.254</b>	<b>267.989</b>	<b>-31,5</b>	<b>234.718</b>	<b>296.249</b>	<b>26,2</b>

FONTE: ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ/IFOR.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

1976/1977

CONSUMO (MWH)

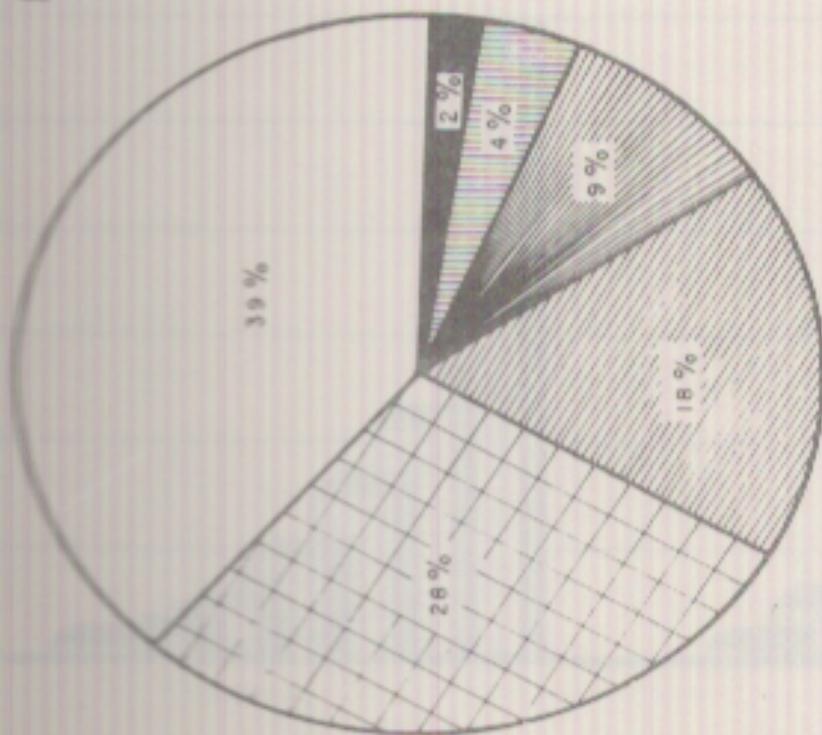
MESES	TOTAL		RESIDENCIAL		COMERCIAL		INDUSTRIAL (*)		PODERES PÚBLICOS		ILUMINAÇÃO PÚBLICA		RURAL	
	1976 (A)	1977 (B)	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1976	1977
JANEIRO	23.450	34.266	8.290	8.297	3.753	6.919	7.811	12.127	1.006	3.601	2.008	2.530	582	792
FEVEREIRO	23.754	39.324	6.412	8.726	3.717	5.629	9.831	18.471	1.250	3.036	2.004	2.738	540	724
MARÇO	22.689	44.033	6.723	8.803	3.419	6.100	9.256	22.931	729	2.750	2.011	2.561	551	888
ABRIL	21.657	50.213	6.212	9.203	3.743	7.049	8.198	28.196	1.050	2.510	2.050	2.538	404	717
MAIO	22.565	45.758	6.491	9.610	4.676	5.109	7.963	25.386	935	2.320	2.108	2.544	392	789
JUNHO	20.591	44.323	6.213	7.874	3.559	5.674	7.082	24.546	1.030	2.862	2.049	2.585	658	782
JULHO	23.371	51.580	6.483	9.726	4.694	5.216	8.287	30.899	984	2.464	2.041	2.521	882	754
AGOSTO	21.121	45.708	6.220	8.483	3.594	4.663	8.182	26.843	483	2.421	2.083	2.591	559	707
SETEMBRO	24.233	49.425	6.589	8.853	4.688	5.616	9.366	28.588	891	2.941	2.147	2.581	552	546
OUTUBRO	24.662	60.841	6.528	9.078	4.296	5.769	10.255	38.941	832	3.744	2.135	2.620	616	779
NOVEMBRO	26.962	74.795	6.650	8.749	4.976	5.333	11.678	54.533	976	2.738	2.183	2.573	499	869
DEZEMBRO	29.097	77.170	7.564	9.140	4.807	6.209	12.796	55.713	948	2.738	2.198	2.570	784	800
TOTAL	284.152	517.436	80.375	106.542	49.922	69.286	110.705	367.174	11.114	34.125	25.017	30.952	7.019	9.147
Variação Percentual relativo aos totais 76/77	117,22		32,56		38,79		231,67		207,05		23,72		30,32	

Variação Percentual  
relativo aos  
totais 76/77

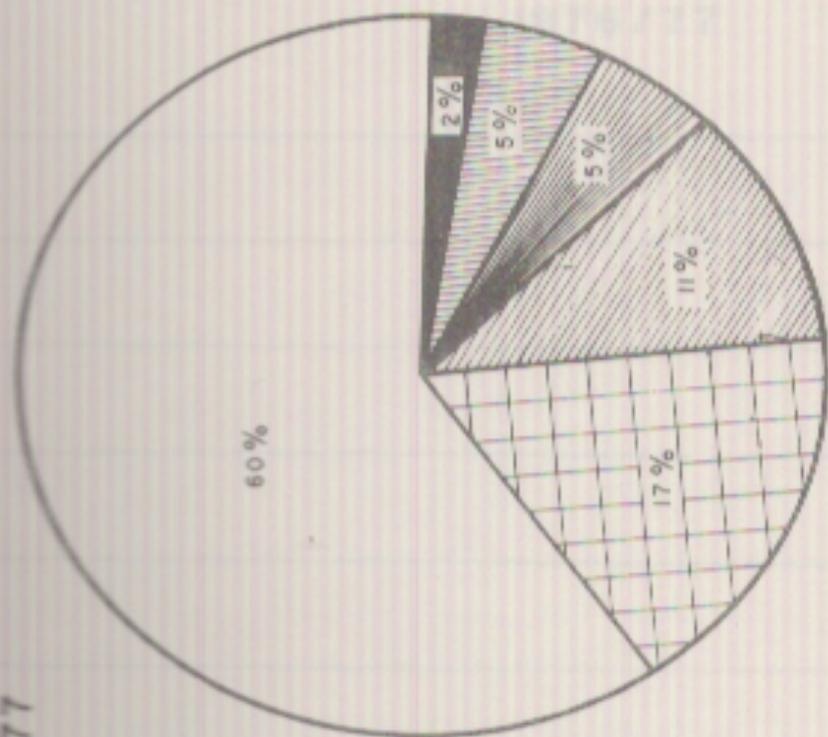
FONTE: CEAL/CHESF/IFOR  
(\*) Inclui .....

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA  
(PERCENTUAL DE CONSUMO POR CLASSE)

1976/77



1976



1977

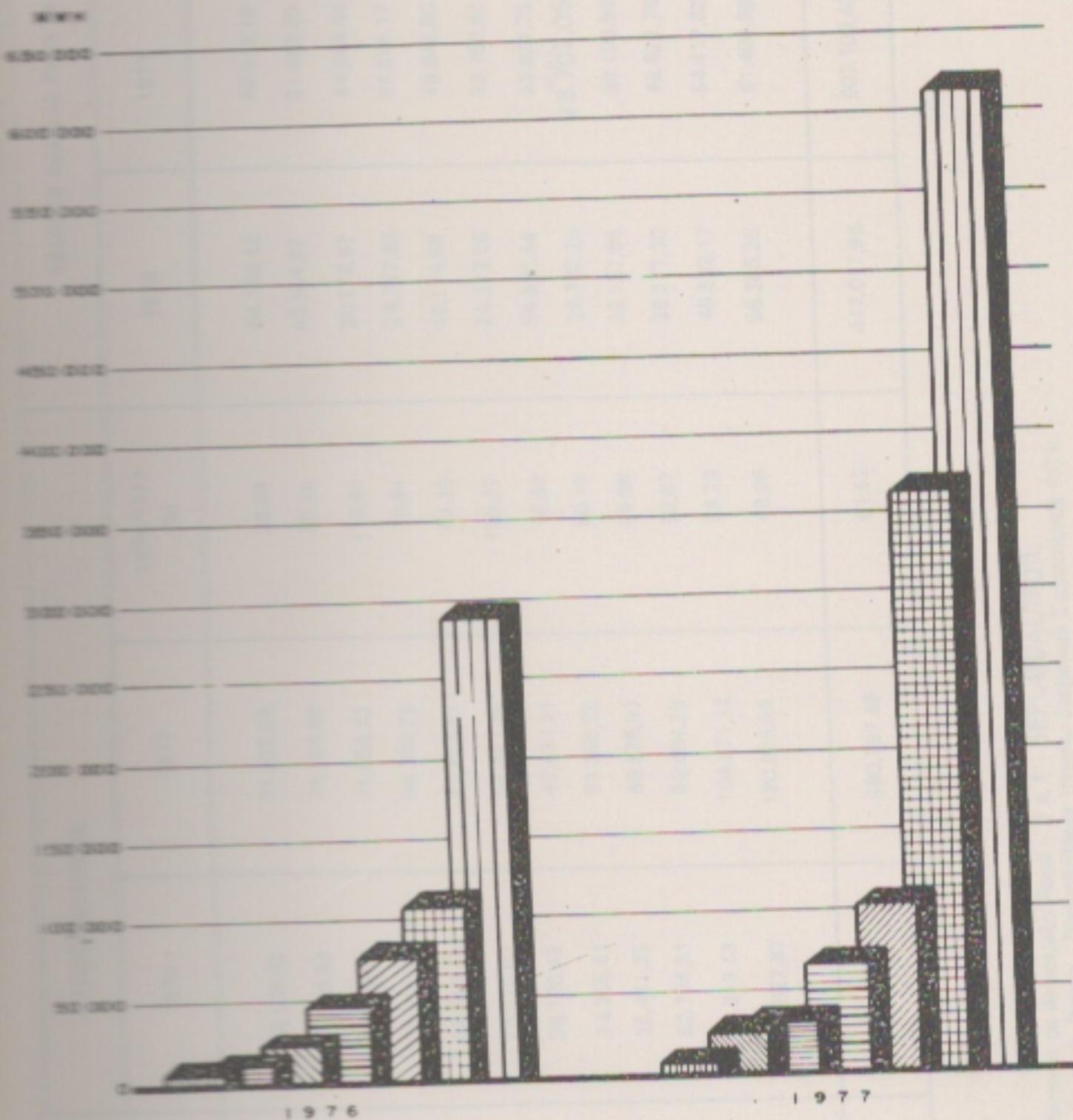
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA



Dados originais: TAB - XV

ESTADO DE ALAGOAS

# CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA SEGUNDO AS CLASSES 1976/77



CONSUMO DE ENERGIA



VALORES REAIS (A Preço de Janeiro de 76)

VALORES NOMINAIS

1976/1977  
%

1977

1976

1976/1977  
(%)

1977

1976

MÊSES

MÊSES	1976	1977	1976/1977 (%)	1976	1977	1976/1977 %
Janeiro	54.109,42	71.935,53	32,94	54.109,42	48.916,16	- 9,95
Fevereiro	41.688,83	78.193,60	67,56	40.054,67	51.498,30	28,57
Março	32.532,38	71.056,33	118,41	30.118,47	44.964,44	49,29
Abril	33.300,79	56.789,76	70,54	29.747,59	34.528,17	16,07
Maior	52.346,46	84.932,53	62,25	45.174,99	49.846,90	10,34
Junho	28.876,60	58.697,89	103,27	24.273,66	33.780,63	39,16
Julho	35.720,42	42.437,11	18,80	28.933,54	23.921,79	- 17,32
Agosto	34.355,81	51.566,75	50,10	25.732,25	28.702,05	7,36
Setembro	29.441,35	58.876,92	99,98	22.157,58	32.193,89	45,29
Outubro	52.798,31	80.604,25	52,67	38.777,30	42.921,76	10,68
Novembro	67.313,43	104.871,12	55,79	48.553,17	54.417,62	12,07
Dezembro.	82.827,87	120.825,69	45,88	58.385,36	61.408,69	4,64
<b>T O T A L</b>	<b>545.309,67</b>	<b>880.797,46</b>	<b>61,52</b>	<b>447.017,95</b>	<b>507.100,40</b>	<b>13,44</b>

FONTE: Departamento de Arrecadação Fiscal - D A F - SEPLAN/AL/IFOR.  
 SETOR: Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna. Conjuntura Econômica F.G.V.  
 BASE: Janeiro/76=100

NA ARRECADACAO DO ICM TOTAL DO ESTADO

1976/1977

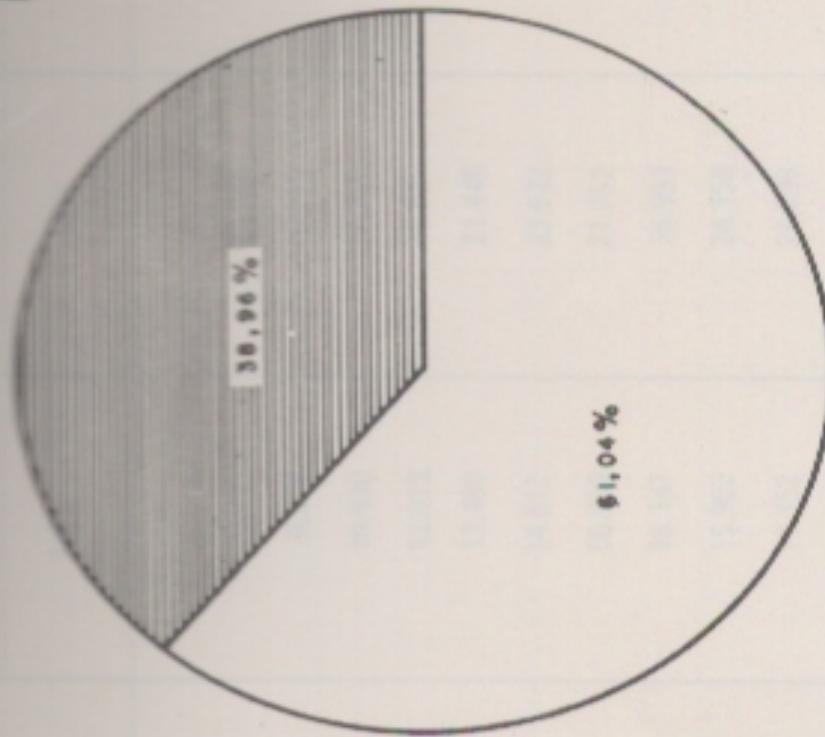
(Em Cr\$ 1.000,00)

ANOS	ICM TOTAL (A)	ICM DA AGRO-INDÚSTRIA AÇUCAREIRA (B)	%
1976	545.309,67	198.932,97	36,5
1977	880.797,48	349.192,22	39,7

F O N T E: SEFAZ - COOPERATIVA DOS USINEIROS - USINAS NÃO COOPERADAS/IFOR

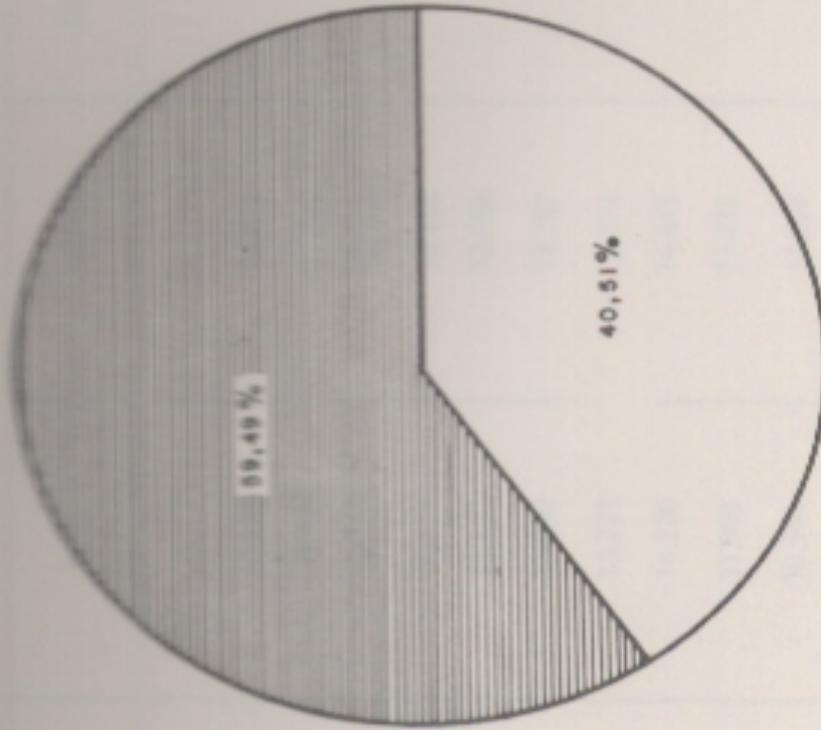
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA NO CONSUMO TOTAL DE ENERGIA

1976/77



1976

INDUSTRIAL  
OUTROS



1977

Dados originais: TAB - Y1

ESTADO DE ALAGOAS  
 IMPOSTO DE RENDA NA FONTE  
 1976/1977

(Em Cr\$ 1.000,00)

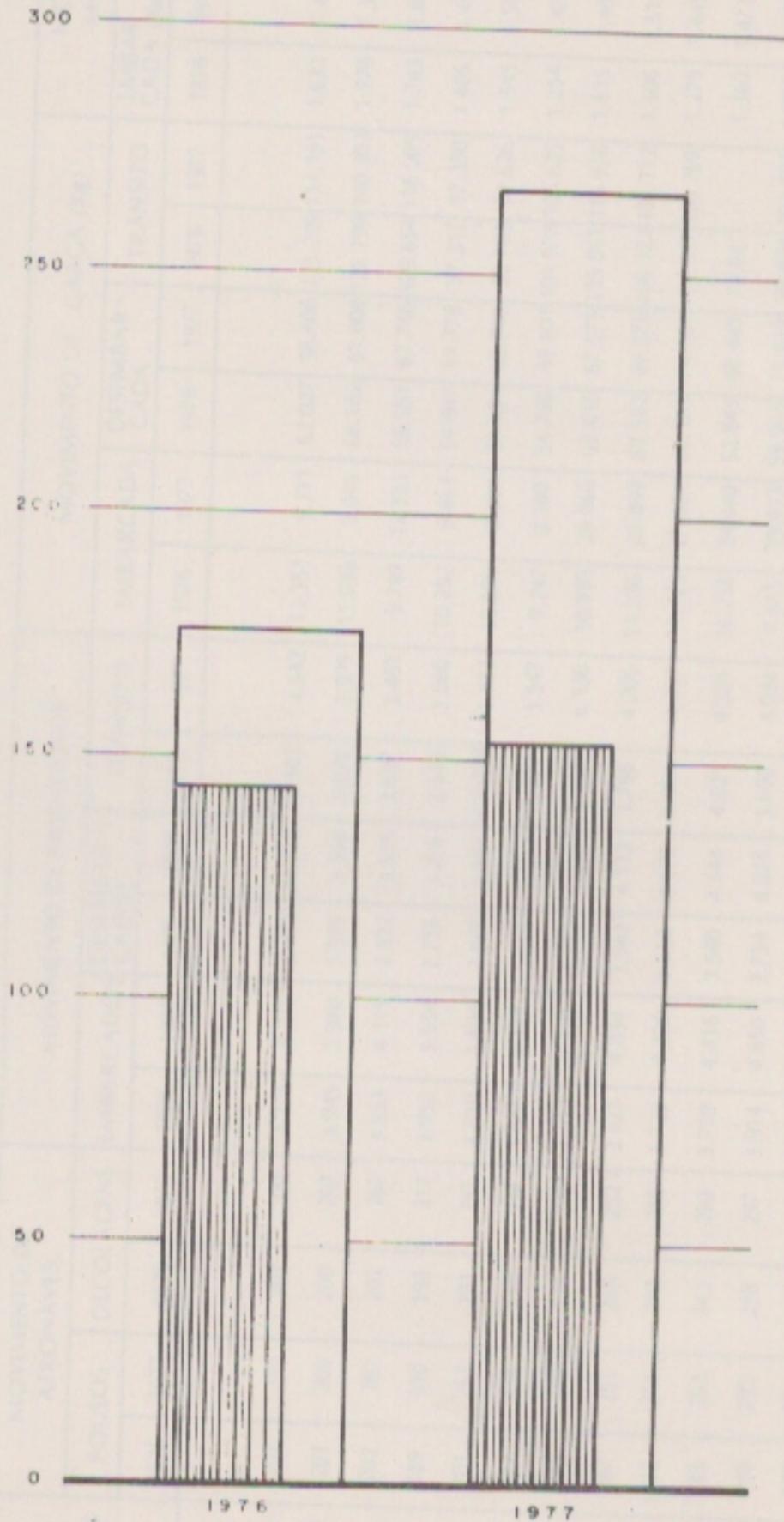
M E S E S	VALORES NOMINAIS			VALORES REAIS (A preços de Janeiro de 76)		
	1976	1977	1976/1977 (%)	1976	1977	1976/1977 (%)
Janeiro	10.895	20.088	84,3	10.895	13.660	25,4
Fevereiro	9.864	16.713	69,4	9.447	11.007	16,5
Março	10.930	17.209	57,4	10.119	10.890	7,6
Abril	12.013	16.921	40,8	10.731	10.288	-4,1
Maior	13.480	21.448	59,1	11.633	12.588	8,2
Junho	14.812	23.922	61,5	12.450	13.767	10,6
Julho	16.939	21.952	29,5	13.721	12.374	-9,8
Agosto	18.147	25.953	43,0	14.120	14.445	2,3
Setembro	15.902	24.158	51,9	11.968	13.210	10,4
Outubro	14.352	23.039	60,5	10.544	12.268	16,4
Novembro	18.276	24.510	34,1	13.182	12.718	-3,5
Dezembro	20.201	30.838	52,6	14.240	15.672	10,1
TOTAL	175.811	266.751	51,7	143.050	152.887	6,9

FONTE: SRF - CIEF/IFOR.  
 DEFLATOR: Índice Geral de preços - Disponibilidade Interna - Conjuntura Econômica da F.G.V.  
 MÊS BASE: Janeiro/76 = 100

# IMPOSTO DE RENDA

1976/77

milhões de  
cruzeiros



VALORES NOMINAIS

VALORES REAIS (a preços de jan/76)

TABELA XIX

ESTADO DE ALAGOAS  
 MOVIMENTO DE AERONAVES, DE PASSAGEIROS, DE CARGA E  
 DE MALA POSTAL  
 AEROPORTO DOS PALMARES  
 1976/1977

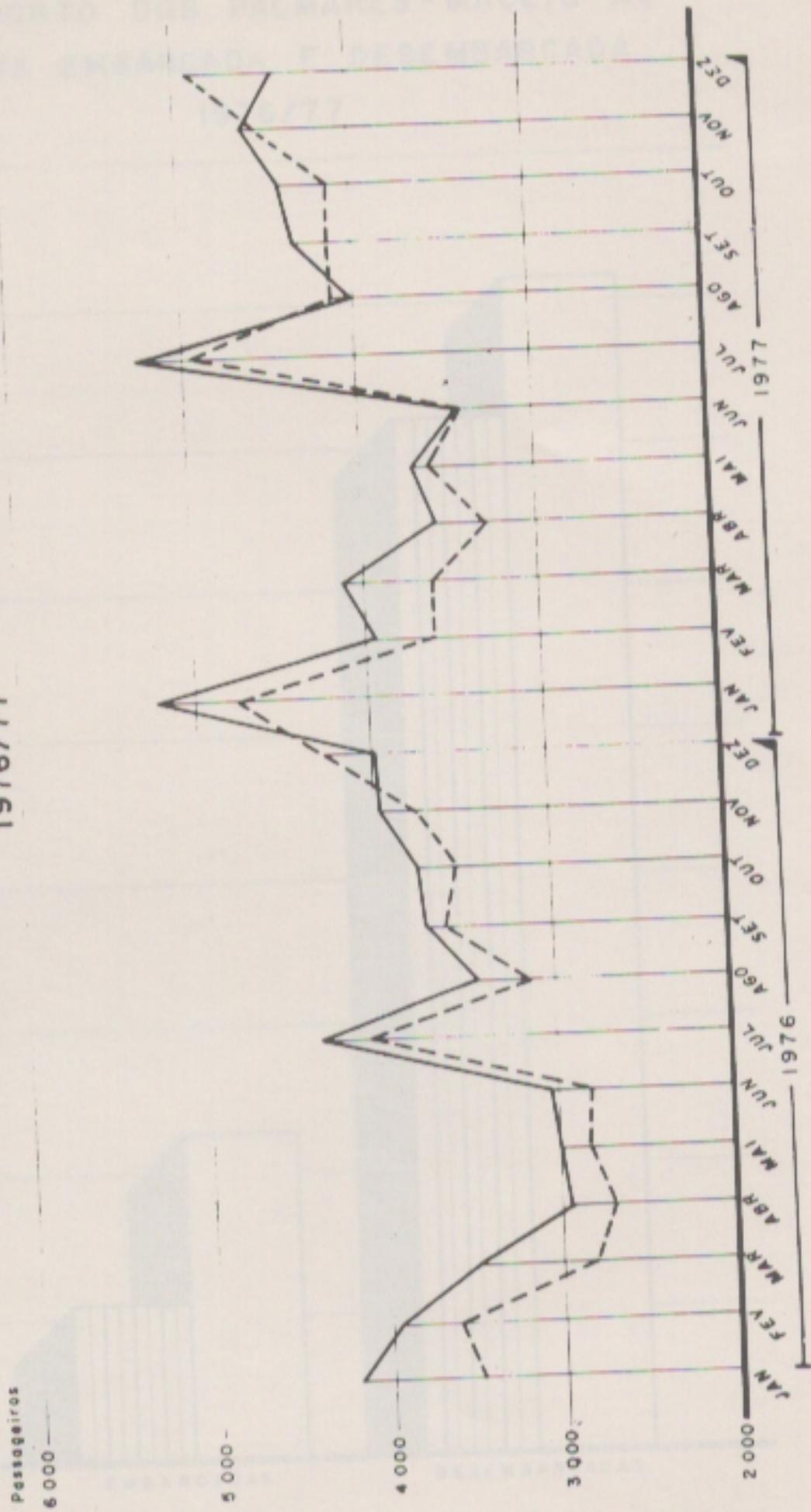
M E S E S	MOVIMENTO DE AERONAVES				MOVIMENTO DE PASSAGEIROS				MOVIMENTO DE CARGA (Kg)				MOVIMENTO DE MALA POSTAL							
	POUSOS		DECOLAGENS		EMBARCADOS		DESEMBAR- CADOS		TRÂNSITO		EMBARCADA		DESEMBAR- CADA		TRÂNSITO		EMBAR - CADA (Kg)		DESEMBAR - CADA (Kg)	
	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1976	1977
JANEIRO	207	231	207	231	4.176	5.216	3.473	4.715	3.502	4.642	12.351	9.311	62.027	58.606	125.209	114.191	1.632	1.495	222	2.432
FEVEREIRO	201	209	200	207	3.945	3.940	3.595	3.598	3.028	3.979	11.086	9.045	68.182	61.008	126.799	140.303	1.578	1.381	155	2.221
MARÇO	202	267	202	267	3.553	4.119	2.832	3.598	2.837	3.461	9.797	12.333	56.581	67.746	109.654	116.005	1.743	1.694	455	3.387
ABRIL	189	318	190	317	2.952	3.554	2.716	3.278	2.619	3.800	10.252	8.664	54.947	51.778	97.317	97.330	1.405	1.495	778	2.319
MAIO	201	253	201	257	3.039	3.698	2.846	3.587	2.658	3.432	10.800	9.381	59.394	60.740	98.705	97.626	1.545	1.564	1.030	3.194
JUNHO	217	234	217	234	3.000	3.447	2.819	3.410	2.828	3.547	9.247	8.289	54.760	55.601	101.078	105.635	1.254	1.454	3.051	2.493
JULHO	235	249	235	248	4.313	5.230	4.112	4.924	5.125	6.136	10.995	28.066	62.815	67.575	115.051	116.938	1.615	1.480	1.758	2.431
AGOSTO	267	251	265	252	3.427	4.034	3.542	4.112	3.798	4.206	11.356	25.892	61.562	69.275	108.322	101.712	1.606	1.519	1.784	3.065
SETEMBRO	232	255	233	255	3.725	4.328	3.652	4.172	3.964	4.357	11.723	27.324	60.163	74.591	94.367	100.269	1.279	1.445	1.065	2.607
OUTUBRO	243	292	243	290	3.759	4.416	3.540	4.144	4.021	4.581	10.218	24.640	52.845	68.445	74.847	-	1.360	1.472	3.243	4.212
NOVEMBRO	298	295	298	297	3.914	4.650	3.754	4.524	3.690	4.034	7.415	19.813	59.963	75.825	99.894	103.593	1.075	1.499	3.474	2.792
DEZEMBRO	230	284	231	284	3.919	4.435	4.261	4.907	3.839	5.052	9.360	32.705	66.267	106.323	121.856	120.736	1.919	1.973	3.785	4.679
TOTAL	2.722	3.138	2.722	3.139	43.722	51.067	41.142	48.969	41.909	51.227	124.600	255.467	719.506	817.516	1.273.099	1.214.342	18.011	18.471	20.911	35.839

TABELA XX

ESTADO DE ALAGOAS  
 VARIACÃO PERCENTUAL DO MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO DOS PALMARES  
 1976/1977

MÊSES	MOVIMENTO DE AERONÁVES		MOVIMENTO DE PASSAGEIROS		MOVIMENTO DE CARGA (Kg)			MOVIMENTO DE MALA POSTAL		
	POUSOS	DECOLA	EMBARCADOS	DESEMBARC.	TRÂNSITO	EMBARCADOS	DESEMBARC.	TRÂNSITO	EMBARC. (Kg)	DESEM- (Kg) BARC.
	1976/77 %	1976/77 %	1976/77 %	1976/77 %	1976/77 %	1976/77 %	1976/77 %	1976/77 %	1976/77 %	1976/77 %
Janeiro	11 59	11,59	24,90	35,76	32,55	-74 61	-5,82	-8,80	-8,39	1098,65
Fevereiro	3 98	3,50	-0,13	0,08	31,41	-18 37	-10,52	10,65	-12,48	1432,90
Março	37 18	32,18	15,93	27,05	22,00	75 89	19,73	5,79	-2,81	744,40
Abril	68 75	66,84	20,39	20,69	45,09	-15 49	-5,77	0,01	6,41	298,07
Maior	25 87	27,86	21,68	26,04	29,12	-13 14	2,27	-1,09	1,23	210,10
Junho	7 83	7,83	14,90	20,96	25,42	-10 36	1,53	4,51	15,95	-18,29
Julho	5 96	5,53	21,25	19,75	19,73	155 26	7,58	1,64	-8,36	38,28
Agosto	-5 99	-4,91	17,12	16,09	10,74	178 00	12,53	-6,10	-5,42	71,80
Setembro	9 91	9,44	16,18	14,24	9,91	133 08	23,98	6,25	12,29	144,79
Outubro	20 16	19,34	17,47	17,06	13,92	141 14	29,52	-	8,23	-29,87
Novembro	-1 01	-0,34	18,80	20,51	9,32	307 06	26,45	3,70	39,44	-19,64
Dezembro	23 47	22,94	13,16	15,16	31,99	249 41	60,44	0,91	2,81	23,61
TOTAL	15 78	15,31	16,79	19,02	22,23	80 95	13,62	-4,61	2,55	71,38

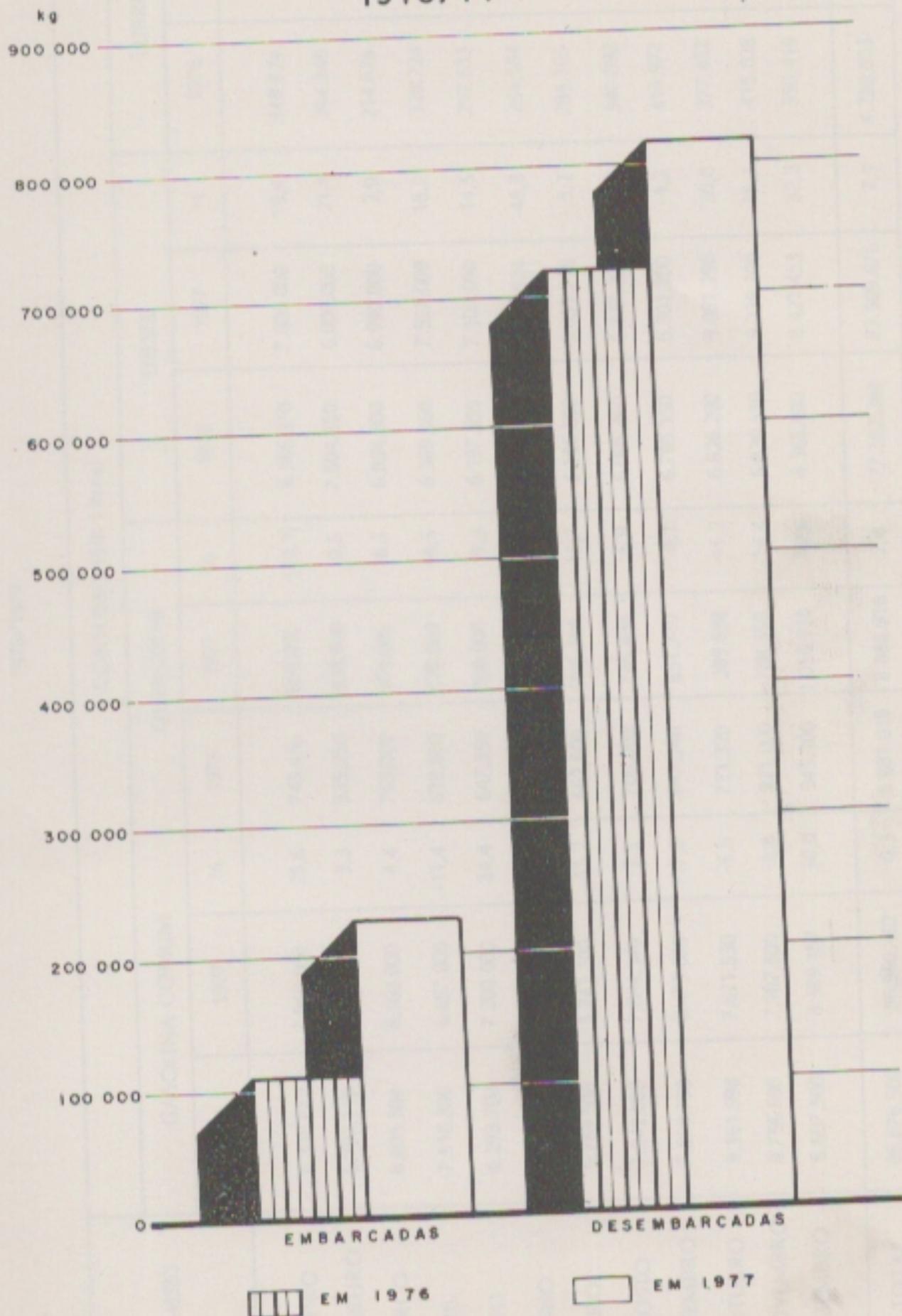
ESTADO DE ALAGOAS  
 MOVIMENTO ESTATÍSTICO  
 AEROPORTO DOS PALMARES-MACEIÓ  
 PASSAGEIROS EMBARCADOS E DESEMBARCADOS  
 1976/77



--- DESEMBARCADOS

— EMBARCADOS

ESTADO DE ALAGOAS  
**MOVIMENTO ESTATÍSTICO**  
**AEROPORTO DOS PALMARES - MACEIÓ - AL**  
**CARGA EMBARCADA E DESEMBARCADA**  
**1976/77**



Dados originais: TAB - XIX

## ESTADO DE ALAGOAS

## CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

1976/1977

MESES	CONSUMO (Em Litros)											
	GASOLINA COMUM			QUEROSENE			DIESEL			LUBRIFICANTES		
	1976	1977	%	1976	1977	%	1976	1977	%	1976	1977	%
JANEIRO	6.338.612	7.960.000	25,6	743.450	660.000	-(10,1)	6.366.370	7.600.000	19,4	448.824	153.000	-65,9
FEVEREIRO	6.793.150	7.016.000	3,3	535.250	638.000	0,5	7.604.650	6.000.000	-21,1	294.346	104.000	-64,7
MARÇO	8.005.500	8.360.000	4,4	763.000	903.000	18,3	6.854.000	6.990.000	2,0	214.624	134.000	-37,6
ABRIL	7.510.300	6.657.000	-11,4	619.650	920.000	48,5	6.369.360	7.527.000	18,2	328.724	248.482	-24,4
MAIO	6.293.700	7.200.000	14,4	647.350	708.000	9,3	6.197.350	7.100.000	14,5	292.633	275.226	-5,9
JUNHO	6.237.700	6.268.750	0,5	794.050	654.070	17,6	6.040.650	3.208.524	-46,8	264.584	249.944	-5,5
JULHO	6.769.600	5.743.100	-15,2	662.600	766.588	15,7	5.306.800	5.033.700	- 5,2	284.105	637.031	124,2
AGOSTO	7.342.000	7.084.340	-3,5	700.000	748.438	6,9	6.005.400	6.827.209	13,7	340.092	393.393	15,7
SETEMBRO	7.859.750	6.473.085	-17,6	647.240	651.710	0,1	6.785.150	6.501.200	-4,2	419.972	529.394	26,1
OUTUBRO	8.161.998	7.621.530	-6,6	711.320	389.638	-45,2	6.626.200	9.061.290	36,8	377.452	412.407	9,3
NOVEMBRO	8.756.690	7.987.500	-8,8	921.000	788.558	-14,4	6.830.550	9.239.300	35,3	415.028	383.124	-7,7
DEZEMBRO	6.607.500	8.589.157	30,0	945.100	1.058.916	12,0	6.365.800	8.421.453	32,3	550.416	441.188	-19,8
TOTAL	86.676.500	86.960.462	0,3	8.681.010	8.886.918	2,4	77.352.280	83.509.676	7,9	4.230.803	3.961.186	-6,4

FONTE: ESSO, SHELL, ATLANTIC E TEXACO/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS  
 MOVIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (PRAÇA DE LAÇEIO)  
 CADASTROS NEGATIVOS  
 1976/1977

(Valor em Cr\$ 1,00)

M E S E S	QUANTIDADE		VALORES NOMINAIS		VALORES REAIS		QUANTIDADE	VARIACÃO PERCENTUAL 1976/1977	
	1976	1977	1976	1977	1976	1977		VALOR	
								NOMINAL	REAL
Janeiro	463	783	298.168	1.691.995	298.168	1.150.556	69,11	467,46	285,87
Fevereiro	604	738	751.109	1.157.317	721.665	762.208	22,20	54,10	5,62
Março	842	1.042	748.067	1.667.550	692.560	1.055.225	23,75	122,91	52,37
Abril	778	729	850.332	1.802.077	759.601	1.095.662	-6,30	111,93	44,24
Maior	848	839	904.266	1.507.059	780.381	884.492	-1,06	66,66	13,34
Junho	679	741	541.364	1.027.776	455.070	591.485	9,13	89,85	29,98
Julho	723	660	586.691	3.782.054	475.219	2.131.943	-8,71	544,64	348,62
Agosto	497	696	498.076	2.144.440	387.552	1.193.595	40,04	330,54	207,98
Setembro	555	594	488.371	1.388.236	367.548	759.087	7,03	184,26	106,53
Outubro	947	831	1.727.290	4.075.935	1.269.039	2.170.435	-12,25	135,99	71,03
Novembro	951	578	1.373.147	1.763.886	990.450	915.280	-39,22	28,46	-7,59
Dezembro	1.633	520	3.754.482	1.020.009	2.646.534	518.368	-68,16	-72,83	-80,41
T O T A L	9.520	8.751	12.521.363	23.028.334	9.843.787	13.228.336	-8,10	83,90	34,38

FONTE: Serviço de Proteção ao Crédito-SPC.

DEFLATOR: Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna Conjuntura Econômica da F.G.V.

MÊS BASE: Janeiro/76=100

ESTADO DE ALAGOAS  
 MOVIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (PRAÇA DE MACEIO)  
 CADASTROS REABILITADOS

1976/1977

(Valor em Cr\$ 1,00)

M E S E S	QUANTIDADE		VALORES NOMINAIS		VALORES REAIS		VARIACÃO PERCENTUAL 1976/1977		
							QUANTIDADE	VALOR	
	1976	1977	1976	1977	1976	1977		NOMINAL	REAL
Janeiro	1.063	824	504.568	611.524	504.568	415.836	-22,48	21,20	-17,59
Fevereiro	585	499	293.341	506.370	281.842	333.495	-14,70	72,62	18,33
Março	618	581	397.008	438.880	367.550	277.723	-6,00	10,55	-24,44
Abril	620	759	340.879	1.724.626	304.507	1.048.572	22,42	405,93	244,35
Maiο	666	465	378.913	688.845	327.001	404.283	-30,18	81,80	23,69
Junho	823	573	468.207	1.014.756	393.574	583.992	-30,38	116,73	48,38
Julho	436	551	391.161	615.458	316.840	346.933	26,38	57,34	9,50
Agosto	595	367	422.243	576.783	328.547	321.037	-38,32	36,60	-2,29
Setembro	350	717	260.795	1.303.722	196.274	712.875	104,86	399,90	263,20
Outubro	732	503	384.992	2.283.662	282.853	1.216.050	-31,28	493,17	329,92
Novembro	381	472	416.961	1.110.455	300.753	576.215	23,88	166,32	91,59
Dezembro	956	664	1.384.468	697.237	975.911	354.335	-30,54	-49,64	-63,69
T O T A L	7.825	6.975	5.643.536	11.572.318	4.934.555	6.591.346	-10,90	105,05	33,58

FONTE: Serviço de Proteção ao Crédito-SPC.

DEFLATOR: Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna Conjuntura Econômica da F.G.V.

MÊS BASE: Janeiro de 76=100

# MOVIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SPC (CADASTROS NEGATIVOS E REABILITADOS) 1976/77

mil  
cruzeiros

25 000

20 000

15 000

10 000

5 000

0

1976

1977

1976

1977

 NEGATIVOS  
 REABILITADOS

Dados Originaes: TAB.-XXII

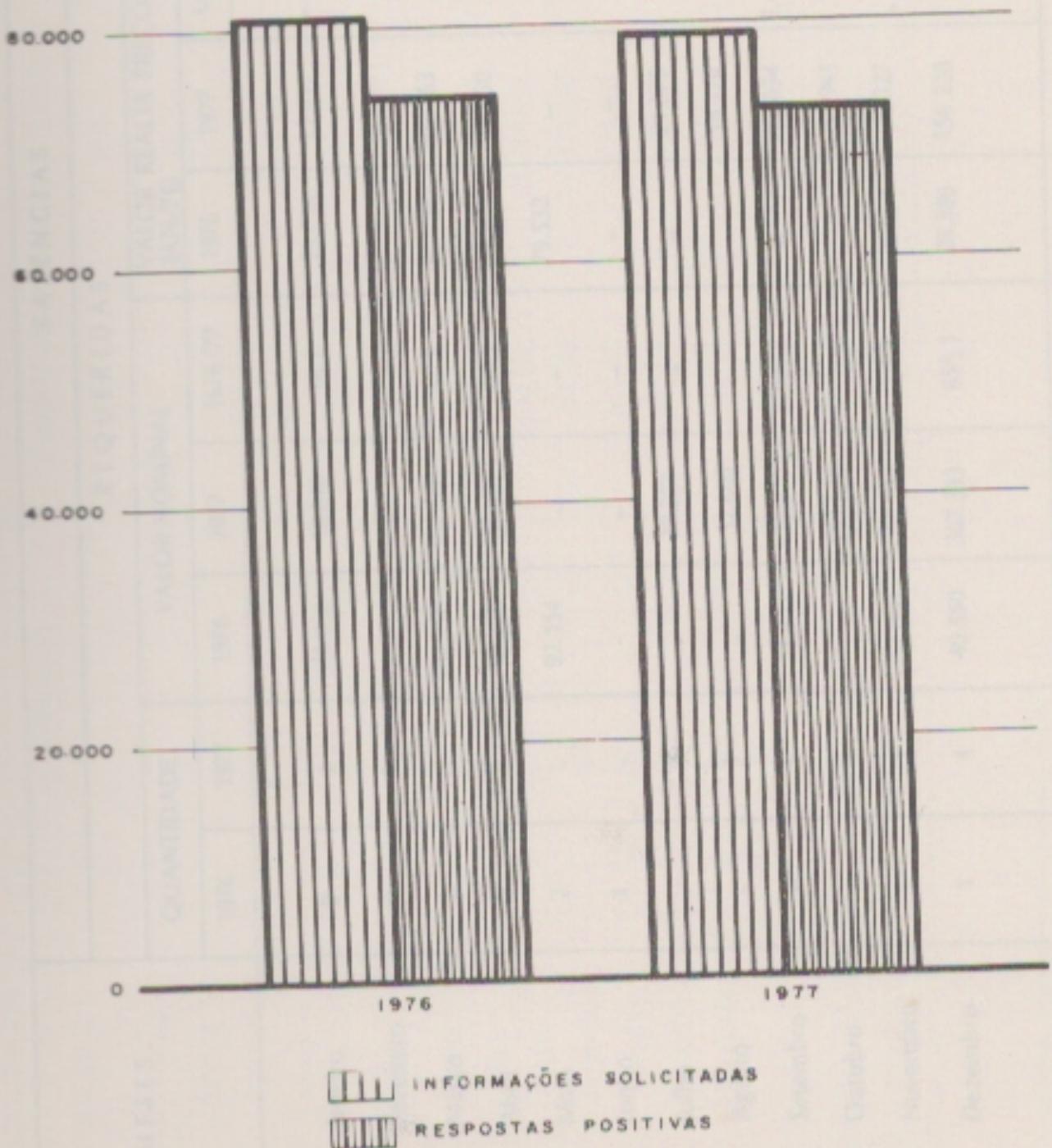
TABELA XXIV  
 ESTADO DE ALAGOAS  
 MOVIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (PRAÇA DE MACEIO)  
 INFORMAÇÕES SOLICITADAS  
 1976/1977

MESES	QUANTIDADE			RESPOSTAS POSITIVAS		
	1976	1977	76/77 (%)	1976	1977	76/77 (%)
	Janeiro	6.601	5.283	-19,9	6.056	4.845
Fevereiro	6.204	4.433	-28,5	5.600	4.102	-26,7
Março	6.058	6.168	1,8	5.564	5.698	2,4
Abril	5.916	5.257	-11,1	5.420	4.828	-10,9
Maiο	7.273	6.302	-13,3	6.694	5.736	-14,3
Junho	6.481	6.225	-3,9	5.973	5.730	-3,5
Julho	7.176	6.769	-5,6	6.619	6.165	-6,8
Agosto	6.236	7.618	22,1	5.806	7.031	21,1
Setembro	5.751	6.753	17,4	5.336	6.195	16,1
Outubro	5.981	7.338	22,7	5.492	6.750	22,9
Novembro	6.336	7.215	13,9	5.848	6.678	14,2
Dezembro	10.531	10.088	-4,2	9.649	9.341	-3,2
TOTAL	80.544	79.449	-1,3	74.057	73.099	1,3

FONTE: SPC (Serviço de Proteção ao Crédito)/IFOR.

MOVIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO  
CRÉDITO NA PRAÇA DE MACEIÓ  
(INFORMAÇÕES SOLICITADAS E  
RESPOSTAS POSITIVAS)  
1976/77

Quantidade  
100.000



FALENCIAS REQUERIDAS E DECRETADAS NA PRAÇA DE MACEIO  
1976/1977

FALENCIAS

MESES	REQUERIDAS						DECRETADAS	
	QUANTIDADE		VALOR NOMINAL		VALOR REALIA PREÇOS DE JAN/76)		QUANTIDADE	
	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1976	1977
Janeiro	2	2	23.030	18.848	23.030	12.817	1	2
Fevereiro	9	-	-	-	-	-	2	-
Março	2	1	104.796	162.688	97.028	102.963	3	1
Abril	3	2	50.276	81.986	44.914	49.850	2	-
Maiο	2	-	92.154	-	79.532	-	9	2
Junho	1	-	-	-	-	-	-	-
Julho	-	1	-	38.271	-	21.575	-	-
Agosto	-	1	-	32.640	-	18.170	-	1
Setembro	1	5	11.403	411.509	8.582	222.034	1	2
Outubro	-	2	-	153.870	-	81.941	-	5
Novembro	1	1	54.000	50.732	38.954	26.327	1	3
Dezembro	1	4	40.550	307.393	28.586	156.220	1	4
TOTAL	22	19	376.209	1.257.937	320.626	691.897	20	21

FONTE: Cartórios de Protestos/IFOR  
DEFLATOR: Índice Geral de Preços Conjuntura Econômica do F.G.V.

TÍTULOS PROTESTADOS NO MUNICÍPIO DE MACIÚ

1976/1977

M E S E S	QUANTIDADE		VALORES NOMINAIS (Em Cr\$ 1,00)		VALORES REAIS (APREÇO DE JAN/76)	
	1976	1977	1976	1977	1976	1977
Janeiro	675	959	3.286.569	6.666.903	3.286.569	4.533.494
Fevereiro	995	797	5.889.831	12.817.007	5.659.320	8.441.281
Março	1.245	1.331	9.539.967	13.340.754	8.832.101	8.442.029
Abril	895	1.295	4.727.403	9.631.337	4.222.989	5.855.853
Maió	781	1.514	4.133.008	13.344.999	3.566.786	7.832.180
Junho	1.043	967	4.964.441	7.860.246	4.173.109	4.523.572
Julho	1.060	1.250	4.031.140	11.775.001	3.265.223	6.637.568
Agosto	972	1.254	4.198.866	10.664.539	3.267.138	5.935.882
Setembro	826	1.358	5.578.685	11.463.598	4.198.518	6.268.295
Outubro	1.282	1.351	7.490.703	12.375.030	5.503.419	6.589.703
Novembro	1.107	1.614	8.031.709	26.092.409	5.793.272	13.539.351
Dezembro	1.146	1.725	8.952.506	24.067.450	6.310.621	12.231.078
T O T A L	12.029	15.415	70.744.828	160.099.273	58.079.065	90.830.286

FONTE: Cartórios de Protestos/IFOR

DEFLATOR: Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna Conjuntura Econômica da F.G.V.

MES BASE: Janeiro/76=100

TÍTULOS PROTESTADOS NA PRAÇA DE MACEIO - VARIACAO

1976/1977

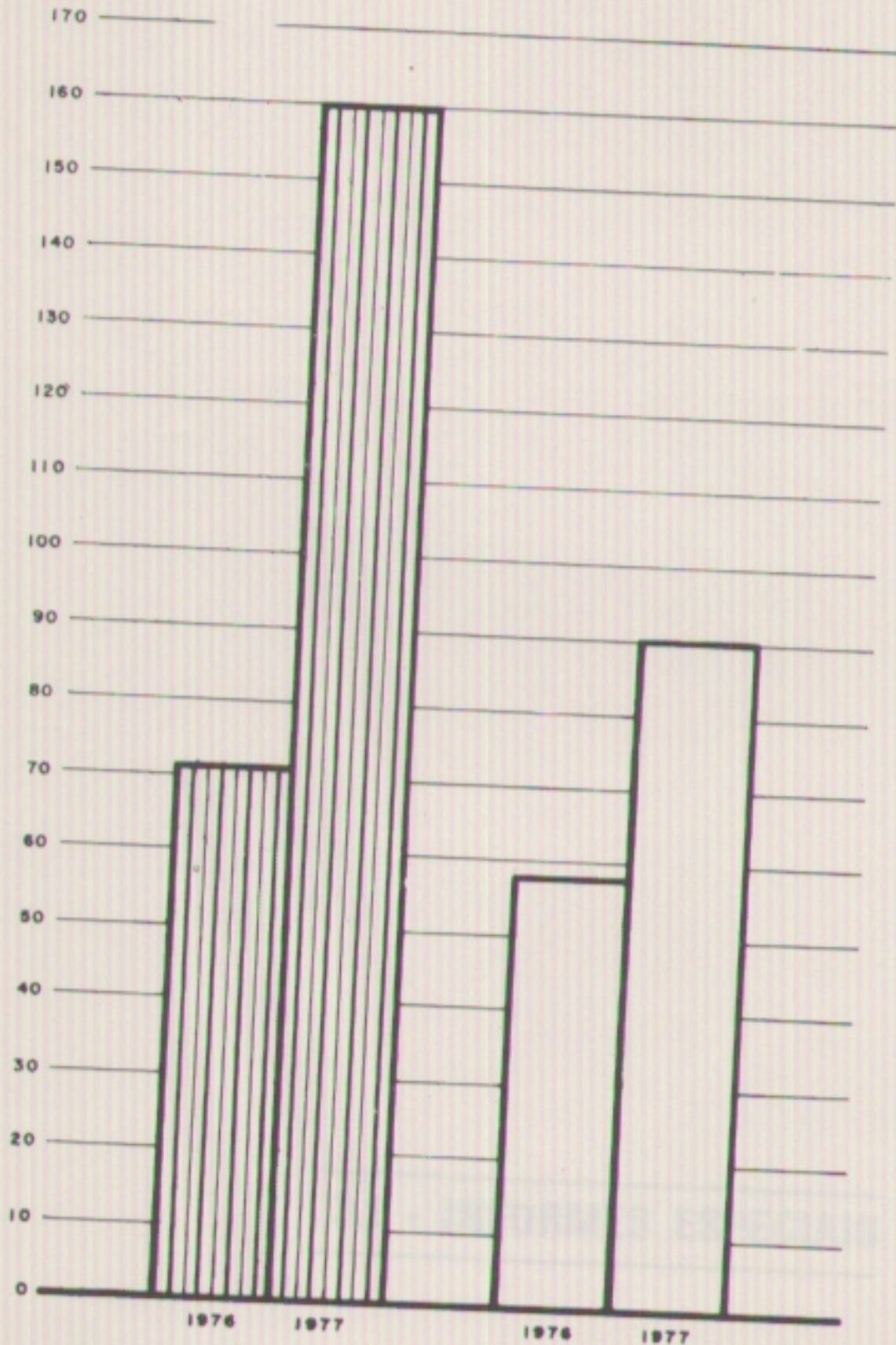
MESES	QUANTIDADE		VALOR - VARIACAO PERCENTUAL	
	VARIACAO PERCENTUAL 1976/1977		NOMINAL 76/77-	REAL 76/77
Janeiro	42,1		103,0	38,0
Fevereiro	19,9		117,6	49,2
Março	6,9		40,0	-4,4
Abril	44,7		104,0	38,6
Maiο	93,4		223,0	119,6
Junho	-7,3		58,3	8,4
Julho	-17,9		192,1	103,3
Agosto	29,0		154,0	81,7
Setembro	64,4		105,4	49,3
Outubro	5,4		65,2	19,7
Novembro	45,8		225,0	133,7
Dezembro	50,5		169,0	94,0
TOTAL	28,2		126,3	56,4

FONTE: Cartórios de Protestos/IFOR.

# TÍTULOS PROTESTADOS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

1976/77

milhões  
de cruzeiros



 VALORES NOMINAIS

 VALORES REAIS

Dados Originais: TAB - XVI

1 - A ATIVIDADE

**3.1 - INFORMES ESPECIAIS**

---

**1 - A ATIVIDADE  
AGRO-INDUSTRIAL AÇUCAREIRA (1)**

---

A atividade Agro-Industrial açucareira constitui-se no suporte econômico básico da economia alagoana, representando ainda a sua principal fonte de renda, tendo contribuído em 1976 com 36,5% do ICM total arrecadado. (Tabela XXVIII).

Considerando que a economia de Alagoas desde o período colonial está quase que estritamente voltada para fora, é a atividade agro-industrial açucareira responsável pelo bom desempenho do Setor de Mercado Externo da economia, principalmente nos últimos dez anos, onde da produção de açúcar 59,8% constituía-se de açúcar demerara (produto de exportação) e o restante 40,2% de açúcar cristal destinado ao mercado interno, isso sem mencionar as exportações de um de seus sub-produtos - o melaço. Deste modo o centro econômico do passado até nossos dias, está diretamente ligado à indústria do açúcar, a qual condiciona os demais setores da economia do Estado.

### 1 - A Cana de Açúcar

Segundo indica a Tabela (XXIX), a área cultivada com a cultura da cana de açúcar no Estado de Alagoas situa-se em torno de 267.043 ha. Observa-se, por outro lado, no período compreendido entre as safras 1960/61 e 1976/77, um significativo incremento de área cultivada, ao passar de 67.345 ha. para 267.043 ha., apresentando um aumento de 296,5%, contribuindo, consideravelmente para o crescimento da produção de açúcar do Estado (Tabela XXIX). De acordo ainda com a tabela XXIX, a área cultivada da cana no Estado representa 35,3% em relação a área ocupada com a mesma cultura na região nordestina. Dispondo aproximadamente de 200.000 hectares de terras planas, das quais aproximadamente 60% já são cultivadas com a cana, Alagoas vai aos poucos transferindo a cultura da cana das encostas para os tabuleiros, que oferecem, segundo os experts no assunto, inúmeras vantagens, principalmente quando aplicada a tecnologia adequada à cultura.

No que tange a produção de cana registrada no período 1960/61 a 1976/77, acusou um crescimento bastante relevante de 378,39% ao passar de 3.030.512 t para 14.497.725 toneladas representando, na safra 76/77, 42,5% das canas esmagadas pelas usinas da região nordestina (Tabela XXIX). O rendimento agrícola da cana produzida no Estado ainda se encontra aquém das médias de outras regiões do país e estrangeiras. De acordo com dados divulgados pela Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas - ASPLANA, a média atualmente verificada no Estado gira em torno de 45 a 60 t de cana por hectare (Tabela XXIX). Não obstante a baixa

média de tonelada de cana por hectare observada em Alagoas, a Estação Experimental da Cana de Açúcar de Alagoas - EECAA, informa que existem algumas usinas no Estado que chegam a obter 98 t/Ha., como a Santo Antônio, Caeté e Sinimbu.

Em São Paulo, a usina Terezinha alcançou na safra 75/76, a média de produtividade de 119t/Ha. No Havai chega-se a média de produtividade de 180t/ha, sendo obtidas, em algumas regiões até 220t/Ha.

Podemos apontar como causa fundamental da baixa produtividade agrícola verificada no Estado, as atuais variedades de cana utilizadas, que já se encontram em fase acentuada de degenerescência fisiológica, por já terem ultrapassado o período recomendado de utilização. Além desta causa, destacam-se também como responsáveis pelo baixo rendimento agrícola registrado, o Sistema de irrigação deficiente e até mesmo inexistente, a carência de melhores tratamentos adequados à cultura, a necessidade de mão-de-obra qualificada e a inadequação do sistema administrativo voltado para a lavoura da cana.

## *2 - O Açúcar, o Alcool e o Melão*

Alagoas ocupa atualmente o terceiro lugar entre os produtores nacionais de açúcar, depois de São Paulo e Pernambuco, respectivamente, e o segundo lugar no Nordeste. Vem o Estado de Alagoas obtendo ano a ano relativa expansão em termos de produção física, mormente nos últimos dez anos, passando de 6,9 milhões de sacas na safra 1966/67 para 18,6 milhões na safra 1976/77, apresentando uma média de crescimento de 10,4% (Tabela XXXI). No período em análise, nota-se que 59,8% da produção total pertencem ao açúcar do tipo Demerara, que é destinado ao mercado externo, enquanto 40,2% referem-se ao açúcar cristal, destinado ao mercado interno. Em comparação com a produção global de açúcar do Nordeste, Alagoas participa com 41,6% de sua produção, com o açúcar cristal representando 22,7% e o demerara 59,6% (Tabela XXIX).

Atente-se ao fato de que o aumento da produção de açúcar, deve-se ao progressivo incremento da produção da cana de açúcar, incremento este mais em decorrência da incorporação de novas áreas de cultivo, do que a obtenção de melhores índices de produtividade agrícola e industrial.

Considerando as safras compreendidas entre 1950/51 e 1976/77, o rendimento industrial médio das usinas de Alagoas passou de 93,6(t)g de açúcar de cana para 77,1/Kg de açúcar/t de cana (convertido em cristal). (Tabela XXXII). Este baixo rendimento é decorrência, entre outros fatores, do baixo teor de sacarose encontrado nas atuais variedades de cana utilizadas no Estado. No entanto, algumas usinas situam-se acima da média do Estado, como a Porto Rico que na safra 76/77 obteve um rendimento de 90,17Kg de açúcar por t. de cana (integral) e 87,22 Kg de açúcar por t. de cana (conversão para o cristal).

Na safra 76/77 (Tabela XXIX) Alagoas registrou um rendimento industrial de 77,32 Kg de açúcar / tonelada de cana (integral); 75,05 Kg de açúcar / tonelada de cana (conversão em cristal) e 4.450 Kg de açúcar por ha. Nesta mesma safra a região Nordeste atingiu um rendimento industrial - Kg de açúcar / Ha. equivalente.

No tocante a produção de álcool, sendo o tipo anidro para mistura com a gasolina e o hidratado para o consumo industrial e sanitário, ao observar a tabela XXXIII, nota-se uma acentuada oscilação de sua produção entre as safras 1964/65 a 1976/77, oriunda de flutuações decorrentes de fatores econômicos.

No entanto, presume-se para as safras futuras um incremento considerável em sua produção, face ao consumo de álcool por parte da Salgema Indústrias Químicas S/A, tão logo estejam em funcionamento as unidades de Dicloretoano e Eteno e ao provável emprego do álcool como combustível em veículos automotores, de acordo com a criação do Programa Nacional do Álcool - PROÁLCOOL.

Na safra 76/77 a produção de álcool do Estado de Alagoas participou com 17,4% da produção de álcool anidro e 25,1% da produção de álcool hidratado da região Nordeste (Tabela XXIX).

O melado, outro sub-produto do açúcar, assume grande importância, face aos sub-produtos que origina. Sua produção e distribuição estão condicionadas à resolução específica do IAA, segundo o plano de safras anual. Assim, uma pequena parte do mel residual é entregue aos fornecedores de cana para adubos, outra parte é destinada ao mercado interno para industrialização em álcool e para vendas e o excedente para exportação.

A tabela XXXIII, mostra a evolução de sua produção, apresentando um incremento médio anual de 16,1% entre as safras de 1970/71 a 1976/77. Esta última safra apresentou uma produção de 673.463.022 Kg, representando 44,6% da produção nordestina (Tabela XXIX).

(1) Extraído do Plano Operativo Anual-1978

TABELA XXVIII  
ESTADO DE ALAGOAS  
EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL E PRÓPRIA, ICM GERAL  
E ICM DA CANA E DO AÇÚCAR

PERÍODO 1972/1976

Cr\$ 1,00

ANO	RECEITA TOTAL - a -	RECEITA PRÓPRIA - b -	Δ %	% b/a	ICM GERAL 100% - c -	Δ %	% c/b	ICM			Δ %	%		
								CANA - d -	AÇÚCAR - e -	TOTAL		d/c - f -	e/c - g -	Ef/g
1972	195.037.433	140.868.945	-	72,2	185.138.362	-	96,9	25.059.693	18.732.060	43.791.753	-	18,5	13,9	32,4
1973	269.620.477	192.703.762	36,8	71,4	171.089.855	26,6	88,8	25.640.795	25.873.000	51.513.795	17,6	15,0	15,1	30,1
1974	398.946.287	297.279.209	54,3	74,5	245.039.792	43,2	82,4	47.749.416	33.065.829	80.815.245	56,9	19,5	13,5	33,0
1975	538.808.454	416.670.667	40,2	71,4	358.016.574	46,1	85,9	62.066.406	51.468.098	113.534.504	40,5	17,3	14,4	
1976	979.875.919	792.023.137	75,0	74,4	135.138.362	52,3	74,8	125.420.108	73.512.864	198.932.972	75,2	23,0	13,5	36,5

FONTE:

- Contadoria Geral do Estado
- Cooperativa dos Usineiros
- Usinas Não Cooperadas:

Central Leão, Serra Grande, Santana e Roçadinho

- Cálculos: IPES/FIPLAN/AL

OBS. A contribuição da arrecadação do ICM do Alcool sobre o ICM geral na safra 75/76, girou em torno de 1,8%.

## ESTADO DE ALAGOAS

## NORDESTE

## INDICADORES GLOBAIS

SAFRA 1976/1977

INDICADORES	ALAGOAS - a -	NORDESTE - b -	a/b
1. Nº DE USINAS DE AÇUCAR	27	85	31,8
2. PRODUÇÃO DE AÇUCAR (Sc. de 60 kg)	18.682.573	44.955.592	41,6
2.1 - Cristal	4.999.809	21.991.248	22,7
2.2 - Demerara	13.682.764	22.964.344	59,6
3. CANAS ESMAGADAS (t)	14.497.725	34.076.894	42,5
3.1 - Próprias	5.282.095	11.547.338	45,7
3.2 - Fornecedores	9.215.630	22.529.556	40,9
4. ÁREA CULTIVADA (ha)	267.043	755.776	35,3
5. RENDIMENTO AGRICOLA			
5.1 - Tonelada de cana/ha.	57,55	61,95	92,9
6. RENDIMENTO INDUSTRIAL			
6.1 - Kg. de açúcar/tonelada de cana (Integral)	77,32	-	-
6.2 - Kg. de açúcar/tonelada de cana (conversão em cristal)	75,05	81,18	92,4
6.3 - (Kg.)de açúcar/ha.	4.450	4.904	90,7
7. PRODUÇÃO DE ALCOOL (t)	25.012.126	112.648.926	22,2
7.1 - Anidro	7.423.652	42.678.234	17,4
7.2 - Hidratado	17.588.474	69.970.692	25,1
8. MELAÇO (Kg)	673.463.022	1.509.433.508	44,6

Fonte: dos dados básicos I.A.A./AL/PE LEVANTAMENTO E CALCULO: IPES/SEPLAN/AL

## CANAS ESMAGADAS PELAS USINAS DE AÇÚCAR E ÁREA CULTIVADA

SAFRA 1960/61 - 1976/77

SAFRA	CANAS ESMAGADAS (KG)					ÁREA CULTIVADA - Ha -	Δ %
	PRÓPRIAS	%	FORNECEDORES	%	TOTAL		
60/61	1.356.356	44,8	1.674.157	55,2	3.030.513	67 345	7,5
61/62	1.422.301	42,5	1.926.180	57,5	3.348.481	74 411	10,5
62/63	1.188.382	46,5	1.369.407	53,5	2.557.789	56 839	-23,6
63/64	1.430.071	45,6	1.705.299	54,4	3.135.370	69 675	22,6
64/65	1.600.299	46,3	1.856.379	53,7	3.456.678	69 133	10,2
65/66	1.507.911	43,4	1.967.215	56,6	3.475.126	69 502	0,5
66/67	1.892.144	42,1	2.602.777	57,9	4.494.921	89 898	29,4
67/68	2.201.154	48,4	2.345.063	51,6	4.546.237	87 658	1,1
68/69	2.509.907	49,7	2.544.075	50,3	5.053.982	91 906	11,2
69/70	2.662.326	46,4	3.075.409	53,6	5.737.735	104 322	13,5
70/71	2.947.379	47,2	3.302.318	52,8	6.249.697	113 630	8,9
71/72	3.204.195	49,4	2.283.154	50,6	6.487.349	108 122	3,8
72/73	3.400.036	43,7	4.372.797	56,3	7.772.833	129 547	19,8
73/74	3.510.302	39,9	5.280.292	60,1	8.790.594	146 509	13,1
74/75	4.664.677	42,3	6.357.630	57,7	11.022.307	189 422	25,4
75/76	4.251.260	43,7	5.486.824	56,3	9.738.084	194 581	11,7
76/77	5.282.095	36,4	9.215.631	63,6	14.497.726	267 043	48,9

TABELA XXXI

ESTADO DE ALAGOAS  
 PRODUÇÃO DE AÇUCAR  
 SAFRA 1966/67 à 76/77

SAFRA	NUMERO DE USINAS	SACO DE 60 Kg.					Δ %
		CRISTAL	%	DEMERARA	%	TOTAL	
66/67	27	3.933.899	56,4	3.038.931	43,6	6.972.830	-
67/68	27	1.595.593	22,4	5.520.153	77,6	7.115.746	2,1
68/69	27	3.263.094	41,6	4.575.982	58,4	7.839.076	10,2
69/70	27	3.871.675	43,3	5.067.926	56,7	8.939.601	14,0
70/71	27	3.064.005	31,1	6.797.115	68,9	9.856.120	10,3
71/72	27	4.080.067	43,4	5.315.775	56,6	9.395.342	-4,7
72/73	26	3.311.728	30,4	7.587.492	69,6	10.899.220	1,0
73/74	27	5.396.414	49,0	5.614.755	51,0	11.011.169	1,1
74/75	27	5.762.866	39,4	8.858.069	60,6	14.620.935	32,8
75/76	27	7.829.711	66,2	3.991.206	33,8	11.820.917	-19,2
76/77	27	4.999.809	26,8	13.682.764	73,2	18.682.573	58,1

Fonte dos dados Básicos: I.A.A./AL

Levantamento e Cálculo: IPES FIPLAN/AL.

TABELA XIII

ESTADO DE ALAGOAS  
 RENDIMENTO INDUSTRIAL MÉDIO DAS USINAS  
 SAFRA 1950/51 - 1976/77

SAFRAS	RENDIMENTO INDUSTRIAL (KG. AÇÚCAR P/TONELADA CANA) CONVERSÃO EM CRISTAL	SAFRAS	(KG. AÇÚCAR P/TONELADA CANA) CONVERSÃO EM CRISTAL
1950/51	93,6	1964/65	87,6
1951/52	90,9	1965/66	90,7
1952/53	90,0	1966/67	92,0
1953/54	90,5	1967/68	91,0
1954/55	92,2	1968/69	90,9
1955/56	89,2	1969/70	91,4
1956/57	90,8	1970/71	92,0
1957/58	93,3	1971/72	84,9
1958/59	88,8	1972/73	81,9
1959/60	85,1	1973/74	73,6
1960/61	87,7	1974/75	77,6
1961/62	89,9	1975/76	71,9
1962/63	88,1	1976/77	77,1
1963/64	86,2		

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: - IAA/AL

eventamento e Cálculo: IPES/SEPLAN/AL

OBS: Para a Conversão do açúcar demerara em cristal, foi considerado o deságio técnico de 4% para todas as safras.

TABELA XXXIII  
 IPES  
 ESTADO DE ALAGOAS  
 PRODUÇÃO DE MELAÇO E ÁLCOOL DAS USINAS  
 SAFRA 1964/65 - 1976/77

SAFRA	MELAÇO (EM TON)	△ %	ÁLCOOL (EM LITROS)			
			ANIDRO	HIDRATADO	TOTAL	%
1964/65	—	—	13.628.812	13.717.188	27.346.000	
1965/66	—	—	7.243.505	14.965.471	22.208.976	- 18,8
1966/67	—	—	15.109.479	12.234.805	27.344.284	23,1
1967/68	—	—	5.233.265	17.163.188	22.396.453	-18,1
1968/69	—	—	1.638.502	28.405.877	30.044.379	34,1
1969/70	—	—	2.617.341	30.947.258	33.564.599	10,4
1970/71	297.862	—	5.084.439	23.265.204	28.349.643	-14,6
1971/72	298.172	0,1	4.872.495	14.836.467	19.708.962	-30,5
1972/73	365.822	22,7	2.716.422	17.711.647	20.428.069	3,6
1973/74	462.885	26,5	709.726	21.857.458	22.567.184	10,5
1974/75	537.942	16,2	571.245	20.641.333	21.212.578	-6,0
1975/76	464.792	-13,6	936.842	26.542.169	27.479.011	29,5
1976/77	673.463	44,9	7.423.652	17.588.474	25.012.126	-9,0

ONTE DOS DADOS BÁSICOS: I.A.A./AL.

EVANTAMENTO E CÁLCULO: IPES/FIPLAN/AL

A implantação da "Surgema Indústria Química S/A" em Maracá, localizada no bairro de Maracá, adjacente ao Polo Cloro-Químico de Alagoas, do Governo Federal constitui elemento para a infra-estrutura básica do Polo Cloro-Químico, visando a criação de 1 bairro de chuveiros, onde serão construídas cerca 100 casas.

Implantação de duas áreas industriais. A área I localizada na parte oeste da região de Maracá, sobre o sub-bairro do Curupira e a Pista do T. de Maracá 1,20 ha - contemplando para se instalar 04 indústrias. Área II localizada na parte meridional do Tabuleiro Indiano, que fica entre o Rio dos Remédios e a Lagoa Maranhão Município de Marechal Deodoro 12.000 ha - capacidade para se instalar 22 indústrias, podendo se instalar mais áreas de 40 hectares.

Construção de uma ponte, sendo em primeira construção sobre uma lagoa e região de Maracá, entre Maracá e a Pista de Santa Rita e a 1/2 de parte Sulista de Rio de Santa Rita, no Sul da região de Maracá, para a ligação entre a Pista e a Pista de Santa Rita para a ligação ao bairro sub-bairro de Maracá e a Pista de Santa Rita para a ligação ao bairro sub-bairro de Maracá e a Pista de Santa Rita para a ligação ao bairro sub-bairro de Maracá.

No Tabuleiro XXXV a seguir encontra-se a relação das indústrias para o Complexo Químico de Alagoas.

As indústrias que fazem parte do Complexo Químico de Alagoas e que já se encontram em funcionamento são a "Surgema Indústria Química S/A" - responsável do Polo Químico, e a Surgema - no Tabuleiro XXXV, que se a produção da Surgema em 1977 e a produção da produção de 1980. Para que se tenha uma idéia de sua importância a Surgema no contexto alagoano, considerando o crescimento industrial -4- de 1977 a 1980, a produção de 1977 e a produção de 1980. Em 1977 a Surgema arrecadará de 100 milhões de reais, com o aumento de Cr\$ 250.725.000 comparando com 12,7% sobre o faturamento do Estado, que de acordo com estatísticas do PLANSTAT, em 1977, chegou a Cr\$ 1.970.000.000.

---

## 2 - O COMPLEXO CLOROQUÍMICO DE ALAGOAS (1)

---

A Unidade de Descontos que será criada para o funcionamento do complexo químico de Alagoas, representando a unidade de descontos de Maracá, com o nome de "Unidade de Descontos de Maracá". O Descontos terá como primeiro agente a Companhia Paranaense de Cimento, que receberá 150.000 kg. Devido a esta situação, o Governo Federal, terá uma das empresas do Polo sul, que poderá atingir 150.000 kg. do produto a partir de 1981. A Unidade Descontos, quando a

A implantação da "Salgema Indústrias Químicas S/A" em Maceió, constituiu-se no marco inicial para o advento do Polo Cloro-Químico de Alagoas. O Governo Federal investirá somente para a infra-estrutura básica do Polo Cloro-Químico, recursos da ordem de 1 bilhão de cruzeiros, onde serão executadas obras tais como:

- Implantação de duas áreas industriais: A área I localizada na parte média da restinga de Maceió, entre o sub-bairro do Ouricuri e a Praia do T. da Barra (120 ha - capacidade para se instalar 04 indústrias); Área II localizada na parte meridional do Tabuleiro mediano que fica entre o Rio dos Remédios e a Lagoa Manguaba Município de Marechal Deodoro) (2.000 ha - capacidade para se instalar 22 indústrias, podendo se implantar nesta área até 80 fábricas);

- Construção de três pontes, sendo inicialmente construídas duas, uma ligando a restinga de Maceió a parte Nordeste da Ilha de Santa Rita e a outra da parte Sudeste da Ilha de Santa Rita ao Sul do povoado de Massagueira. A terceira está prevista a sua construção, da Ilha de Santa Rita para o Tabuleiro mediano subindo o riacho Broma a outro local a ser escolhido.

Na Tabela XXXIV a seguir encontra-se a relação das indústrias para o Complexo Químico de Alagoas.

As Indústrias que fazem parte do Complexo Químico de Alagoas e que já se encontram em funcionamento são a "Salgema Indústrias Químicas S/A", a impulsionadora do Polo Químico, e a Sogecone. Na tabela XXXV tem-se a produção da Salgema em 1977 e a estimativa de produção até o ano de 1980. Para que se tenha uma idéia do que representará a Salgema no contexto alagoano concernente a arrecadação tributária, vê-se na tabela XXXVI a arrecadação do ICM em 1977 e a estimativa da arrecadação até o ano de 1980. Em 1979, a Salgema arrecadará de ICM aos cofres do Estado, o montante de Cr\$ 250.725.000 contribuindo com 12,3% sobre o ICM geral do Estado, que de acordo com estimativa do PLAN/INOR/AL, arrecadará naquele ano Cr\$...2.033.877.300.

A unidade de Dicloreto que será instalada ao lado da Salgema, está com seu funcionamento previsto para fevereiro de 1979, e terá capacidade para produzir 300.000t/a, representando investimentos da ordem de 20 milhões de dólares. As matérias primas utilizadas serão o cloro e o eteno. O Cloro será fornecido pela Salgema enquanto o eteno será inicialmente obtido da Companhia Petroquímica do Nordeste. Quando estiver concluída a unidade de eteno a partir do álcool a Salgema utilizará o eteno de Alagoas. O Dicloreto terá como primeiro cliente a Companhia Petroquímica de Camaçari que receberá 150.000 t/a. Outro cliente, segundo orientação do Governo Federal, será uma das empresas do Polo Sul, que poderá adquirir 150.000 t/a do produto a partir de 1981. A venda Dicloreto quando a

fábrica estiver funcionando com total capacidade, garantirá um faturamento adicional à Salgema de 75 milhões de dólares. Mediante informações da Superintendência da Salgema quando a unidade de eteno entrar em operação, provavelmente no segundo semestre de 1979, com uma produção de 60.000 t/a, absorverá cerca de 135 milhões de litros de álcool anualmente. Quando for ampliada sua capacidade de produção para 90.000 t/a., o consumo de álcool será de aproximadamente 200 milhões de litros.

O investimento inicial para a unidade de eteno ficará em torno de 240 milhões de cruzeiros a preços de Julho de 1977.

A dimensão do Polo Cloro-Químico, transcenderá às Indústrias Químicas. Uma série de projetos poderão advir com a interrelação do Complexo Químico com a Agro-indústria Açucareira (Alcool, bagaço de cana sorbitol, monitol e ácido ascórbico) como também com a indústria de óleos vegetais do Estado (amendoim, mamona, algodão, etc.), onde o hidrogênio, oriundo da Salgema, poderá servir para a obtenção de outros produtos. Por certo, a implantação de tais empresas, condicionará a criação de indústrias ligadas ao setor de embalagens tais como: papel e papelão, sacos de papel, tambores de aço, latas litografadas, etc.

Algumas medidas deverão ser estabelecidas por parte do Governo no sentido de se criar uma infra-estrutura básica, sobretudo em Maceió, a altura do desenvolvimento industrial gerado em decorrência da implantação do Polo Cloro-Químico, para que não se venha futuramente a lamentar os pontos de estrangulamentos incorrigíveis, por falta de um planejamento condizente com o surto de industrialização. Acrescente-se por outro lado, a necessidade de se atender em condições satisfatórias problemas advindos de um conseqüente crescimento populacional gerado por essa industrialização. Deste modo, especial atenção deve ser dispensada a definição de novas zonas habitacionais, administrativas, educacionais e de lazer, bem como a estruturação de um sistema viário capaz de oferecer um sistema metropolitano integrado de transportes.

Cuidado especiais estão sendo dispensados em relação a preservação do Meio Ambiente, tarefa aliás considerada hodiernamente como muito importante para todos os países industrializados ou em fase de industrialização.

De conformidade com o relatório sobre a situação atual e perspectivas do Complexo Cloro-Químico de Alagoas, preparado pela Comissão\* constituída em 01/02/78, conforme solicitação do grupo de trabalho criado pela SUDENE em obediência ao disposto na E. M. nº 165/77 de 14/07/77, várias recomendações destinadas a solucionar as questões econômicas e de proteção do Meio Ambiente na atual etapa de implantação do Complexo, foram posicionados:

1. Escolha de localização dos projetos de DCE (200.000/300.000t/a) eteno (60.000/90.000t/a) Ácido Ascórbico e Cloreto de Amônio;
2. Restrição à localização de novas unidades industriais na Restinga;
3. Futuras ampliações da SALGEMA;
4. Medidas para acelerar a implantação do distrito industrial do Tabuleiro, entre o Rio dos Remédios e Lagoa Manguaba;
5. Reserva de oferta de Cloro para o suprimento das necessidades das demais indústrias, por parte da SALGEMA;
6. Realização de estudos de proteção ao Meio Ambiente e segurança da população;
7. Ocupação do aterro do Dique-Estrada e da Restinga do Pontal da Barra e plano de uso do solo da Grande Maceió.

1. *Escolha de localização dos projetos de DCE, Eteno, Ácido Ascórbico e Cloreto de Amônio.*

A análise procedida pela Comissão permitiu constatar que a localização da unidade de DCE ao norte da atual planta da SALGEMA não apresenta diferenças significativas com respeito à localização ao sul, em termos de repercussões sobre o meio ambiente e a população, apresentando, entretanto, indiscutíveis vantagens sob a ótica econômica. Por outro lado vale mencionar que a localização na Restinga representa importante fator de redução do potencial de poluição e riscos para a população, na medida em que propiciará a utilização, no local, do cloro que a unidade de soda-cloro da SALGEMA vem atualmente lançando ao mar sob a forma de ácido clorídrico. -

As razões em que se apóia a escolha da localização ao norte de Salgema do ponto de vista do impacto sobre o meio ambiente e a população, são as seguintes:

- 1a. - A localização ao norte da Salgema, minimiza os riscos inerentes à atual utilização do cloro (lançado ao mar), em virtude do início de operação da Unidade de DCE dentro do cronograma previsto, com a conseqüente transformação em DCE.
- 2a. - As medidas de segurança requeridas para ambas as localizações são idênticas;
- 3a. A mencionada opção não implicará em eliminar a implantação de um cinturão verde;
- 4a. - A distância entre ambas localizações é pequena (400 metros).

As razões de ordem econômica são:

- 1a. - A localização ao norte permitirá a entrada em operação da planta, de acordo com o cronograma previsto (a relocalização da atual obra de construção do DCE para o sul da Salgema acarretaria um atraso de dez meses, no mínimo, para o início de operação da planta supondo-se que as desapropriações dos terrenos fossem realizadas imediatamente), com evidentes repercussões positivas sobre a situação econômico-financeira da SALGEMA e a política de substituição de importações de insumos básicos do País;
- 2a. - Conduz ao aproveitamento integral dos investimentos já realizados. (Cr\$ 27.000.000,00, apenas em obras preliminares e construções) a localização alternativa (ao sul da SALGEMA) acarretaria prejuízo da ordem de Cr\$ 60 milhões à unidade de soda-cloro da Salgema, em 1979, e que equipamentos já em fase de fabricação, tivessem em grande parte de suas especificações alteradas.

No que concerne à unidade de Eteno (60.000/90.000t/a), justifica-se a sua implantação na Restinga, ao norte da SALGEMA, contrariando o que estabelece a E. M. nº 165/77, de 14/07/77, que prevê a localização no Tabuleiro, com base em que:

- a) - Trata-se de uma unidade, cativa de DCE, de pequena dimensão, e que em virtude do seu processo de produção, não provocará efeitos adicionais significativos sobre o meio ambiente e a população da área;

- b) - Reduz as necessidades de investimentos, na medida em que aproveitará a infra-estrutura da unidade de DCE;
- c) - Evita os custos de transporte do Eteno para a planta de DCE, que seriam necessários no caso de localização do Tabuleiro;
- d) - Minimiza os riscos de acidente em vista de não ser necessário o transporte do Eteno;
- e) - Permite a entrada em operação da planta, dentro do Cronograma previsto, o que não estaria assegurado no caso de localização no Tabuleiro, em face do estágio incipiente de implantação do Distrito Industrial.

Com relação às plantas de Ácido Ascórbico e Cloreto de Amônio, recomenda-se manter a localização na Restinga, conforme, inicialmente, previsto na EM nº 165/77, em virtude de não existirem fatos novos que justifiquem mudanças.

## *2. Restrição à instalação de novas indústrias na Restinga.*

Os antecedentes reunidos permitiram concluir pela inconveniência de localização de novas unidades industriais além das mencionadas, na Restinga, tendo em vista as seguintes razões: as áreas disponíveis na Restinga acham-se muito próximas ao Centro Urbano de Maceió, pelo que o uso delas tem importantes implicações em termos de qualidades de vida da população; imprevisibilidade de mudanças na estrutura geológica da Restinga, face à ação do mar (efeitos erosivos já constatados); existência de melhores usos alternativos para as áreas ainda disponíveis na Restinga, notadamente no que se refere ao lazer da população; e existência de alternativas locais no Tabuleiro, para as demais unidades industriais do Complexo.

## *3. Futuras Ampliações da SALGEMA.*

A constatação da inconveniência de localização de novas indústrias na Restinga, em virtude das razões assinaladas, despertou a atenção da Comissão para a questão das futuras ampliações da SALGEMA.

À primeira vista, razões de ordem econômica indicariam a conveniência de ampliar, a atual planta de Soda-Cloro na Restinga, até atingir 500.000 t/a de Soda e 450.00 t/a de Cloro, capacidade para a qual foram dimensionados e realizados seus investimentos em utilidades e outras instalações. Isto conduziria a aumentar o poder competitivo da Empresa nos mercados nacional e internacional. Do ponto de vista do seu impacto sobre o Meio Ambiente e segurança da população, não existem estudos que permitam uma avaliação precisa.

Quanto à possibilidade de ampliação da unidade existente de soda-cloro da SALGEMA, a Comissão é de opinião que nenhum projeto nesse sentido deve ser aprovado pelos organismos competentes sem minuciosos estudos que visem a salvaguardar o Meio Ambiente e o bem-estar da população de Maceió, não devendo ser tomada nenhuma decisão a tal respeito com apoio em meras considerações de ordem econômica.

4. Medida para acelerar a implantação do distrito industrial do Tabuleiro entre o rio dos Remédios e Lagoa Manguaba.

Considerando o item 5 da E. M. nº 165/77, que prevê o planejamento e a implementação de infra-estrutura no Tabuleiro, inclusive com suas ligações externas, já no ano de 1977; a decisão do Governo Federal de tornar irreversível a instalação do C. Q. A. no Tabuleiro; a previsão de implantação, até o ano de 1980, de projetos industriais na área, segundo a E. M. já citada; a necessidade imediata de evitar pressões para novas localizações na Restinga de Maceió, e na área do Dique-Estrada, por serem estas as únicas áreas atualmente com relativa infra-estrutura disponível e mais próxima a unidade da Salgema; o fato de encontrar-se concluído, a nível preliminar, o planejamento físico de toda a área do Tabuleiro e todo o programa de execução de obras definitivas; o fato de estar concluído o levantamento cadastral para fins de desapropriação; e finalmente, encontrar-se concluído o levantamento aerofotogramétrico de toda a área, que irá propiciar o detalhamento final do planejamento físico; recomenda-se que sejam tomadas de imediato as seguintes medidas relativas ao Tabuleiro:

- a) Início do processo de desapropriação;
- b) Execução das obras de infra-estrutura, que permitam acesso e ocupação da área dentro do seguinte programa estimativo:

#### *Acesso Rodoviário*

Ligação BR-316 - Restinga, através do Tabuleiro, com extensão aproximada de 12 Km, com a construção da Ponte que o ligará a Ilha de Santa Rita.

A obra poderá ser dividida em duas partes; Construção do trecho BR-316 - Tabuleiro e Construção da Ponte com seus acessos, incluindo rampa de subida até interligação com o trecho mencionado.

<i>Prazos:</i>	Trechos BR-316 - Tabuleiro .....	5 meses
	Pontes e acessos .....	12 meses
<i>Custos:</i>	Trechos BR-316 - Tabuleiro ...	Cr\$ 30 milhões
	Ponte e acessos .....	Cr\$ 40 milhões

#### *Abastecimento d'água (provisório)*

Até que se conclua o estudo para o abastecimento definitivo do Complexo, deverá ser executado para o período inicial de construção e montagem das unidades industriais um sistema provisório, que poderá constar de 2 poços completos, com profundidade média de 150m em 6 a 8", que fornecerão uma vazão estimada em 30m<sup>3</sup>/h por poço, um reservatório e um sistema de linhas de distribuição.

*Prazo:* 5 meses  
*Custo:* Cr\$ 2 milhões

Para o fornecimento de energia ao Tabuleiro, deverá ser construída uma sub-estação de cerca de 10 MVA de capacidade total, porém com capacidade inicial para 2 MVA, para atender à fase de construção e montagem, e uma linha de transmissão, com cerca de 15 Km a partir da sub-estação de Rio Largo.

*Prazo:* 10 meses  
*Custo:* Cr\$ 10 milhões

- c) Elaboração do planejamento físico definitivo com detalhes executivos, para a área de implantação das primeiras unidades industriais, e formulação do Plano Diretor para a área total;
- d) Elaboração dos Estudos e projetos executivos referentes a:
  - Sistema Rodoviário, ferroviário, dutoviário e de comunicações.
  - Sistema de Abastecimento d'água - com ênfase na definição do manancial e mecanismo de captação.
  - Sistema de controle ambiental - aí considerados efluentes líquidos, drenagem pluvial florestamento e resíduos sólidos.

5. *Reserva de Cloro para o suprimento das demais unidades industriais, por parte da SALGEMA.*

Considerando a possibilidade de vir, a unidade de Dicloreto, a utilizar a totalidade da produção de Cloro da atual planta Soda-Cloro da SALGEMA (220.00 t/a), o que impedirá o abastecimento das demais unidades do Complexo, recomenda-se que a SALGEMA assuma o compromisso de atender, preferentemente, a demanda de Cloro gerada pelas indústrias instaladas no Complexo Cloro Químico, antes de ampliar a produção de Dicloreto.

6. *Proteção ao Meio Ambiente e Segurança da População*

Com vistas a assegurar a proteção do Meio Ambiente e da população com relação à operação normal e eventuais situações anormais das unidades produtivas localizadas na Restinga e no futuro distrito industrial no Tabuleiro recomenda-se a adoção das seguintes providências:

- a) Criação de um cinturão verde com uma largura da ordem de 500 metros, separando as unidades da SALGEMA, localizadas na Restinga, da área urbana edificável, cabendo à Prefeitura de Maceió a responsabilidade pela formulação e execução do projeto;
- b) Criar mecanismos institucionais e legais a nível do Governo Estadual que façam cumprir a exigência de instalação de Sistemas de tratamento de efluentes líquidos, gasosos e resíduos sólidos nas indústrias já instaladas e a se instalarem na área do Estado;
- c) Incluir as ilhas localizadas no canal que interliga as lagoas Mundaú e Manguaba entre as áreas contra indicadas para localização de atividades industriais ou auxiliares. Esta recomendação visa preservar o ecossistema estuário, reservando-o para a produção de alimentos a partir do mar e a criação de parques e reservas;

d) Tendo em conta que as reações contrárias à implantação da unidade de Dicloretano, por parte da população de Maceió, devem-se, significativamente, ao desconhecimento do impacto favorável que terá dita unidade produtiva na redução dos riscos relacionados com a produção de Cloro na Restinga, recomenda-se que a salgema e o Governo Estadual promovam uma campanha de esclarecimento sobre as medidas de segurança industrial de que se utiliza normalmente a SALGEMA.

7. Ocupação do aterro do Dique Estrada e da Restinga do Pontal da Barra e plano de uso do solo da Grande Maceió.

Tendo em vista a necessidade de assegurar o cumprimento das medidas de segurança na implantação do conjunto industrial nas áreas da Restinga do Pontal da Barra, já referidas neste documento, bem como a essencial adequação da ocupação e regulamentação do uso do solo urbano nas suas vizinhanças (aterro do Dique-Estrada e adjacências da Restinga) recomenda-se que:

- a) A Prefeitura Municipal de Maceió tome a iniciativa de formular a proposta de legislação de uso do solo constante do Plano Diretor Físico, enviado à Câmara de Vereadores, referentes às áreas da Restinga do Pontal da Barra suas adjacências e Aterro do Dique-Estrada em caráter especial, em prazo não superior a 30 dias, de modo a compatibilizá-la com as medidas preconizadas neste documento, relativas ao meio ambiente e segurança da população urbana.
- b) A PETROQUISA, a CNPU - GEIPOP e a SEPLAN/AL adotem as providências necessárias para o assessoramento técnico à Prefeitura de Maceió no trabalho indicado acima;
- c) O Governo do Estado e a Prefeitura Municipal agilizem os projetos e obras das áreas do Aterro do Dique-Estrada e da Restinga visando, a partir da definição das novas condicionantes de legislação propostas neste documento, sua pronta implantação, de modo a consolidar a adequada ocupação de tais áreas especiais;
- d) O Governo do Estado acelere a execução dos trabalhos do Plano de Uso do Solo e de Transportes da Grande Maceió, para a imprescindível definição das normas de uso do solo e diretrizes espaciais de desenvolvimento dos municípios envolvidos.

*(\*) A mencionada Comissão foi composta pelos seguintes membros.*

Coordenador: Flávio Tavares de Lyra - SEPLAN P. R:

Geraldo de Oliveira - SUDENE  
José Antonio Gonçalves da Silva - SUDENE  
Luiz Campos - SALGEMA S.A.  
Rodrigo Tehdim - PETROQUISA  
Marcos Mendonça - SEPLAN - P.R.  
José de Melo Gomes - SEPLAN - Alagoas  
Dilton Falcão Simões - Prefeitura - Maceió

(1) Extraído do Plano Operativo Anual-1978

## PROJETOS PARA O COMPLEXO QUÍMICO

## ESTADO DE ALAGOAS

PROJETOS	PRODUTOS	1.000 t/a	MATERIAS-PRIMAS	AREA HA.	INVEST. M(US)	SITUAÇÃO	NUMERO DE EMPREGOS
SAIGEMA S/A	SODA	250,0	SALMOURA		100,0	EM OPERAÇÃO	350
	CLORO	220,0					
	ORTOFOSTATO	15,0	OSSOS		2,0	EM OPERAÇÃO	120
SOGECONE	BICALCICO	7,5	ACIDO CLORÍDICO		2,2	APROVADO	
	COIÁGENO		HIDRÓGENIO (1.000.000 m <sup>3</sup> /a)	2,7			
ALAGOAS M.P.	SORBITOL		ACIDO CLORÍDICO (602 t/a)				
			HIDRÓXIDO SÓDIO (388 t/a)				
SAIGEMA S/A	ETENO	60,0	ALCOOL	4,0		APROVADO	
SALGEMA S/A	DCE	200,0	CLORO (145.000 a 217.000t/a)	4,0	4,0		50
			ETENO (57.000 t/a)				
ULTRACLOR	CLORETO DE AMÔNIA	6,0	ACIDO CLORÍDICO (4.000 t/a)	2,0	8,6	APROVADO	59
			AMÔNIA (2.310 t/a)				

PROJETOS PARA O COMPLEXO QUIMICO  
ESTADO DE ALAGOAS

PROJETOS	PRODUTOS	1.000 t/a	MATERIAS-PRIMAS	AREA HA.	INVEST. M(US\$)	SITUAÇÃO	Continuação	
							NÚMERO DE EMPREGOS	
ALAGOAS M.P.	ACIDO ASCORBICO	7,5	CLORO ( 3.000 t/a)	7,0	30,0	APROVADO	-	
	TOXAFENO	11,0	CLORO (15.000 t/a)	10,0	10,0	APROVADO	-	
RHODIA	METIL-CLORO-SILO		CLORETO DE METILA SILI					
	SANE		CIO					
HOECHST-ULTRA	DDT	10,0	CLORO (15.000 t/a)	5,0	27	EM ESTUDO	-	
	ACIDO MONO-CLORO-ACÉTICO	15,0	CLORO (11.500 t/a) ACIDO ACÉTICO GLACIAL (75.000 t/a)	7,0	-	EM ESTUDO	-	
I.C.C.	CLORO PARAFINAS	10,0	ANIDRIDO ACÉTICO (24.000 t/a)	1,5	6	EM ESTUDO	-	
			ÁCIDO CLORÍDRICO ( 5.300 t/a)					
BHC		7,0	CLORO ( 8.600 t/a)					
			ACIDO CLORÍDRICO ( 4.250 t/a)					
			N-PARAFINAS ( 5.700 t/a)					
			CLORO BENZENO ( 5.100 t/a)		2	EM ESTUDO		

PROJETOS PARA O COMPLEXO QUIMICO

ESTADO DE ALAGOAS

PROJETOS	PRODUTOS	1.000 t/a	MATERIAS-PRIMAS	AREA HA.	INVEST. M(U\$)	SITUAÇÃO	NUMERO DE EMPREGOS	
	CLORO DE METILA	17,0	CLORO (23.400 t/a)	-	6	EM ESTUDO	-	
	CLORO DE METILENO	8,4	METANO (6.000 t/a)	-	6	EM ESTUDO	-	
	TRICLORETANO	27,0	CLORO (8.300 t/a)	-	16	EM ESTUDO	-	
	MVC./PVC			DCC ( 24.000 t/a)				
			200,0	DCE (200.000 t/a)	10,0	100	EM ESTUDO	-
		HEXACLOROCICLOPEN - TADIENO.	77,0	CLORO (72.100 t/a)				
			ACIDO CLORIDRICO (46.400 t/a)		9	A INCENTIVAR	-	
QUIM	POLICLOROPRENO	25,0	BUTADIENO (24.580 t/a)	-	67	A INCENTIVAR	-	
			CLORO (25 60 t/a)					
			SODA (18.750 t/a)					
	ÁCIDO 2,4-D.	-	ACIDO MONO-CLORO-ACETICO FENOL	-	-	A INCENTIVAR	-	

FONTE DOS DADOS BASICOS: CQA ABRIL/78

ELABORAMENTO: IPES/FIPLAN/AL

## TABELA XVII

ESTADO DE ALAGOAS  
INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/AARRECAÇÃO VERIFICADA E ESTIMATIVA DE ARRECAÇÃO DE ICM DA SALGEMA  
PERÍODO: 1977-1980

Em CR\$ 1,00

PRODUTOS	ARRECAÇÃO DE ICM ANUAL			
	ARRECAÇÃO VERIFICADA	ESTIMATIVA		
	1977	1978	1979	1980
Soda Cáustica, líquida	-	152.937.000	196.552.000	144.949.000
Cloro	-	9.570.000	10.637.000	22.865.000
Hidrogênio	-	-	-	-
Dicloretoano	-	-	43.536.000	141.430.000
Eteno	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	11.027.300	162.507.000	250.725.000	309.244.000

2 - DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO

**2 - DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO**

Os resultados da execução financeira relativa ao exercício de 1977, foram os seguintes: déficit de Cr\$ 101,00 milhões, contra Cr\$ 9,3 bilhões em 1976, representando, em relação ao ano anterior, uma redução de 92,1%, representando, em relação ao déficit anterior, uma redução de 98,9%. A expressão do déficit apresenta-se predominantemente de um programa de investimentos destinados ao Setor Público Estadual, como indutor do Setor Privado, principalmente, na execução dos projetos de obras de infraestrutura física, necessários à consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Econômico.

A despesa total realizada foi de ordem de Cr\$ 381,2 milhões e se refere ao exercício anterior, que apresentou o valor de Cr\$ 273,9 bilhões, sendo que a execução do exercício em questão representa um aumento de 39% em relação ao exercício anterior. Os gastos em 1977 foram destinados a atender as necessidades de funcionamento do governo estadual, bem como a execução dos projetos de obras de infraestrutura física, necessários à consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Econômico. O montante de Cr\$ 1,1 bilhão dos investimentos destinados à manutenção de máquinas administrativas, reparação de veículos, para despesas com pessoal e encargos, bem como para a execução de obras de infraestrutura física, representa um aumento de 100% em relação ao exercício anterior. O montante de Cr\$ 1,1 bilhão dos investimentos destinados à manutenção de máquinas administrativas, reparação de veículos, para despesas com pessoal e encargos, bem como para a execução de obras de infraestrutura física, representa um aumento de 100% em relação ao exercício anterior. O montante de Cr\$ 1,1 bilhão dos investimentos destinados à manutenção de máquinas administrativas, reparação de veículos, para despesas com pessoal e encargos, bem como para a execução de obras de infraestrutura física, representa um aumento de 100% em relação ao exercício anterior.

---

## 2.1 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

---

Os resultados da execução financeira, relativos ao exercício de 1977, podem ser traduzidos pelo déficit de Cr\$ 101,00 milhões, contra Cr\$ 9,3 milhões verificados em 1976, representando, em relação ao ano anterior, um acréscimo real em torno de 659,6%. A expressividade do déficit apresentado é proveniente de um programa de investimentos desencadeado pelo Setor Público Estadual, como indutor do Setor Privado, através da execução dos projetos, principalmente, na área de infraestrutura física, necessários à consecução dos objetivos de desenvolvimento preconizados no Plano de Desenvolvimento Estadual.

A despesa de capital realizada foi da ordem de Cr\$ 381,2 milhões e se comparada com a do exercício anterior, que ascendeu a cifra de Cr\$ 273,9 milhões, constata-se que o aumento situou-se em aproximadamente 39%. Destaque-se que do total de gastos em capital, 31,6% foram destinados a investimentos, o que demonstra a eficiência da programação do governo explicitado no seu Plano de Desenvolvimento para o período 1976/1979.

Os gastos correntes atingiram o montante de Cr\$ 1,1 bilhão, dos quais 39% foram destinados à manutenção da máquina administrativa, representada, principalmente, pelas despesas com pessoal e encargos.

Por outro lado, a estrutura da receita total do Estado compreende as Receitas Próprias, Transferências Federais e Operações de Crédito.

Considerando o período 75/77, a participação média de cada item componente da Receita Estadual (tabela XXXVIII) registrou os percentuais de 62%, 30% e 8%, respectivamente, ficando evidente a importância dos recursos próprios na composição total dos ingressos públicos.

Salienta-se, ainda, que a Receita Própria Estadual constituída quase que totalmente da arrecadação tributária, tendo no ICM sua principal fonte de formação. Os dados da tabela - demonstram que, de um total diretamente arrecadado em torno de Cr\$ 924,7 milhões, em 1977, 95% foram provenientes do Imposto de Circulação de Mercadorias, correspondendo a 60% da Receita Total do Estado.

DESEMPENHO FÍSICO FINANCEIRO (2)

... durante o exercício de 1977, ...  
 ... para o Desenvolvimento da Produção ...  
 ... das necessidades básicas da população ...  
 ... para o Desenvolvimento da Produção ...  
 ... em áreas de recursos financeiros aplicados ...  
 ... destacando-se, neste grupo, a Função ...  
 ... de Recursos - (ver tabela abaixo.)

DESEMPENHO FÍSICO-FINANCEIRO

1977

FUNÇÃO	Recursos Aprovados (em + 000,00)	Desempenho (%)	
		Físico	Financeiro
...	5.990	50,0	28,3
...	28.741	32,4	54,7
...	73.328	78,2	90,3

**2.2 - DESEMPENHO FÍSICO FINANCEIRO (2)**

O Acompanhamento da Ação Governamental, durante o exercício de 1977, permitiu mensurar o desempenho físico-financeiro dos Projetos/Atividades ligados aos Programas Orientados para o Desenvolvimento da Produção bem como para atendimento das necessidades básicas da população.

Nos Programas Orientados para o Desenvolvimento da Produção foram contemplados os Projetos prioritários situados nas funções: Indústria, Transportes e Energia, cujo volume de recursos financeiros aplicados atingiu à cifra de Cr\$ 169,6 milhões, destacando-se, neste grupo, a Função Transportes com maior concentração de Recursos - (ver tabela abaixo.).

#### DESEMPENHO FÍSICO-FINANCEIRO

1977

FUNÇÃO	Recursos Aplicados (Cr\$ 1.000,00)	Desempenho (%)	
		Físico	Financeiro
Indústria . . . . .	5.990	50,0	29,3
Transportes . . . . .	84.241	32,4	34,7
Energia . . . . .	79.399	79,2	90,3
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>169.630</b>	<b>53,9*</b>	<b>48,3*</b>

\* Desempenho Agregado.

(1) Extraído do Relatório Técnico sobre o Acompanhamento Anual da Programação Governamental.

Agregando os principais setores Sociais do Estado, os investimentos realizados, com vistas ao atendimento das Necessidades Básicas da População, situaram-se em torno de Cr\$ 117,7 milhões.

Neste Programa, foram contempladas as áreas de Saúde, Educação, Habitação, Segurança Pública e Assistência, conforme demonstrado abaixo:

### DESEMPENHO FISICO-FINANCEIRO

1977

FUNÇÃO	Recursos Aplicados (Cr\$ 1.000,00)	Desempenho (%)	
		Físico	Financeiro
- Saúde .	3.934	104	30
- Educação e Cultura	52.996	100	111
- Habitação .	42.826	43	33
- Defesa Nacional e Segurança Pública .	17.010	72	139
- Assistência e Previdência .	3.963	3	2
<b>T O T A L .....</b>	<b>117.729</b>	-	<b>48*</b>

## RESULTADOS OBTIDOS

Considerando a disponibilidade de recursos financeiros e o nível de aplicações durante o exercício de 1977, a execução dos Programas e Projetos prioritários ensejou a consecução de metas, bem como a geração de benefícios de considerável efeito social e econômico para o Estado.

Com efeito, os resultados obtidos estão demonstrados a seguir:

### a) - Programa Orientado para o Desenvolvimento da Produção.

#### a. 1 - Indústria.

Projeto: Infra estrutura básica do Distrito Industrial Luis Cavalcante.  
Metas: 2.900m de Rede de Energia construída

#### a. 2 - Transportes

Projeto: Implantação e Pavimentação de Rodovias  
Metas: 373,4 Km de Rodovias Construídas  
- Restauração de Rodovias  
Metas. 74,0 Km de Rodovias Restauradas.  
- Obras d'Arte  
Metas. 132,0m de Pontes Construídas

#### a. 3 - Energias Elétrica

Projeto: Linha de Transmissão (LT)  
Metas: 38 Km de LT Construída  
- Linha de Distribuição Rural (LDR)  
Metas: 189 Km de LDR Construída  
- Rede de Distribuição  
Metas: 448 Postes  
- Transformação (SE)  
Metas: 7.277 m<sup>3</sup> de SE construída  
- Instalações Gerais  
Metas: Edifício Construído - 2.261 m<sup>2</sup>.  
- Capacitação de Recursos Humanos  
Metas: 98 Cursos realizados.

### b) - Programa Orientado para o Atendimento das Necessidades Básicas da População

#### b. 1 - Saúde

Projeto: Saúde Materno-Infantil  
Metas: Gestantes Assistidas: 80%  
- Rede de Laboratórios de Saúde Pública  
Metas: Laboratórios Construídos: 3  
- Controle da Tuberculose  
Metas: Casos Descobertos: 589  
- Alimentação e Nutrição  
Metas: Pessoas Atendidas: 48.500  
- Vigilância Epidemiológica  
Metas: Casos Investigados: 223

- Controle de doenças transmissíveis
- Metas: Doses aplicadas: 196.115
- Saúde Mental
- Metas. Novos Leitos: 265
- Controle da Hanseníase

Metas: Casos Descobertos: 23

#### b. 2 - Educação

Projeto: Operação Escola - 1º Grau

Metas: Salas de aula equipadas: 76  
Salas de aula recuperadas: 204  
Novas vagas: 3.596  
Distribuição de Material didático (Alunos):  
33.280

- Implantação do ensino de 1º grau

Metas: Coordenadorias equipadas: 12

- Operação Escola - 2º Grau

Metas: Alunos Beneficiados: 6.212 -

- Expansão do Ensino Supletivo

Metas: Matrículas efetuadas: 717

- Implantação do Ensino do 2º Grau

Metas: Salas de aula equipadas: 07

- Expansão e Melhoria do Ensino de 2º Grau

Metas: Escolas ampliadas/equipadas: 07

- Concessão de Bolsas de Estudo

Metas: Bolsas concedidas: 33.484

- Novas Metodologias - 1º Grau

(Redução dos índices de distorção idade/série escolar)

Metas: Alunos com 7 e 8 anos: 1.710

Alunos com 9 anos em diante: 1.020

- Capacitação de Recursos Humanos - 1º Grau

Metas: Professores Habilitados: - 75

Professores Atualizados: - 1.202

Supervisores/Professores Habilitados: 111

- Capacitação de Recursos Humanos - 2º Grau

Metas: Professores / Técnicos / Supervisores

Atualizados: -74

#### b. 3 - Habitação:

Projeto: Construção de Unidades Residenciais

Metas: Apartamentos Construídos: 588

Casas Construídas: 628

b. 4 - Segurança Pública

Projeto: Instituto Penal Agrícola  
 Metas: Prédio. 1  
 - Manicômio Judiciário  
 Metas: Prédio: 1  
 - Unidades de Policiamento  
 Metas: Unidades Equipadas: 100%

TABELA XXXIII  
 ESTADO DE ALAGOAS  
 PLANALPES  
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
 RECEITA E DESPESA  
 1976/1977

RECURSOS	1976		TOTAL	CORRENTE	CAPITAL
	CORRENTE	CAPITAL			
RECEITA	669.967	315.325	979.292	1.132.650	
DESPESA	775.254	271.945	1.047.199	1.192.377	
RESULTADO	65.000	43.380	1.020	15.267	15.994
TOTAL					

(2) Extraído do Relatório Técnico Sobre o Acompanhamento Anual da Programação Governamental.

TABELA XXXVII  
 ESTADG DE ALAGOAS  
 FIPLAN/IPES  
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
 RECEITA E DESPESA  
 1976/1977

Em Cr\$ 1.000,00

RESULTADO DISCRIMINAÇÃO	1976			1977		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
RECEITA	669.947	309.929	979.876	1.157.050	305.437	1.462.487
DESPESA (1) (2)	715.251	273.945	989.196	1.182.317	381.188	1.563.505
DEFICIT	45.304	—	9.320	25.267	75.751	101.018
SUPERAVIT	—	35.984	—	—	—	—

F O N T E: IFOR

Contadoria Geral do Estado - Dados de Balanço.

## TABELA XXXVIII

ESTADO DE ALAGOAS  
 FIPLAN/IPES  
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
 RECEITA PUBLICA ESTADUAL  
 1975/1977

Em Cr\$ 1.000,00

RESULTADO	RECEITAS PRÓPRIAS		TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS		OPERAÇÕES DE CREDITO		RECEITA TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1975	376.671	65	167.137	29	40.000	7	583.808	100
1976	564.383	58	255.833	26	159.660	16	979.876	100
1977	924.782	63	518.021	35	19.684	1	1.462.487	100
MEDIA		62		30		8		100

F O N T E: Contadoria Geral do Estado.

(1) A preços Correntes

IFOR/FIPLAN.

INSTRUMENTAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO NO ÂMBITO DE ALMOÇO  
 CUSTEIO PROFISSIONAIS EXCLUSIVO, RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

1976-1977

MÊS	CARTEIRAS PROFISSIONAIS CATEGÓRIAS		FOLHAS DE CONTRATO DE TRABALHO		MOMENTANEO DE INVEST. EXCLUSIVO			
	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1978	1979
Janeiro	4.054	3.137	1.245	228	2.709	4.024	3.007	3.040
Fevereiro	4.276	3.764	599	24	3.677	3.767	3.764	4.742
Março	4.951	6.114	413	526	3.731	4.691	3.355	4.924
Abril	5.037	4.885	375	50	3.767	3.509	3.504	3.438
Maio	5.286	5.154	437	343	4.749	4.704	4.245	3.243
Junho	5.995	3.777	495	46	3.773	3.384	3.653	3.324
Julho	7.207	4.245	47	44	3.494	3.794	3.679	3.133
Agosto	8.201	2.499	428	179	4.369	4.354	4.354	4.207
Setembro	10.491	4.245	395	46	3.337	3.709	4.313	4.284
Outubro	11.498	3.745	39	45	3.737	3.424	4.087	4.533
Novembro	12.248	4.364	12	43	3.467	3.559	4.417	3.759
Dezembro	13.534	3.289	378	127	4.237	4.462	3.746	3.339
TOTAL	68.271	64.599	4.061	1.159	33.675	61.349	52.246	48.769

**3 - ANEXOS**

ESTADO DE ALAGOAS  
 MOVIMENTAÇÃO DE EMPREGADOS NO ESTADO DE ALAGOAS  
 CARTEIRAS PROFISSIONAIS EXPEDIDAS, RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO  
 1976/1977

MESES	MOVIMENTAÇÃO DE EMPREGADOS							
	CARTEIRAS PROFISSIONAIS EXPEDIDAS		RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO		ADMITIDOS		DISPENSADOS	
	1976	1977	1976	1977	1976	1977	1976	1977
Janeiro	4.856	8.131	365	259	3.700	4.074	3.017	5.065
Fevereiro	4.276	5.105	399	244	6.442	5.187	5.704	4.748
Março	4.951	6.136	413	525	7.721	4.891	5.331	4.934
Abril	5.037	4.885	378	523	5.197	5.650	4.684	5.638
Maior	5.292	5.186	447	503	4.753	4.954	4.245	5.243
Junho	5.995	2.751	405	406	5.113	5.590	3.653	5.228
Julho	7.257	6.200	477	444	5.494	5.114	5.079	5.133
Agosto	6.361	7.400	429	510	4.569	4.959	4.450	4.207
Setembro	6.484	6.300	395	488	5.137	6.557	4.513	4.854
Outubro	6.489	8.000	393	476	6.751	6.444	4.057	4.638
Novembro	5.748	4.686	421	423	4.407	7.777	4.417	5.798
Dezembro	5.530	5.100	379	321	4.591	6.182	3.746	5.329
TOTAL	68.273	69.880	4.901	5.122	63.875	67.379	52.896	60.769

FONTE: Delegacia Regional do Trabalho/IFOR.

ESTADO DE ALAGOAS  
 FLUTUAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA  
 VARIACÃO PERCENTUAL  
 1976/1977

MESES	CARTEIRAS PROFISSIONAIS EXPEDIDAS%	RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO %	MOVIMENTAÇÃO DE EMPREGADOS %	
			ADMITIDOS	DEMITIDOS
	1976/1977	1976/1977	1976/1977	1976/1977
Janeiro	67,44	-29,04	10,11	67,88
Fevereiro	19,39	-38,85	-19,48	-16,76
Março	23,93	27,12	-36,65	-7,49
Abril	-3,02	38,36	8,72	20,37
Maiο	-2,00	12,53	4,23	23,51
Junho	-54,11	0,25	9,33	43,12
Julho	-14,57	-6,92	-6,92	1,06
Agosto	16,36	18,88	8,54	-5,46
Setembro	-2,84	23,54	27,64	7,55
Outubro	23,30	21,10	-4,50	14,30
Novembro	-18,48	0,50	76,46	31,26
Dezembro	-7,78	-15,30	34,65	42,26
<b>TOTAL</b>	<b>2,35</b>	<b>4,50</b>	<b>5,48</b>	<b>14,88</b>

ESTADO DE ALAGOAS  
 MOVIMENTAÇÃO DE EMPREGOS - ADMISSÕES E DEMISSÕES  
 SEGUNDO OS PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADES

RAMO DE ATIVIDADE	1976				1977			
	ADMITIDOS (A)	DEMITIDOS (B)	PARTICIPAÇÃO DE CADA RAMO EM RELAÇÃO AO TOTAL (A)	PARTICIPAÇÃO DE CADA RAMO EM RELAÇÃO AO TOTAL (B)	ADMITIDOS (C)	DEMITIDOS (D)	PARTICIPAÇÃO DE CADA RAMO EM RELAÇÃO AO TOTAL (C)	PARTICIPAÇÃO DE CADA RAMO EM RELAÇÃO AO TOTAL (D)
USINAS DE AÇÚCAR	9.493	8.182	14,86	15,47	10.244	8.627	15,20	14,20
INDÚSTRIA EM GERAL	14.646	12.258	22,93	23,17	15.181	14.108	22,53	23,22
PADARIAS E INDÚSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS.	650	493	1,02	0,93	739	772	1,10	1,27
EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL	18.465	17.762	28,91	33,58	20.625	19.877	30,61	32,70
COMÉRCIO EM GERAL	13.198	9.300	20,66	17,58	13.827	11.696	20,52	19,25
EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVOS E CARGAS.	2.252	1.836	3,53	3,47	2.738	2.716	4,08	4,47
COMPANHIA DE ECONOMIA MISTA, SERVIÇO PÚBLICO E SOCIAIS.	3.697	2.245	5,79	4,24	2.441	1.853	3,62	3,06
BANCOS E COOPERATIVAS	673	308	0,90	0,58	530	325	0,80	0,53
HOSPITAIS E CASAS DE SAÚDE.	899	512	1,40	0,98	1.054	795	1,56	1,31
T O T A L	63.875	52.896	100	100	67.379	60.769	100	100

FONTE: DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO/IFOR.

FONTE: CARTÓRIOS DE PROJETOS/IFOR

TABELA XLIII  
 ESTADO DE ALAGOAS  
 CONCORDATAS IMPETRADAS E DEFERIDAS  
 1976/1977

LICENÇA PARA VEÍCULOS A MOTOR  
 1976/1977

M E S E S	IMPETRADAS		DEFERIDAS	
	1976	1977	1976	1977
JANEIRO	1	-	-	-
FEVEREIRO	1	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-
ABRIL	3	1	-	-
MAIO	-	-	5	1
JUNHO	-	-	-	-
JULHO	-	-	-	-
AGOSTO	-	-	-	-
SETEMBRO	-	-	-	-
OUTUBRO	-	-	-	-
NOVEMBRO	-	-	-	-
DEZEMBRO	-	-	-	-
TOTAL	5	1	5	1

FONTE: CARTÓRIOS DE PROTESTOS/IFOR

## TABELA XLIV

## ESTADO DE ALAGOAS

## LICENÇA PARA VEÍCULOS A MOTOR

1976/1977

MÊSES	REGISTRO GERAL DOS VEÍCULOS											
	NOVOS					USADOS					TOTAL	
	1976	1977	%	1976	1977	%	1976	1977	1976	1977	%	
Janjeiro	784	404	42,3	770	1.176	52,7	1.054	1.580	1.054	1.580	50,0	
Fevereiro	784	382	34,5	7483	2.199	-11,4	7722	2.581	7722	2.581	-5,2	
Março	302	442	46,4	7778	3.158	13,7	3.080	3.600	3.080	3.600	16,9	
Abril	774	491	79,2	7822	2.456	-13,0	3.096	2.947	3.096	2.947	-4,8	
Maior	334	427	27,8	3.099	2.902	-6,4	3.433	3.329	3.433	3.329	-3,0	
Junho	322	426	32,3	7534	3.120	23,1	7856	3.546	7856	3.546	24,2	
Julho	351	353	0,1	3.112	3.564	14,5	3.463	3.917	3.463	3.917	13,1	
Agosto	653	478	-26,8	7411	3.859	60,1	3.064	4.337	3.064	4.337	41,5	
Setembro	367	615	67,0	7857	3.798	32,9	3.224	4.411	3.224	4.411	36,8	
Outubro	476	494	3,8	3.096	3.869	25,0	3.572	4.363	3.572	4.363	22,1	
Novembro	483	457	-5,4	7577	3.283	27,4	3.060	3.740	3.060	3.740	22,2	
Dezembro	1712	678	-44,0	1756	2.691	53,2	7968	3.369	7968	3.369	13,5	
TOTAL	5342	5.647	5,71	30295	36.075	19,08	35.592	41.720	35.592	41.720	17,2	

## TABELA XLIV

## ESTADO DE ALAGOAS

## LICENÇA PARA VEÍCULOS A MOTOR

1976/1977

MSES	REGISTRO GERAL DOS VEÍCULOS											
	NOVOS					USADOS					TOTAL	
	1976	1977	%	1976	1977	%	1976	1977	1976	1977	%	
Janeiro	784	404	42,3	770	1.176	52,7	1.054	1.580	1.580	50,0		
Fevereiro	784	382	34,5	7.483	2.199	-11,4	7.722	2.581	2.581	-5,2		
Março	302	442	46,4	7.778	3.158	13,7	3.080	3.600	3.600	16,9		
Abril	774	491	79,2	7.822	2.456	-13,0	3.096	2.947	2.947	-4,8		
Maior	334	427	27,8	3.099	2.902	-6,4	3.433	3.329	3.329	-3,0		
Junho	322	426	32,3	7.534	3.120	23,1	7.856	3.546	3.546	24,2		
Julho	351	353	0,1	3.112	3.564	14,5	3.463	3.917	3.917	13,1		
Agosto	653	478	-26,8	7.411	3.859	60,1	3.064	4.337	4.337	41,5		
Setembro	367	615	67,0	7.857	3.798	32,9	3.724	4.411	4.411	36,8		
Outubro	476	494	3,8	3.096	3.869	25,0	3.572	4.363	4.363	22,1		
Novembro	483	457	-5,4	7.577	3.283	27,4	3.060	3.740	3.740	22,2		
Dezembro	1.712	678	-44,0	1.756	2.691	53,2	7.968	3.369	3.369	13,5		
TOTAL	5.342	5.647	5,71	30.295	36.075	19,08	35.592	41.720	41.720	17,2		

FONTE: DETRAN/AL./IFOR

## RELAÇÃO DAS TABELAS

- Tabela I - Safra Agrícola Verificada - Estado de Alagoas - 1976/1977
- II - Arrecadação do ICM, segundo os principais produtos agrícolas do Estado - Valores Nominais - Estado de Alagoas - 1976/1977
- III - Arrecadação do ICM segundo os principais produtos Agrícolas do Estado - Valores Reais - Estado de Alagoas - 1976/1977.
- IV - Consumo Rural de Energia Elétrica - Estado de Alagoas - 1976/1977
- V - Consumo Global de Energia Elétrica - Estado de Alagoas - 1976/1977
- VI - Consumo Industrial de Energia Elétrica - Estado de Alagoas - 1976/1977
- VII - Arrecadação do IPI - Estado de Alagoas - 1976/1977
- VIII - Consumo Aparente de Cimento - Estado de Alagoas - 1976/1977.
- IX - Área Licenciada para Construção e Habite-se Concedidas no Município de Maceió - 1976/1977.
- X - Produção de Gás Natural - Estado de Alagoas - 1976/1977
- XI - Produção de Petróleo Bruto - Estado de Alagoas - 1976/1977.
- XII - Comércio Externo - Quantidade e Valor das Exportações - Estado de Alagoas - 1976/1977
- XIII - Comércio Externo - Produtos Importados - Estado de Alagoas - 1976/1977
- XIV - Comércio Interno - Movimento de Carga por Cabotagem - Estado de Alagoas - 1976/1977.

- Tabela XV - Consumo de Energia Elétrica por Classe - Estado de Alagoas - 1976/1977.
- XVI - Arrecadação do ICM - Estado de Alagoas - 1976/1977.
- XVII - Participação do ICM da Atividade Agro-Açucareira na Arrecadação do ICM Total do Estado - Estado de Alagoas - 1976/1977.
- XVIII - Imposto de Renda na Fonte - Estado de Alagoas - 1976/1977.
- XIX - Movimento de Aeronaves, de Passageiros, de Carga e de Mala Postal - Aeroporto dos Palmares - Estado de Alagoas - 1976/1977.
- XX - Variação Percentual do Movimento de Aeronaves - Aeroporto dos Palmares - Estado de Alagoas - 1976/1977.
- XXI - Consumo de Combustíveis e Lubrificantes - Estado de Alagoas - 1976/1977.
- XXII - Movimento do Serviço de Proteção ao Crédito (Praça de Maceió) - Cadastros Negativos - 1976/1977.
- XXIII - Movimento do Serviço de Proteção ao Crédito (Praça de Maceió) - Cadastros Reabilitados - 1976/1977.
- XIV - Movimento do Serviço de Proteção ao Crédito (Praça de Maceió) - Informações Solicitadas - 1976/1977.
- XXV - Falências Requeridas e Decretadas na Praça de Maceió - 1976/1977.
- XXVI - Títulos Protestados no Município de Maceió - 1976/1977.
- XXVII - Títulos Protestados na Praça de Maceió - Variação Percentual - 1976/1977.
- XXVIII - Evolução da Receita Total e Própria, ICM Geral e ICM da Cana e do Açúcar - Estado de Alagoas - 1972/1976.
- XXIX - A Atividade Agro-Industrial Agro-Açucareira - Indicadores Globais - Estado de Alagoas-Nordeste - Safra 1976/1977.

Tabela	XXX	- Canas Esmagadas pelas Usinas de Açúcar e Área Cultivada - Estado de Alagoas - Safra 1960/61 à 1976/77.
	XXXI	- Produção de Açúcar - Estado de Alagoas - 66/67 à 76/77
	XXXII	- Rendimento Industrial Médio das Usinas - Estado de Alagoas - Safra 1950/51 - 1976/77
	XXXIII	- Produção de Melaço e Alcool das Usinas - Estado de Alagoas - Safra 1964/65 - 1976/77.
	XXXIV	- Projetos para o Complexo Químico - Estado de Alagoas.
	XXXV	- Produção Verificada e Estimativa da Produção da Salgema Indústrias Químicas S/A - Estado de Alagoas - 1977/80
	XXXVI	- Arrecadação Verificada e Estimativa de Arrecadação de ICM da Salgema Indústrias Químicas S/A - Estado de Alagoas - 1977/80.
	XXXVII	- Receita e Despesa - Estado de Alagoas - 1976/77
	XXXVIII	- Receita Pública Estadual - Estado de Alagoas - 1975/77
	XXXIX	- Receita Própria Estadual - Estado de Alagoas - 1977
	XL	- Carteiras Profissionais Expedidas. Rescisões de Contrato de Trabalho e Movimentação de Empregados - Estado de Alagoas - 1976/77
	XLI	- Flutuação de Mão-de-Obra - Variação Percentual - Estado de Alagoas - 1976/77.
	XLII	- Movimentação de Empregos - Admissões e Demissões Segundo os principais Ramos de Atividades - Estado de Alagoas - 1976/77.
	XLIII	- Concordatas Impetradas e Deferidas - Estado de Alagoas - 1976/77
	XLIV	- Licença para Veículos à Motor - Estado de Alagoas - 1976/77.

## ERRATA

### Tabela I

- Na 6a. coluna - onde se lê 0,7, leia-se -0,7
- No sub título - onde se lê PRODUÇÃO VERIFICADA, leia-se PRODUÇÃO VERIFICADA (Em ton).
- Na última coluna - onde se lê 0,9, leia-se -0,9
- Na última coluna - onde se lê 501,5, leia-se 501,4

### Tabela VIII

- Na última coluna - onde se lê 17,83, leia-se -17,83

### Tabela IX

- Na primeira coluna/última linha - No espaço em branco, leia-se TOTAL
- Pag. 65 - Parágrafo 2º - Onde se lê volume, leia-se volume

### Tabela XV

- 11a. coluna - onde se lê 2.008, leia-se 2.088

### Tabela XVII

- No título - Onde se lê AGRO-AÇUCAREIRA, leia-se AGRO-INDUSTRIAL AÇUCAREIRA

### Tabela XIX

- 12a. coluna/11a. linha - onde se lê 19.813, leia-se 29.813

### Tabela XX

- 2a. coluna - onde se lê DECOLA, leia-se DECOLAGENS
- 9a. coluna/9a. linha - onde se lê 12,29, leia-se 12,98

### Tabela XXI

- 6a. coluna/6a. linha - onde se lê 17,6, leia-se -17,6

### Tabela XXVIII

- 6a. coluna/1a. linha - onde se lê 185.138.362, leia-se 135.138.368.

- 6a. coluna/5a. linha - onde se lê 135.138.362, leia-se 45.221.210

- Última coluna/4a. linha - no espaço em branco leia-se 31,7

Na Tabela - "CANAS ESMAGADAS PELAS USINAS DE AÇÚCAR E ÁREA CULTIVADA"

- Onde se lê tabela XXIX, leia-se Tabela XXX

- Onde se lê ALAGOS, leia-se ALAGOAS

Na Tabela - "RENDIMENTO INDUSTRIAL MÉDIO DAS USINAS"

- Onde se lê tabela XIII, leia-se tabela XXXII

Pag. 143 - Parágrafo 5º - Onde se lê PLAN/INOR/AL, leia-se INOR/FIPLAN/AL

Pag. 144 - Parágrafo 3º - Onde se lê Industrialização, leia-se industrialização

Pag. 148 - Último parágrafo, Item "c" - onde se lê estuário, leia-se estuarino.

Tabela XXXIV

- 6a. coluna - onde se lê M(US\$), leia-se Em US\$

Na Tabela - "INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A, ARRECADAÇÃO VERIFICADA E ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DE ICM DA SALGEMA, leia-se ARRECADAÇÃO VERIFICADA E ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DE ICM DA SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A. E onde se lê tabela XVII, leia-se tabela XXXVI.

Pag. 165 - Parágrafo 1º - Onde se lê de um programa de investigamentos ..... Estadual, leia-se "da não realização de operações de crédito, que atingiu no exercício em referência, apenas 9,16 do total previsto:

Pag. 171 - Parágrafo 2º - Item a.3 - Onde se lê ENERGIAS, leia-se ENERGIA.

OBS: Após a Tabela XXXVIII, inclua-se a Tabela XXXIX, anexa.

TABELA XXXIX  
ESTADO DE ALAGOAS  
RECEITA PRÓPRIA ESTADUAL

1977

		Em CR\$ 1.000,00	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO	
ICM *	880.466	95,0	
OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	15.034	2,0	
RECEITA PATRIMONIAL	9.664	1,0	
RECEITA DIVERSAS	19.618	2,0	
TOTAL DE RECEITA PRÓPRIA	924.782	100,0	

\* 100% da Arrecadação

FONTE: Dados de Balanço - 1977 - Contadoria Geral do Estado.